

**Jhonny Ralphort Bial Mejia**

**REPRESENTAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PRODUZIDAS A PARTIR  
DA OBRA A *ES CRAVA ISAURA*: IDENTIFICAÇÕES  
E DIFERENCIAÇÕES**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO**  
**Campo Grande – MS**  
**2026**

**Jhonny Ralphort Bial Mejia**

**REPRESENTAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PRODUZIDAS  
A PARTIR DA OBRA *A ESCRAVA ISAURA*:  
IDENTIFICAÇÕES E DIFERENCIAÇÕES**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação.

**Área de Concentração:** Educação

**Linha de Pesquisa:** Diversidade Cultural e Educação Indígena

**Orientador (a):** Prof. Dr. José Licínio Backes

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO**  
**Campo Grande – MS**  
**2026**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

M516r Meija, Jhonny Ralphort Bial  
Representações étnico-raciais produzidas a partir  
da obra a escrava Isaura: identificações e diferenciações/  
Jhonny Ralphort Bial Meija sob a orientação do Prof.  
Dr. José Licínio Backes.-- Campo Grande, MS : 2026.  
130 p.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade  
Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2026  
Bibliografia: p. 124-130

1. Identidade negra. 2. Diferença. 3. Literatura I.Backes,  
José Licínio. II. Título.

CDD: 371.829

**“REPRESENTAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PRODUZIDAS A PARTIR DA OBRA A  
ESCRAVA ISAURA: IDENTIFICAÇÕES E DIFERENCIAÇÕES”**

**JHONNY RALPHORT BIAL MEJIA**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. José Licínio Backes (PPGE/UCDB) Orientador e Presidente da Banca

Prof. Dr. Jorge Lúcio Hammes (PPGE/UFMT) Examinador Externo

Profa. Dra. Adir Casaro Nascimento (PPGE/UCDB) Examinadora Interna

*Jose Licinio Backes*  
*Jorge Lúcio Hammes*  
*Adir Casaro Nascimento*

Campo Grande/MS, 27 de janeiro de 2026.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO**

## DEDICATÓRIA

Ao meu Senhor Jesus Cristo, que durante toda minha vida me guiou, abençoou e cumpriu todas as Suas promessas em minha vida. Desde o ventre da minha mãe, o Senhor foi comigo, me guardou e me abençoou. Sem Ele eu não estaria aqui, vivo e realizando um grande sonho: o mestrado. A Ele, rendo graças e sou infinitamente grato por tudo.

A minha família, meus pais e meu irmão. Porém, maiormente a minha mãe, que sempre me apoiou durante toda minha vida, mas também, principalmente, a ingressar no mestrado. Ela me encorajou a seguir para a pós-graduação, mesmo sendo jovem ainda, pois sempre acreditou em meu potencial, até quando eu duvidava de mim mesmo. Minha mãe é mais que uma figura materna: é amiga, conselheira, puxa minha orelha quando necessário e minha fiel torcedora.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por além de me agradecer todos os dias com um sopro de vida e desde meu nascimento ser amigo fiel, protetor, guia e companheiro, nos bons e maus momentos, principalmente. A Ele, rendo graças por – desde o primeiro dia do mestrado – ser comigo, proporcionando colegas queridos que levo no coração e com quem aprendi muito. Deus nunca me desamparou; mais que isso, sempre cumpriu suas fiéis promessas em minha vida. Também, sou infinitamente grato a Ele porque esta dissertação é a prova de minha superação pessoal e de que o Altíssimo é em minha vida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo suporte financeiro que contribuiu grandemente e possibilitou o desenvolvimento deste trabalho, custeando o mestrado que aqui escrevo, para que não me preocupasse com questões financeiras, por meio da ajuda de custo de vida.

A minha família, meus pais e meu irmão, pela educação e pelos valores que me passaram, pois foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Principalmente, a minha mãe, que me encorajou a me inscrever na seleção de mestrado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), acreditando em meu potencial, e que se alegrou e se orgulhou ao saber que eu havia passado tão jovem, com 24 anos, em um programa de pós-graduação. Minha mãe, amiga, confidente, porto seguro, sempre me apoiou em todos os momentos, desde pequeno, sendo junto a Deus meu ombro amigo, principalmente, agora durante a pós-graduação, dando todo o apoio, puxando minha orelha quando necessário.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Licínio Backes, por aceitar me instruir nesta pesquisa. Muito obrigado pela sua disponibilidade, generosidade, paciência e sinceridade em muitos momentos, pois isso me ajudou a melhorar minha dissertação e contribuiu para meu amadurecimento pessoal e profissional.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB (PPGE-UCDB), de todas as linhas – Política, Gestão e História da Educação; Práticas Pedagógicas e suas Relações com a Formação Docente; e Diversidade Cultural e Educação

Indígena. A eles, por todos os ensinamentos ministrados, engrandecendo minha trajetória pessoal e aprimorando meu desenvolvimento profissional. Faço um agradecimento especial aos professores da Linha III de pesquisa (Diversidade Cultural e Educação Indígena): à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adir Casaro Nascimento, ao Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros e ao meu orientador nesta dissertação, Prof. Dr. José Licínio Backes, pela excelência em suas aulas e discussões, que contribuíram significativamente para este trabalho.

Por fim, aos amigos e colegas que estiveram comigo nesta caminhada, sou eternamente grato pela força e motivação ao longo deste percurso.

“O professor é aquele que pega os alunos e diz: eis o mundo, eis aí o mundo, vejam, vejam, explorem. Ensinar é um exercício de imortalidade, a gente ensina, a gente continua a viver na pessoa para a qual estamos ensinando” (Rubem Alves).

“A literatura é um assunto sério para um país, pois é afinal de contas o seu rosto” (Louis Aragon).

“A história é escrita pelo poder, a partir do poder, a serviço do poder. Romances servem para questioná-la” (Tomás Eloy Martínez).

MEJIA, Jhonny Ralphort Bial. Representações étnico-raciais produzidas a partir da obra *A escrava Isaura*: identificações e diferenciações. 2026. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2026.

## RESUMO

A presente dissertação, intitulada “Representações étnico-raciais produzidas a partir da obra *A escrava Isaura*: identificações e diferenciações”, está vinculada à linha de pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE-UCDB) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Diferença Cultural (GEPEDCult) da mesma instituição, coordenado pelo Prof. Dr. José Licínio Backes, propondo-se a analisar as representações étnico-raciais produzidas a partir da leitura da obra *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, em relação aos processos de identificação e diferenciação. Como objetivos específicos, visa (a) contextualizar histórica e culturalmente a obra selecionada; (b) identificar como os alunos veem a personagem escrava Isaura em relação às suas estratégias de resistência; (c) perceber como os alunos se identificam com a/diferenciam da protagonista; (d) averiguar se a obra contribuiu para questionar o mito da democracia racial e o ideal de branqueamento; e (e) mostrar a percepção da construção da mulher negra e branca em *A escrava Isaura*. A discussão teórica se baseia em estudos étnico-raciais que defendem a necessidade de decolonizar os currículos e construí-los na perspectiva antirracista, incluindo uma formação dos professores para que trabalhem obras literárias, valorizando e fortalecendo a identidade do negro em sala de aula, contribuindo para a luta contra o racismo e para superar visões estereotipadas. A pesquisa de campo foi realizada por meio de um grupo de discussão formado por cinco estudantes do Ensino Médio, na faixa etária entre 15 e 16 anos, todos da rede pública, de uma escola estadual de tempo integral de Campo Grande (MS), os quais fizeram a leitura de *A escrava Isaura*. Os encontros foram promovidos em torno das representações étnico-raciais presentes na obra, na perspectiva de atender aos objetivos desta pesquisa. Ao analisar o grupo de discussão, demonstrou-se como a obra escolhida, que recentemente completou 150 anos desde sua publicação, ainda abarca muitas discussões, identificações e diferenciações com o enredo, o momento histórico, as relações sociais e de poder e, principalmente, com todos os personagens, e não só com Isaura, a protagonista. A leitura da obra proporcionou boas discussões e garantiu o interesse dos estudantes, compreendendo que o livro possui temáticas muito relevantes para uma discussão étnico-racial. Esta dissertação reforça, portanto, que a escola, ambiente que fornece a formação e o desenvolvimento de cada sujeito em seus aspectos cultural, social e político, é também responsável pela desconstrução de identidades e diferenças estereotipadas, favorecendo uma educação antirracista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade negra; Diferença; Literatura.

MEJIA, Jhonny Ralphort Bial. Ethnic-racial representations produced from the book *A escrava Isaura: identifications and differentiations*. 2026. 127 leaves. Master's Thesis (Master's in Education) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2026.

## ABSTRACT

This dissertation, entitled “Ethnic-racial representations produced from the book *A escrava Isaura: identifications and differentiations*”, is affiliated with the research line Cultural Diversity and Indigenous Education of the Graduate Program in Education (Master's and Doctorate) at the Universidade Católica Dom Bosco (PPGE-UCDB), as well as to the Study and Research Group on Education and Cultural Difference (GEPEDCult) at the same institution, coordinated by Prof. Dr. José Licínio Backes. It aims to analyze the ethnic-racial representations produced from the reading of the work *A escrava Isaura* (1875), by Bernardo Guimarães, in relation to processes of identification and differentiation. Its specific objectives are: (a) to historically and culturally contextualize the selected work; (b) to identify how students perceive the enslaved character Isaura in relation to her strategies of resistance; (c) to understand how students identify with and differentiate themselves from the character Isaura; (d) to examine whether the work contributed to questioning the myth of racial democracy and the ideal of whitening; and (e) to present perceptions regarding the construction of black and white women in *A escrava Isaura*. The theoretical discussion is grounded in ethnic-racial studies that advocate the need to decolonize curricula and to construct them from an anti-racist perspective, including teacher education aimed at working with literary texts in ways that value and strengthen Black identity in the classroom, contributing to the fight against racism and to overcoming stereotypical views. The field research was conducted through a discussion group composed of five high school students, aged between 15 and 16, all from the public school system and enrolled in a full-time state school in Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brazil, who read *A escrava Isaura*. The meetings were organized around the ethnic-racial representations present in the work, in alignment with the objectives of this study. Through the analysis of the discussion group about the book, it was demonstrated that the selected work, which recently marked 150 years since its publication, still encompasses numerous discussions, identifications, and differentiations related to its plot, historical context, social and power relations, and especially to all its characters, not only Isaura, the protagonist. The reading of the book fostered meaningful discussions and sustained students' interest, highlighting a literature that addresses highly relevant themes for ethnic-racial debate. This dissertation therefore reinforces that the school, as a space responsible for the formation and development of individuals in their cultural, social, and political dimensions, also plays a key role in deconstructing stereotyped identities and differences, thereby promoting an anti-racist education.

**KEY WORDS:** Black identity; Difference; Literature.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>I – TRAJETÓRIA PESSOAL, ACADÊMICA E PROFISSIONAL DE UM AMANTE DE LITERATURA NO MESTRADO EM EDUCAÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1 Quem eu sou?.....	15
1.2 Por que a literatura é tão importante para mim?.....	17
1.3 Justificativa para a escolha do tema da dissertação .....	21
<b>II – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E REPRESENTATIVA DO NEGRO NO BRASIL.....</b>	<b>26</b>
2.1 Construção histórica do racismo no Brasil .....	26
2.2 Construção da identidade negra no Brasil .....	43
2.3 Escola: espaço de construção de identidades e diferenças .....	57
<b>III – DISCUSSÃO DA OBRA A ESCRAVA ISAURA: IDENTIFICAÇÕES E DIFERENCIAÇÕES .....</b>	<b>64</b>
3.1 Contextualizando a obra .....	64
3.2 Organização do grupo de discussão.....	65
3.3. <i>A escrava Isaura</i> : inspiração para problematizar o privilégio de ser branco.....	68
3.4 <i>A escrava Isaura</i> : inspiração para discutir as estratégias de divisão desenvolvidas pelo colonizador para separar os negros.....	80
3.5 A construção da mulher negra e branca em <i>A escrava Isaura</i> : afetamentos, violências e objetificações .....	87
3.6 Desconstruindo o mito da democracia racial a partir da obra <i>A escrava Isaura</i> .....	95
3.7 As estratégias de resistência negra em <i>A escrava Isaura</i> .....	102
3.8 Identificações e diferenciações a partir da obra <i>A escrava Isaura</i> .....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>122</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é intitulada “Representações étnico-raciais produzidas a partir da obra *A escrava Isaura: identificações e diferenciações*” e está vinculada à linha de pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE-UCDB) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Diferença Cultural (GEPEDCult) da mesma instituição, coordenado pelo Prof. Dr. José Licínio Backes.

O intuito maior deste trabalho é analisar as representações étnico-raciais produzidas a partir da leitura da obra *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, em relação aos processos de identificação e diferenciação. Como objetivos específicos, visa (a) contextualizar histórica e culturalmente a obra selecionada; (b) identificar como os alunos veem a personagem escrava Isaura em relação às suas estratégias de resistência; (c) perceber como os alunos se identificam com a/diferenciam da protagonista; e, por fim, (d) averiguar se a obra contribuiu para questionar o mito da democracia racial e o ideal de branqueamento.

A princípio, seriam somente esses quatro objetivos específicos, contudo, após a leitura do livro e a partir das percepções dos estudantes levantadas durante os encontros do grupo de discussão, foi observado que as questões de gênero atravessaram o

debate com os jovens estudantes, pois *A escrava Isaura* provoca reflexões acerca das questões de gênero. Assim, considerou-se necessário elencar também como objetivo específico a demonstração da percepção da construção da mulher negra e branca em *A escrava Isaura*.

A discussão teórica se baseia em estudos étnico-raciais que defendem a necessidade de decolonizar os currículos e construí-los na perspectiva antirracista, incluindo uma formação adequada dos professores para que consigam mediar o acesso ao conhecimento por meio de obras literárias, valorizando e fortalecendo a identidade do negro em sala de aula, contribuindo para a luta contra o racismo e superando visões estereotipadas.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de um grupo de discussão formado por cinco estudantes do Ensino Médio, na faixa etária entre 15 e 16 anos, todos da rede pública e frequentadores de uma escola estadual de tempo integral de Campo Grande (MS), tendo eles lido *A escrava Isaura*. Os encontros foram promovidos em torno das representações étnico-raciais presentes na obra, na perspectiva de atender aos objetivos desta pesquisa.

Esta dissertação está dividida em três capítulos: (I) Trajetória pessoal, acadêmica e profissional de um amante de literatura no Mestrado em Educação; (II) Contextualização histórica e representativa do negro no Brasil; e (III) Discussão da obra *A escrava Isaura*: identificações e diferenciações. Os dois primeiros capítulos têm três subcapítulos, enquanto o último conta com oito subcapítulos.

No capítulo I, eu me apresento, explicando como cheguei até aqui e quais influências culturais da minha família – meio brasileira, meio boliviana – formaram minha identidade, aquilo que me representa e o que me identifica. Também, falo porque a Literatura é tão importante para mim, ao ponto de usá-la como aliada em minha pesquisa de mestrado, e finalizo explicando a escolha do tema desta dissertação. Além disso, situo o trabalho no contexto das pesquisas realizadas no GEPEDCult.

Já no capítulo II, a construção histórica do racismo no Brasil é contextualizada a partir de autores negros e integrantes do movimento negro. Foi essencial estudar e conhecer a trajetória do movimento negro para compreender a estruturação do racismo e o quanto seus participantes lutaram e ainda lutam em busca dos direitos e do respeito ao negro no Brasil. Ainda, construção da identidade negra no país e busco

problematizar a escola, ambiente que promove a formação ética, educacional e humana dos sujeitos e que pode contribuir na construção de identidades e diferenças antirracistas.

Por fim, o capítulo III contextualiza a obra escolhida e esclarece como foram organizados os grupos de discussão com os estudantes, a escola, os professores e até bibliotecária, além de pontuar os percalços enfrentados para a realização dos encontros. Finalmente, são apresentadas análises sobre os grupos, com as contribuições dos estudantes participantes sobre as representações étnico-raciais produzidas a partir da leitura da obra *A escrava Isaura* em relação aos processos de identificação e diferenciação.

Essas análises foram divididas em seis subcapítulos: (3.3) *A escrava Isaura*: inspiração para problematizar o privilégio de ser branco; (3.4) *A escrava Isaura*: inspiração para discutir as estratégias de divisão desenvolvidas pelo colonizador para separar os negros; (3.5) A construção da mulher negra e branca em *A escrava Isaura*: afetamentos, violências e objetificações; (3.6) Desconstruindo o mito da democracia racial a partir da obra *A escrava Isaura*; (3.7) As estratégias de resistência negra em *A escrava Isaura*; e (3.8) Identificações e diferenciações a partir da obra *A escrava Isaura*.

# **CAPÍTULO I – TRAJETÓRIA PESSOAL, ACADÊMICA E PROFISSIONAL DE UM AMANTE DE LITERATURA NO MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

## **1.1 Quem eu sou?**

Meu nome é Jhonny Ralphort Bial Mejia, tenho 25 anos, sou filho de uma brasileira e de um boliviano. Acredito que a diversidade racial e cultural faz parte da minha vida desde meu nascimento, pois cresci com valores e influências culturais de dois países vizinhos: Brasil e Bolívia.

Pelo lado de minha mãe, Marli, tive uma avó negra, vó Ana, descendente de baianos que eu amo muito e me orgulho de sua história, uma vez que, durante toda sua vida, minha avó passou grandes ensinamentos e me inspirou com sua fé inabalável em Jesus Cristo e Deus. Até seus últimos dias, ela foi um grande exemplo de fé e força para todos da família Bial. Meu avô materno, Davi, descende de espanhóis, foi um grande homem, com uma fé e força admiráveis também. Durante toda sua vida, Deus se fez presente e abençoou nossa família. Contudo, infelizmente, não tive o privilégio de ter sua presença, pois foi recolhido para o reino de glória de Deus quando completei um ano de vida, bem no dia de meu aniversário, 27 de outubro de 2001.

Do lado do meu pai, Raul, tive um avô também espanhol, Davi, com quem tive pouco contato, uma vez que vivia em Cochabamba, Bolívia, e só conseguia vê-lo em minhas férias, fora o fato de que ele faleceu quando eu ainda era pequeno. Agora, destaco minha avó paterna, Tomásá, indígena inca e importante comerciante. Minha avó incaboliviana me orgulha por sua história, por seu amor e sua dedicação com a família e pela honradez de suas raízes incas e de seu idioma nativo: o *quechua*. Infelizmente, não tive muito contato com ela, também pela distância Brasil-Bolívia e por ter falecido quando eu era pequeno. Vó Tomásá preservou suas raízes até o fim e demonstrava orgulho por ser inca. Meu pai costuma falar que ela gostou muito de mim logo quando nasci, pois, diferentemente de meu irmão, que nasceu branco, eu nasci com todos os traços físicos iguais a de um boliviano, de um inca.

Julgo que essa diversidade racial, cultural e linguística de minha família, de ambos os lados, paterno e materno, me influenciaram a me atentar para as questões étnico-raciais e a respeitar e me interessar por conhecer e aprender com o outro, aquele que é diferente de mim.

Embora em alguns momentos de minha vida tenha escutado vários estereótipos negativos contra a raça de meu pai, o que me fazia temer ser criticado também, eu nunca quis esconder o fato de que sou filho de um boliviano. Meu pai sempre me falou da dificuldade que era quando chegou no Brasil, em 1978, mais precisamente em Campo Grande, para estudar Medicina na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), tendo sofrido preconceito por ser boliviano. Logo, ele não queria que tivéssemos vergonha dele e de sua raça, pois isso seria inadmissível e o deixaria muito triste. Meu pai concluiu o curso de Medicina com muita honra, determinação, de cabeça erguida – o que é um grande exemplo para mim e meu irmão –, e sempre nos disse: “Sou naturalizado brasileiro, mas eu sou e vou morrer sendo boliviano”.

Desde pequeno, fui incentivado em casa a amar meus antepassados, minha cor e meus traços físicos. Acredito que esse encorajamento funcionou, pois nunca me senti mal por ser diferente de meus colegas. Sempre chamei atenção por meus traços. Diziam que eu tinha a pele de pêssego, que meus cabelos eram lisos e pretos como de indígenas e que minha cor parecia jambo. Alguns achavam e ainda acham que sou negro, em virtude da tonalidade de minha pele, outros acham que sou indígena pelos meus traços finos e olhos levemente puxados. Eu me identifico mais com o lado inca e boliviano, afinal, meus traços são iguais aos

de meu pai e de sua família na Bolívia. Porém, não me envergonho de ter sangue negro e de espanhóis nas veias, pois juntos criam a minha identidade e o que me define.

## 1.2 Por que a literatura é tão importante para mim?

Para explicar o porquê de ter optado a literatura como aliada em minha pesquisa de identidade e diferença na obra *A Escrava Isaura*, é necessário dissertar sobre os primórdios de minha afeição por essa arte.

Minha trajetória como leitor e apreciador das obras literárias começa ainda criança, graças a minha primeira mediadora de leitura: minha mãe. Desde muito pequeno, minha mãe incentivou a mim e meu irmão a ler, claro, com ela lendo para nós antes de sabermos ler. Nossa mãe iniciou com a contação de histórias da Bíblia, sobre os heróis da fé – Abraão, Isaque, Jacó, José do Egito, Moisés, Sansão e muitos outros. Depois, nos apresentou livros sobre dinossauros que marcaram nossa infância, pois eram muito coloridos, alguns ao estilo *pop-up* ou livro vivo, tipo de livro ilustrado que utiliza mecanismos de papel em 3D para criar efeitos visuais que se movem e saltam quando é aberto ou suas páginas viradas). Também, os grandes clássicos de contos de fada, como *Chapeuzinho vermelho*, *João e Maria*, *O patinho feio*, *Os três porquinhos*, e muitos outros foram apresentados em casa por nossa mãe, antes mesmo de entrarmos em uma escola. Por isso, considero ela a primeira mediadora e incentivadora de leitura de obras literárias em minha vida.

Anos mais tarde, durante o Ensino Fundamental, outro importante motivador e mediador de leitura foi meu professor Alex, de Língua Portuguesa, exímio profissional o qual me inspiro até hoje como professor. Ele teve uma passagem importante em minha vida, pois foi o responsável por criar o apreço pela gramática da língua portuguesa, que é pouco quista por muitos pela sua complexidade, mas o professor Alex conseguia nos fazer entender e gostar bastante sobre o assunto. Ele, além de me fazer amar a gramática portuguesa, me incentivou também a ler livros mais complexos, e o acontecimento que marcou minha passagem de livros infantis para a literatura infanto-juvenil foi quando, em meu aniversário, o professor Alex me presenteou com *O menino do dedo verde*, de Maurice Druon, livro que me fez atentar para questões mais sérias e críticas que até o momento ainda não havia tido acesso.

Contudo, foi a partir do Ensino Médio que comecei a ter um olhar mais sensível com a literatura, a partir da leitura de grandes clássicos, em sua maioria romances. A mediação de leitura na escola ficou a cargo da professora Márcia, que ministrava duas disciplinas de Literatura durante a semana. Suas aulas eram fantásticas para mim, pois ela tinha a capacidade de nos transportar para os livros que íamos estudar a partir de sua contação da síntese das obras literárias. Não era uma aula comum de Literatura, mas sim uma viagem. Durante o resumo expandido do autor, sua vida e suas obras, a professora encenava cada momento de uma maneira maestra nunca vista por mim até então.

A primeira obra que a professora Márcia encenou em sala, que marcou minha vida e que, com certeza, me incentivou a ler mais obras clássicas para ter a mesma sensação foi *A Dama do Pé-de-Cabra*, uma conhecida lenda de Portugal compilada por Alexandre Herculano no livro *Lendas e Narrativas*. Essa obra feita em trovas foi recitada pela professora de uma maneira tão sensível e teatral que encantava. Embora fizesse parte do conteúdo para aquele bimestre o estudo do Trovadorismo, a forma como a professora nos ensinou por meio daquela obra me impactou, emocionou, subjetivou e capacitou para o livro que seria utilizado em nossa avaliação bimestral, o qual era supercriticado pelos alunos mais velhos por ser difícil e monótono, mas que eu aceitei de peito aberto ler e me deixar ser encantado: *O Auto da Barca do Inferno*, uma complexa alegoria dramática de Gil Vicente que misturava português de Portugal e um pouco de latim. Realmente, não é uma literatura fácil, porém, eu me encantei pela temática religiosa que o autor escrevia e sobre seus achismos de céu e inferno. Mesmo alguns colegas de turma não gostando, eu gostei muito e lia o livro baseado nas encenações da professora.

Meses depois, a professora Márcia começou a trabalhar o movimento literário Romantismo a partir da obra *Os sofrimentos do jovem Werther*, romance de Johann Wolfgang von Goethe. Nessa obra, entendi que romantismo não é somente amor, mas também sofrimento, subjetividade, fuga da realidade e individualismo. Meus conceitos literários foram se firmando e amadurecendo a partir daquela leitura.

Na mesma época em que aprendíamos sobre o Romantismo, soube que haveria uma reexibição da novela *A escrava Isaura*, da RecordTV. Como eu nunca tinha lido a obra e só sabia vagamente da história pelo que ouvia falar, então decidi ler para depois comparar a versão televisiva com a literária. A partir daí começou meu interesse pela obra de Bernardo Guimarães e que carrego até hoje em minha pesquisa de mestrado.

Na graduação em Letras – Português, Espanhol e suas Literaturas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), tive a oportunidade de compreender melhor e mais profundamente a Literatura, e o fascínio por essa arte só aumentou. Porém, pude compreender também os aspectos sociais e econômicos os quais ela esteve inserida, foi colocada e está até hoje relacionada, se mantendo como uma arte muito elitizada e de difícil compreensão, muitas vezes, em função da linguagem utilizada e da subjetividade de cada escritor.

Durante a faculdade, tive um importante motivador, mediador e incentivador de leitura e literatura: meu professor de Língua e Literatura Espanhola e que também foi meu orientador do meu trabalho de conclusão de curso, Prof. Dr. Márcio Antônio de Souza Maciel, um excelente profissional e ser humano. Inspiro-me nele até hoje como professor, pois sempre tratou a todos do curso de Letras com respeito, ética, amabilidade e bondade, sempre nos incentivando e espalhando seu amor pela língua espanhola e pela docência.

Ele foi essencial para meu amadurecimento como leitor e como interessado na pesquisa literária, pois, uma vez sendo meu orientador na graduação, me mostrou a profundidade que a literatura e as telenovelas possuem, que iam além de meus olhares superficiais sobre literatura. Incentivado por ele, realizei minha monografia, *Porque a vida não te pertence, não é teu coração: narrativa literária e narrativa audiovisual – adaptação para teledramaturgia de A escrava Isaura, de Bernardo Guimarães* (Mejia, 2021), embasada em minha obra literária favorita desse autor. A partir dessa pesquisa, meu interesse por *A escrava Isaura* só aumentou, quando pude perceber e estudar as relações raciais nela presentes, compreendendo que seria uma obra adequada para trabalhar na minha dissertação, na perspectiva antirracista.

Todavia, considero que é uma arte que deve sim ser ofertada e trabalhada em sala de aula, pois a literatura tem como característica a crítica social, característica essa que perpassa por todos os movimentos literários. Candido (2006, p. 29) diz que “a literatura é também um produto social, exprimindo condições de cada civilização em que ocorre”. Logo, entendo que será um importante aliado na discussão racial em sala de aula, pois considero que reler clássicos nos oportunizam transportar para aquelas realidades sociais retratadas e contestar valores que hoje divergem do que acreditamos.

Embora a literatura seja considerada uma área mais elitizada e excludente, pois antigamente era restrita à elite que era alfabetizada e possuía recursos financeiros para ter acesso às obras, julgo que uma característica marcante dessa arte e que a torna subversiva é ser o espelho refletor da sociedade, inclusive dos sentimentos e das ideologias do próprio autor. A partir do momento que lemos uma obra, estamos sendo subjetivados pela própria obra e pela subjetividade de seu autor, conhecendo mais sobre ele, seu interior, suas preferências, suas marcas de escrita e seu posicionamento.

Entendo que escrever é um ato político. Entender isso nos faz compreender que nenhuma obra foi escrita por acaso; pelo contrário, retrata fidedignamente o pensamento predominante da época e seus estereótipos. Logo, é inegável a postura cruel e preconceituosa da literatura, com enfoque na brasileira, ao longo dos séculos, que optou por retratar personagens brancos privilegiados financeiramente, enquanto negros e indígenas foram escanteados ou retratados da forma mais caricata, grosseira, estereotipada e sexualizada possível. Bhabha (1998, p. 117) nos fala que “o estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação”.

Portanto, é possível entender a partir dos estudos culturais e de Bhabha que os autores baseados em uma visão eurocêntrica e racista estabeleceram representações fixas e simplistas dos nativos e dos negros e, por conseguinte, um padrão de representação que foi usado por outros autores com o passar dos anos e dos movimentos literários.

Exercitar a leitura desde a infância é fundamental na formação de leitores, tanto que minha formação como leitor iniciou nessa época. Todavia, quando paramos para analisar os livros ofertados nas escolas, local onde muitas vezes é o primeiro ambiente de contato de crianças e jovens com os livros e que possuem obras literárias que representam negativamente o negro e reforçam estereótipos, no enredo, nas ilustrações e até mesmo na entonação dos mediadores de leitura (pais e/ou professores) daquela criança, o imaginário racista é reforçado e a literatura contribui negativamente na formação dos jovens leitores.

O imaginário racista é constituído desde a infância e os livros com representação negativa de personagens negros ajudam a manter os estereótipos atribuídos a eles, tanto nas ilustrações quanto nas histórias. Sendo assim, apesar de essas histórias não formarem, necessariamente, pessoas racistas, elas contribuem p reforçar o imaginário racista (Silva; Basso, 2022, p. 6-7).

A partir de Hall (2016), podemos entender que a linguagem é peça-chave para compreendermos o conceito de representação, porque a “representação é a produção do sentido pela linguagem” (p. 53), ou seja, a linguagem é importante na significação. Então, podemos concluir que a forma como utilizamos as palavras, como arranjamos elas e o intuito com o qual as usamos está ligada à produção de sentido para a interpretação humana.

Logo, se utilizamos, desde a formação do indivíduo, uma linguagem que inferioriza o negro, que não coloca sua cultura e ele, em si, nas histórias e que retrata somente personagens brancos e seu protagonismo heroico, o discurso colonial e eurocêntrico permanecerá presente para as próximas gerações. Por isso, é imprescindível abraçar e desenvolver em sala de aula novas leituras, novas linguagens e novas significações que tenham a diversidade e a diferença presentes, contribuindo para uma educação na perspectiva antirracista.

A literatura, infelizmente, ainda propaga a ideologia eurocêntrica, colonial e preconceituosa, mas é necessário utilizá-la na educação para problematizá-la, mostrando às crianças e aos jovens o pensamento racista predominante na época de publicação e como isso se arrastou até a atualidade. Ignorar essas obras ou forçar a leitura delas para a realização de uma prova no fim do bimestre, por exemplo, são as piores escolhas que um educador pode fazer, porque a leitura se manterá “chata” e “sem propósito” para os estudantes, fora o principal: a criticidade não será formada nem estimulada.

### **1.3 Justificativa para a escolha do tema da dissertação**

Esta pesquisa conta com uma inquietação que carrego comigo desde a primeira vez que estudei em uma escola pública, em 2017, enquanto cursava o terceiro ano do Ensino Médio: “Como as obras literárias podem afetar os jovens leitores?”. Ao iniciar os estudos no mestrado, essa inquietação passa a ser traduzida como “quais identidades/diferenças são produzidas nos e pelos jovens ao terem acesso às obras literárias?”.

Minha formação escolar é enraizada em instituições privadas de ensino, mas a que cabe destacar é o Colégio Salesiano Dom Bosco, local onde desenvolvi uma “paixão avassaladora” pela literatura, graças também, sem desmerecer, ao trabalho de uma professora da instituição que ministrava duas aulas de Literatura com tanta alegria e envolvimento que me afetaram profundamente.

*A escrava Isaura*, obra literária de Bernardo Guimarães analisada nesta pesquisa, foi lançada em um período inflamado pelo Abolicionismo, no século XIX. No entanto, se mostra uma obra atemporal e que pode evidenciar o racismo enraizado no povo brasileiro. Isaura, a protagonista e heroína romântica brasileira modulada na estética europeia, tanto é uma porta-voz do clamor por liberdade da senzala como também uma tela representativa de sua época e da casa-grande. Candido diz que

a grandeza de uma literatura, ou de uma obra, depende da sua relativa intemporalidade e universalidade, e estas dependem por sua vez da função total que é capaz de exercer, desligando-se dos fatores que a prendem a um momento determinado e a um determinado lugar (Candido, 2006, p. 54).

Logo, notando a atemporalidade de *A escrava Isaura* desde o período da graduação até agora, no mestrado, julgo ser uma obra essencial para ser revisitada e pesquisada na escola com os jovens a partir dos estudos culturais e raciais, para discutir raça e diversidade cultural e compreender se os eles se identificam com ou diferenciam da protagonista e se a obra para eles pode ajudar a combater o racismo e o discurso colonial, racista e eurocêntrico preponderante e enraizado em nossa sociedade.

Este estudo se insere no contexto da linha de pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena do PPGE-UCDB e no GEPEDCult, coordenado pelo Prof. Dr. José Licínio Backes. Assim, li as dissertações e teses orientadas pelo meu orientador para compreender melhor a temática e buscar subsídios metodológicos e teóricos para este trabalho. Optei por começar as atividades em 2013, pois foi o ano que as defesas de teses no programa tiveram início.

Em sua dissertação, Silva (2013) tratou sobre a contribuição de professores de História da Educação Básica na construção das identidades negras a partir de entrevistas semiestruturadas com oito docentes atuantes em escolas públicas ou privadas. Ao longo da pesquisa, ele incluiu estudos e análises sobre currículo, identidade e diferença e representação apoiando-se nos referenciais teórico-epistemológicos dos estudos culturais e étnico-raciais. O autor concluiu que as representações dos professores de História acerca das identidades negras oscilam entre o essencialismo e o não essencialismo, a certeza e a incerteza, a igualdade e a desigualdade, mas as representações estavam longe de serem pura inferiorização das negritudes, estando mais ligadas à valorização da história negra.

Já em sua tese, Silva (2018) analisou a influência da branquitude na construção do currículo de Licenciatura em História. Para realizar essa pesquisa, o autor

analisou o projeto pedagógico e as ementas das disciplinas, realizou observações de aulas registradas em caderno de campo e fez entrevistas semiestruturadas com docentes e discentes do curso. Ele concluiu que, embora o curso de Licenciatura em História se estruture nos avanços históricos ocorridos na Europa e no ocidente branco, também há presença das culturas negras e indígenas no currículo.

A leitura da dissertação e da tese de Silva contribuiu para a minha pesquisa, a fim de entender a importância de os currículos contemplarem a discussão racial, tendo em vista que foram construídos a partir das representações dos brancos colonizadores e em seus interesses; portanto, é importante problematizar os currículos e construí-los na perspectiva antirracista, dando voz aos historicamente oprimidos: negros e indígenas.

Por sua vez, Santos (2016) trata em sua dissertação sobre a formação continuada dos professores para a discussão das relações étnico-raciais com base na Lei nº 10.639/2003 e suas diretrizes do 6º ao 9º ano em uma escola pública estadual de Campo Grande com alto Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Por meio de entrevistas semiestruturadas com 12 professores e análise documental (Estatuto dos Profissionais da Educação Básica, Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar), a autora concluiu que os professores entrevistados têm tido uma formação precária, muitos ignoram o disposto na referida lei, não fazem a discussão das relações étnico-raciais de forma sistemática, ainda têm dificuldade e receio de identificar e trabalhar o racismo, veem práticas racistas como brincadeiras, estão mais preocupados em aumentar o Ideb e negam a existência do racismo.

Já em sua tese, Santos (2021) analisou os processos formativos de professores universitários negros e militantes, com destaque para suas trajetórias, lutas e resistências no contexto de uma sociedade marcada pela colonialidade. Por meio de entrevistas semiestruturadas com sete professores universitários, negros e militantes, a autora mostrou que eles ressignificaram e afirmaram suas identidades de maneira positiva e também evidenciaram com sua história que a luta e a resistência não terminam com o ingresso na universidade, tendo em vista que enfrentaram e ainda enfrentam uma série de dificuldades e preconceitos para ingressar e permanecer nos ambientes acadêmicos e de ensino.

O trabalho de Santos (2016) foi importante para entender a necessidade de formação para a discussão étnico-racial e que nessa formação – como mostra a tese da autora – estejam presentes professores negros. Motivado por suas pesquisas, busquei promover a

contextualização histórica e representativa do negro no Brasil, por meio de autores negros e militantes, e problematizar a formação dos professores quanto às relações étnico-raciais.

As teses de Liston (2023) e a dissertação de Cavalcante (2025) também contribuíram para este trabalho, ao trazerem a análise de práticas antirracistas protagonizadas por professores negros. Embora cada autora apresente um local de pesquisa e um caminho metodológico distinto, ambas trazem a importância de decolonizar os currículos para efetivamente combater o racismo nas escolas e na sociedade. Elas apontam que essa decolonização está ocorrendo, sobretudo, pela presença de professores negros na Educação Básica.

Valentim (2023), por meio da história oral, analisa a trajetória de três pessoas negras com relevância social na sociedade de Mato Grosso do Sul, registrando o protagonismo social na luta antirracista. A partir de sua tese, pude compreender a importância de escutar e compartilhar as histórias de vida e as falas de pessoas negras, visibilizando sua luta e resistência. Seu estudo serviu de inspiração para tratar da construção histórica do racismo, da identidade negra e da escola como espaço onde as identidades e diferenças são construídas, elencando autores negros e militantes do movimento negro para escrever sobre a questão negra.

Por sua vez, Santos (2021), em sua dissertação, analisa as formas de luta e resistência que mulheres negras militantes do Grupo de Trabalho e Estudos Zumbi (TEZ) travam para transgredir o lugar reservado a elas na sociedade racista e sexista, marcada pelo ideal de branqueamento e pelo mito da democracia racial. O trabalho da autora, realizado por meio de entrevistas, trouxe a fala de cinco mulheres negras militantes do TEZ que compartilharam suas múltiplas estratégias de resistência para lutarem contra a subalternização de seus corpos. Essa pesquisa contribuiu para que eu, durante meus estudos, reconhecesse a importância de incluir a questão de gênero quando ela emergia no grupo de discussão analisado.

Destaco ainda duas teses e uma dissertação realizadas no contexto do grupo de pesquisa que tratam da importância da escola na construção das identidades e diferenças negras: a tese de Backes (2019), a dissertação de Nascimento (2024) e a tese de Silva (2025). Cada uma dessas pesquisas foi trabalhada em um determinado contexto educativo, sendo a de Silva em uma creche, a de Backes na Educação Básica e a de Nascimento (2024) no Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares. Embora sejam realizados em

espaços diferentes, os três estudos dialogam sobre a importância de se tratar a temática racial em ambientes educacionais e como isso influencia na construção de identidades e diferenças. As pesquisas contribuíram para reforçar a necessidade de desenvolver a educação antirracista em todos os contextos educativos e em todas os componentes curriculares.

Por fim, cito a dissertação de Rosa (2013), que analisou as representações negras construídas a partir da discussão da obra *O mulato*, de Aluísio de Azevedo, por alunos do Ensino Médio. O autor realizou três entrevistas individuais e um grupo focal com cinco alunos do terceiro ano de uma escola pública de um dos municípios do interior de Mato Grosso do Sul. Rosa concluiu que as representações produzidas se inserem algumas vezes no mito da democracia racial e que muitas vezes tendem a culpar o negro pela discriminação que sofre. Essa pesquisa foi importante para a realização de minha dissertação pois o autor – o qual, assim como eu, também é da área de Letras – demonstra afeição e interesse pela literatura em seu trabalho, desenvolvendo uma pesquisa com grupo focal que me ajudou a entender como eu conceberia o meu grupo de discussão. Ainda, ele também utilizou uma obra literária com jovens em contexto de escola pública sul-mato-grossense e destacou a importância da literatura como um auxílio para promover uma discussão racial em sala de aula e oportunizar a construção das identidades.

Assim, minha dissertação também se justifica, pois contribui com as discussões realizadas no âmbito do grupo de pesquisa, dando visibilidade a mais uma possibilidade de construir uma educação antirracista.

## **CAPÍTULO II – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E REPRESENTATIVA DO NEGRO NO BRASIL**

### **2.1 Construção histórica do racismo no Brasil**

Brasil, um país diverso em cultura, religião, línguas, culinária, mas, principalmente, em raças. Isso fica evidente ao analisar o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual mostra que 45,3% da população se declarou parda e 10,2% se identificou preta, totalizando 55,5% de não brancas.

Poder-se-ia pensar que por conta dessa diversidade racial o respeito às diferenças seria primordial e comum aos brasileiros, entretanto, nunca foi assim e permanece não sendo. A discriminação racial ainda persiste no país. Desde o período escravocrata até a atualidade, negros foram e são subalternizados, oprimidos, rejeitados, entre outras formas de exclusão. Porém, mesmo com toda a opressão do branco, o negro encontrou formas de sobreviver, resistir e manter viva sua cultura por meio do movimento negro, que sempre foi um alento e um local de fortalecimento para os negros, vítimas de discriminação.

Após a abolição da escravatura, os negros continuaram lidando com a subalternização e o preconceito, além da completa falta de suporte do Estado para se estruturar financeiramente e se entender em uma sociedade sem escravos. Em meio a isso, os negros passaram a se organizar em grupos, como pontua Domingues (2007):

Para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação. [...] De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de “homens de cor”, como se dizia na época. Algumas delas tiveram como base de formação “determinadas classes de trabalhadores negros, tais como portuários, ferroviários e ensacadores, constituindo uma espécie de entidade sindical” (Domingues, 2007, p. 103).

Por meios dessas associações e clubes, os negros conseguiram achar um espaço seguro onde poderiam manifestar sua religiosidade, cultura, e língua nativa e onde poderiam se fortalecer, ter um “ombro amigo”, para lidar com o racismo da sociedade branca.

Baseado na luta histórica dos movimentos sociais negros, considero essencial trazer para esta dissertação a trajetória do movimento, que não começou agora e não tem prazo para acabar, pois a discussão racial é de extrema importância para superar o racismo estrutural da sociedade brasileira e para contribuir para uma sociedade mais democrática e que reconheça, respeite e valorize as diferenças, uma vez que elas nos enriquecem. Sobre o movimento negro, Silva (2018) explica o seguinte:

As lutas pelo reconhecimento da importância histórica e por políticas públicas para a população negra são recorrentes na trajetória das organizações negras brasileiras. Há décadas, homens e mulheres, ativistas do movimento social negro, reivindicam o reconhecimento da nossa importância no processo histórico de desenvolvimento do Brasil, seja do ponto de vista da produção agropecuária e canavieira, seja da arquitetura ou das artes, da culinária, das crenças e afetos, da produção e do comércio, de uma cultura ricamente pluralizada, forjada com os saberes milenares trazidos nas memórias das gentes negras que se transportaram para cá, fatos que a história oficial ainda insiste em apagar. Da mesma forma que há décadas o ativismo negro organizado politicamente reivindica ao Estado a definição de medidas, seja ao nível educacional, seja no mercado de trabalho, de reparação dos prejuízos sofridos ao longo da história nacional pelos descendentes de africanos escravizados (Silva, 2018, p. 615).

O ativismo negro sempre esteve presente resistindo à violência do colonizador. Mesmo com as inúmeras artimanhas do branco em tentar desunir os negros e deslegitimar a luta, o movimento permaneceu forte e crescendo. Por isso, é importante contar um pouco da história do movimento negro, pela fala de autores negros e integrantes do movimento, para não o deixar ser esquecido, apagado, censurado e inferiorizado. Também, tentar homenagear todos os negros que lutaram e lutam pelo fim da discriminação racial e por direitos e liberdades. É como diz d’Adesky (2001, p.2): “Os movimentos indígena e negro, que afirmam o conteúdo positivo de suas culturas, exigem o

reconhecimento das identidades étnicas e culturais”. Portanto, é um dever ético e político divulgar a história desses movimentos sociais e aprender com eles.

Com o findar da escravidão, a elite branca não buscou formas de incorporar os ex-escravizados na sociedade, proporcionando educação, direitos e oportunidades; pelo contrário, manteve o preconceito, a violência e a subalternização dos negros, pois a única preocupação era com os prejuízos que o fim da escravidão representava para a elite. Aliado a isso, surgiu a possibilidade de “branquear” a população brasileira, por meio da mistura racial com os imigrantes que chegavam. Então, na visão da época, isso solucionaria dois “problemas” para a elite branca brasileira: (1) a falta de mão de obra qualificada para um país que saía do modelo escravista e buscava se industrializar e (2) a predominância de negros como maioria étnica do Brasil. Hasenbalg (2005) comenta sobre isso em seus escritos.

A apatia, indolência e imprevidência da massa predominantemente de cor da população era um fator crucial no diagnóstico do atraso econômico brasileiro feito pelas elites. [...] Consequentemente, a imigração europeia era colocada como uma solução, a curto prazo, para o problema do trabalho causado pela abolição da escravidão, bem como uma contribuição, a longo prazo, para o branqueamento da população do país (Hasenbalg, 2005, p. 247).

Para a elite, era fundamental haver a imigração europeia, uma vez que isso resolveria o “problema” étnico e econômico do Brasil: os negros. Acreditava-se – e ainda hoje muitos ainda acreditam – que os negros eram os responsáveis pela crise econômica, violência e falta de moradia adequada. A verdade é que os negros foram excluídos, subalternizados e alijados do desenvolvimento social, da economia, dos cargos de poder e liderança e, principalmente, da educação, área que “é compreendida como parte do processo de formação humana, no qual a escola e os processos educativos construídos em outras instituições sociais são considerados vivências formadoras (e por vezes deformadoras) que constituem sujeitos” (Gomes, 2011, p. 133).

Cabe destacar aqui que, no pós-abolição, a elite branca brasileira, por meio do sistema político e social, tentou induzir os negros a acreditarem que, ao procurarem parceiros brancos e miscigenarem, seus descendentes teriam mais oportunidades de ascender socialmente e não sofreriam discriminação e exclusão. Sobre isso, Hasenbalg (2005) afirma que

o processo de branqueamento da população brasileira vem ocorrendo a várias décadas. Além do impacto da imigração europeia e da prática tradicional de exploração sexual de mulheres negras por homens brancos de classe média e superior, o efetivo branqueamento da população resulta da tendência das pessoas

de cor para escolherem parceiros de casamento mais claros que elas próprias. Dada a recompensa atribuída ao grau de brancura, o sistema induz os não brancos a casar com pessoas mais claras, de modo a maximizar as chances de mobilidade ascendente da sua prole. Para as pessoas mais escuras, confinadas em posições sociais inferiores, há sempre a esperança de que seus filhos, se convenientemente “branqueados”, tenham mais oportunidades que elas tiveram (Hasenbalg, 2005, p. 249).

A forma como a miscigenação é apresentada para as crianças e os jovens nas escolas é sempre de maneira eufemística e romantizada, em razão do currículo eurocêntrico. Todavia, a partir dos estudos, pode-se compreender – como Hasenbalg (2005) enfatiza – que a mistura étnica começou pela sexualização, dominação e violência dos corpos das mulheres negras durante a escravidão e se estendeu após ela, pois os brancos tentaram induzir os negros a acreditar que subiriam de classe social e seriam respeitados se “branqueassem” seus filhos em casamentos com brancos.

Ledo engano, pois independentemente da classe social, o negro é visto pelos brancos como inferior e sofre racismo, pois o racismo não se baseia no poder aquisitivo e na influência política e social. A exemplo disso temos na atualidade políticos, artistas e influenciadores negros que sofrem correntes de ódio e preconceito racial no mundo real e virtual por grupos de pessoas racistas que os consideram inferiores, desqualificados e sem talento.

É o caso da atriz e influenciadora negra Taís Araujo, que em 2015 sofreu uma “enxurrada de ódio” em uma determinada rede social. Eram milhares de comentários que a depreciavam. Sobre isso, ela mesmo disse:

Absolutamente tudo está registrado e será enviado à Polícia Federal. E eu não vou apagar nenhum desses comentários. Faço questão que todos sintam o mesmo que senti: a vergonha de ainda ter gente covarde e pequena nesse país, além do sentimento de pena dessa gente tão pobre de espírito. Não vou me intimidar, tampouco abaixar a cabeça. Sigo o que sei fazer de melhor: trabalhar. Se a minha imagem ou a imagem da minha família te incomoda, o problema é exclusivamente seu! (Araujo, 2015).

Infelizmente, pessoas negras, independentemente da classe social ou do seu nível de influência, sofrem racismo – por isso, essa ideia de que se o negro se “branquear” ele ascenderá e terá respeito é uma mentira. Taís Araujo, com a influência e visibilidade que tem, está aí de exemplo para mostrar como ainda há uma parte da sociedade que minimiza ou ignora o discurso étnico-racial. A atriz, como importante voz negra e pertencente ao movimento negro, ensina com sua força e resistência a importância da discussão racial e dos negros se unirem para lutar por seus direitos e liberdades.

Embora o movimento negro tenha muita importância e força atualmente, não se pode deixar de elencar como tudo começou. Mais precisamente, ainda no período escravista, com as fugas e a organização de quilombos, locais onde os negros mantinham suas culturas vivas, se protegiam, fortaleciam e resistiam ao colonizador branco. Silva (2018), sobre essa primeira forma de resistência negra brasileira, traz a colocação a seguir:

A maior representação de resistência que se tem notícia nesse período é a formação do quilombo de Palmares no século XVII, como resultado de fugas coletivas. Palmares foi, por quase um século, a sede do mais duradouro e mais conhecido símbolo da resistência contra a escravidão no Brasil. Uma organização social formada por negros fugidos da escravidão, além de índios e mestiços (Alves Filho, 1988), com um nível de produção diversificada, contrastando com a rigidez da monocultura, constituindo uma alternativa de vida livre para todos os segmentos explorados, que ameaçavam e punham em risco a empreitada colonial (Silva, 2018, p. 616).

Não há como falar sobre os quilombos sem citar Zumbi dos Palmares, importante líder quilombola e até hoje considerado símbolo de luta contra o racismo pelo movimento negro. Zumbi deixou um legado de luta para seus semelhantes, o qual prevalece até a atualidade. De acordo com a Fundação Cultural Palmares (2024), “se o *umzimba* (corpo físico) de Zumbi dos Palmares se foi, seu *isithunzi* (legado, força, espírito ancestral) permanece no mundo, orientando e conduzindo os atos dos seus”. Isso significa que podem até calar uma voz negra com censura, violência e/ou morte, mas seus ideais prevalecem.

Cabe destacar na história do Quilombo dos Palmares a figura histórica de Ganga Zumba, tio de Zumbi e líder do quilombo antes dele. Ganga é uma figura controversa para o movimento negro, pois ele, no momento de maior perseguição contra o quilombo, tentou um tratado de paz com o governo de Pernambuco. Esse acordo é considerado uma traição aos negros escravizados fora do quilombo, conforme ratifica Silva (2018):

Ganga Zumba foi o primeiro chefe conhecido do Quilombo dos Palmares. Era tio de Zumbi e se celebrou por ter assinado um tratado de paz com o governo de Pernambuco. Em 1678, o governador Pedro de Almeida fez a primeira proposta de paz a Ganga Zumba, oferecendo *união, bom tratamento e terras*, além de prometer devolver *as mulheres e os filhos* de negros que estivessem em seu poder. Em troca da paz, os palmarinos pediam liberdade para os nascidos em Palmares, permissão para estabelecer *comércio e trato* com os moradores da região e um lugar onde pudessem viver *sujeitos às disposições* da autoridade da capitania. Prometiam entregar os escravos que dali em diante fugissem e fossem para Palmares. Em novembro do mesmo ano, Ganga Zumba foi a Recife assinar o acordo. É cedida a ele e seus partidários a região de Cucaú, distante 32 km de Serinhaém. Parte dos palmarinos, liderados por Zumbi, são contrários ao acordo de paz e se recusam a deixar Palmares. Em Cucaú, vivendo sob forte vigilância da autoridade portuguesa e hostilizado pelos moradores das vilas próximas,

Ganga Zumba vê frustrada sua iniciativa. Morreu envenenado por um partidário de Zumbi (Alves Filho, 1988 *apud* Silva, 2018, p. 616, grifo do autor).

É necessário problematizar essas duas lideranças para poder compreender como era o funcionamento, a organização e as decisões desses dois líderes, a fim de acompanhar e entender os rumos que o movimento negro foi tomando após eles. O professor Silva (2018), baseado no saudoso historiador Joel Rufino dos Santos (2015), enfatiza que

é necessário problematizar as duas lideranças que se confrontam nas lutas palmarinas, Ganga Zumba e Zumbi. No imaginário do movimento social negro contemporâneo, o primeiro é desprezado como traidor, porque firmou a paz com o governo de Pernambuco em 1678, ao passo que o segundo se torna o herói estampado nas bandeiras de lutas contra o racismo. Para ele, essas duas situações emblemáticas revelam, também, o dilema enfrentado pelos intelectuais militantes do movimento social negro no Brasil (Silva, 2018, p. 617).

O autor relata que há até hoje um dilema enfrentado pelos militantes negros: uma parte mais radical do movimento vai a combate por direitos e liberdades, contra o preconceito racial, enquanto outra também luta contra a discriminação, mas negocia e faz alianças. Essa atitude é vista por certos integrantes do movimento como traidora, pois eles optam pela “paz” com o colonizador, ditando as regras e os padrões euro-ocidentais brancos na sociedade.

Outro apontamento muito relevante de Silva sobre esse período pontua os seguintes dizeres:

Além dos quilombos, que se espalharam pelo Brasil como resultados de fugas coletivas, também os terreiros de candomblé e outras expressões da religiosidade de matriz africana, como as Irmandades Religiosas Cristãs, os Congados e Batuques, constituem espaços importantes, por meio dos quais se produziram alternativas de sociabilidade, acobertamento de escravizados fugidos e até resignação espiritual e tolerância às angústias da escravidão. Muitas dessas organizações ultrapassaram as fronteiras do período escravista, permanecendo ativas na atualidade, com estruturas familiares hierarquizadas, seja no plano biológico, seja no espiritual, contribuindo com o fortalecimento da autoestima de grupos e com ações importantes para a revitalização das heranças culturais africanas no Brasil (Silva, 2018, p. 617).

A partir disso, é possível concluir que os quilombos e as organizações religiosas citadas foram um importante espaço de acolimento emocional e espiritual, de manutenção da língua e da cultura negra, de organização para resistir ao colonialismo branco e de fortalecimento da autoestima e das identidades negras, uma vez que, após o tráfico da África para a escravidão no Brasil, os negros eram obrigados a mudar de nome e

se esquecer de sua terra, língua, religião e cultura – então, era necessário um espaço para que mantivesse viva sua história e cultura.

Anos mais tarde, já no período pós-abolição, a subalternização dos negros se manteve pelos brancos. Oportunidades de emprego, acesso à educação, participação política e respeito não lhes eram concedidos. Os brancos racistas revoltosos com o fim da escravidão passaram a contratar os imigrantes com a desculpa de que eles sim eram capacitados para a industrialização que o Brasil precisava passar. Contudo, ainda havia ódio e despeito por não poder mais lucrar com a dor, o sofrimento e o sangue negro. Em outras palavras, o que o branco racista concedeu aos negros foi desprezo, ódio, discriminação e subemprego. Em virtude dessa violência ainda persistir pós-escravidão, em 16 de setembro de 1931 surgiu a Frente Negra Brasileira (FNB), que é reconhecida como uma das primeiras organizações do movimento negro no país. Sobre a entidade, Silva fala que

a FNB teve um papel importante, seja do ponto de vista da denúncia contra o racismo, seja pelo fortalecimento da consciência negra e também pelo estímulo ao processo de ascensão social dos negros. A Frente Negra Brasileira ofereceu à população negra marginalizada possibilidades de organização, educação e ajuda no combate à discriminação racial. Foi, sem dúvidas, conservadora, expressava aspirações de negros de classe média e teve concepções políticas limitadas, mas tentou dar aos afro-brasileiros, condições de se integrarem à sociedade capitalista e conseguiu resposta popular, como prova o grande número de filiais que estabeleceu e de associados que conquistou (Silva, 2018, p. 618).

A FNB foi a primeira organização nacional de luta contra a discriminação e a violência contra negros, porém, há uma vertente mais radical do movimento negro que acredita que seus afiliados foram muito limitados, pois buscavam integrar o negro na sociedade capitalista que estava ali, sem contestar o pensamento eurocêntrico, conservador e colonial que perseverava. Entretanto, “mesmo considerando a interpretação de alguns autores e militantes das esquerdas de que essa organização estaria reproduzindo os valores sociais e as atitudes impostas pela ideologia do branqueamento, a FNB teve um papel importante” (Silva, 2018, p. 618).

Embora tenha limitações em seus objetivos, a FNB merece respeito e destaque por tentar e conseguir nacionalizar a luta contra o racismo e a discussão racial em meio a um tempo e uma sociedade que recentemente havia perdido o direito de escravizar os negros. Também, é compreensível esse pensamento integracionista e nacionalista dos negros da FNB, pois era comum na sociedade a ideia de ter uma nação com suas características próprias, principalmente após o fim da monarquia portuguesa no Brasil. A

sociedade sonhava em ser unificada e dizer que era uma nação próspera, democrática e livre. Sobre a FNB e sua atuação, Silva tece o seguinte comentário:

Sua fundação se deu em 16 de setembro de 1931. O objetivo era unificar nacionalmente a luta das entidades negras que atuavam em várias regiões do país, com núcleos em São Paulo, na Bahia, em Pernambuco, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Segundo Clóvis Moura (1983), a FNB chegou a ter 70 mil filiados e seus membros possuíam uma carteira de sócio que os identificava como homens de bem com as autoridades. Durante os seis anos de sua existência, a FNB promoveu atividades antirracistas, com desfile e passeatas, cursos profissionalizantes e reivindicações nos órgãos públicos para a admissão de negros e negras no mercado de trabalho, a exemplo do acesso que obtiveram na Guarda Municipal de São Paulo, que, até então, não aceitava negros em seus quadros (Silva, 2018, p. 618).

A FNB foi relevante e expressiva em números de adeptos e historicamente, uma vez que a entidade conseguiu afetar muitos negros para irem às ruas lutar contra o racismo, a discriminação, lutar por oportunidades de emprego e educação, que sempre foi pauta primordial do movimento negro desde o período escravista.

Um importante apoiador da FNB foi a imprensa, em especial os jornais impressos que divulgavam as mobilizações do movimento. Silva destaca um deles.

A divulgação e o chamamento para as ações ficavam por conta do jornal *A Voz da Raça*, criado em 1933. Em face do seu êxito organizativo, em 1936, a FNB se registrou como partido político, topando de frente com o golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1937, que a fechou, com os demais partidos políticos da época (Silva, 2018, p. 618).

Apesar de toda a luta e adesão à causa da FNB, o movimento passou por aquilo que todos os movimentos sociais passam em sistemas autoritários de poder: a censura. Após seu crescimento e a tentativa de virar partido político, a entidade foi perseguida pelo regime Vargas de 1937, evidenciando como sua mobilização estava incomodando as elites brancas. Mas isso não difere muito da atualidade, pois mesmo após todas as conquistas e vitórias do movimento negro, a elite branca ainda se incomoda e ataca, por mais que a sociedade brasileira como um todo viva em uma democracia.

Todavia, é preciso também referenciar a imprensa negra, elaborada e publicada por negros para denunciar seus sofrimentos na sociedade. Sobre ela, Domingues (2007) diz o seguinte:

apareceu o que se denomina *imprensa negra*: jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões. Para um dos principais dirigentes negros da época, José Correia Leite, “a comunidade negra tinha necessidade de uma imprensa alternativa”, que transmitisse “informações que não se obtinha em outra parte”. Em São Paulo, o primeiro desses jornais foi *A Pátria*, de 1899,

tendo como subtítulo *Órgão dos Homens de Cor* [...]. A imprensa negra conseguia reunir um grupo representativo de pessoas para empreender a batalha contra o “preconceito de cor”, como se dizia na época. Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos e estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas (Domingues, 2007, p. 105, grifo do autor).

A imprensa negra, como descrita por Domingues, foi um meio mediático escrito por negros, para negros e sobre negros. Ela buscava relatar na voz dos negros todo o sofrimento de seus irmãos de cor em uma sociedade racista. Por meio dela, muitas situações de discriminação e violência contra negros foi registrada para não ser apagada ou censurada. Graças à imprensa negra, é possível ler, analisar e entender quais eram as queixas, as lutas e as ações do movimento negro daquele período. Todavia, segundo o professor Domingues (2007), naquele período não tinha um caráter político, mas sim de embate por respeito, contra o preconceito de cor e por integração social do negro.

Outro meio de luta do movimento negro foi o Teatro Experimental Negro (TEN), em 1944, organização responsável por qualificar negros para a arte com o intuito de revolucionar a arte dramática do Brasil, que até aquele momento era restrita a artistas brancos. Silva escreve que

outra organização importante nas lutas do povo negro para superar os mecanismos de exclusão étnico-racial foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), encabeçado por ele (povo negro/ movimento negro) em 1944. O TEN constitui a primeira iniciativa para revolucionar a arte dramática brasileira, que até então só abria espaços para a atuação de artistas brancos, pois, segundo seu criador, a discriminação racial impedia que o negro frequentasse espaços sociais como o Teatro Municipal, a não ser para fazer a limpeza depois dos espetáculos. (Silva, 2018, p. 619).

O TEN nasceu com a proposta de formar artistas negros para revolucionar a arte brasileira e lutar pela inserção de artistas negros nas produções artísticas brasileiras. Foi um grupo inovador para aquele período, pois nascia uma nova vertente de luta do movimento negro, um novo campo de atuação estava sendo conquistado. Domingues também faz alguns apontamentos sobre esse grupo artístico negro.

A proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas progressivamente o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal *Quilombo*, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura

[...]. O TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país (Domingues, 2007, p. 109, grifo nosso).

Conforme foi mostrado pelo autor, o grupo não se limitou ao campo das artes, mas também marcou presença na educação, na profissionalização e na luta política pelos negros. Em um período em que os negros não eram aceitos em espaços de arte e não podiam participar de atuação nesses espaços, o movimento buscou lutar e ocupar tais espaços. Apesar da permanente luta, até hoje artistas e influenciadores negros são atacados e incomodam por simplesmente propagar a sua arte.

Essa atuação do TEN foi tão marcante que se perpetuou por anos, motivando o movimento negro, a partir dos anos 1970, buscar uma identidade racial afro-brasileira que ressaltasse a beleza negra e que combatesse os padrões impostos pela Europa. Sobre esse período, Silva dialoga que,

além da efervescência das questões políticas internas, desencadeadas pelo regime militar, as transformações sociais que compuseram o cenário mundial desde os anos 1960 influenciaram fortemente o processo de organização das entidades do movimento social negro brasileiro. [...] Do ponto de vista político-cultural, emergem entre a juventude afro-brasileira, do Sudeste, especial, mas não exclusivamente, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, os bailes *black*, inspirados na *soul music* norte-americana, como instrumentos de afirmação da negritude e da beleza negra, resgatando a autoestima e fortalecendo identidades, por meio de uma estética rítmica e visual (Silva, 2007), com uma atitude mobilizadora, veiculando panfletos com mensagens de valorização da negritude inspiradas nos discursos afro-americanos do Black Power e do Black's Beautiful (Silva, 2018, p. 619, grifo nosso).

Embora o que foi exposto até agora seja visto por parte do movimento negro como apenas lazer, não configurando uma luta política por direitos e liberdades dos negros, esta dissertação considera que isso foi uma vertente fundamental do movimento, que inclusive conseguiu chegar até a juventude negra e afetá-la positivamente sobre a beleza de seus traços e a história de resistência de sua raça. Graças aos bailes afro dos anos 1970, muitos jovens passaram a criar suas identidades baseadas na sua própria cor.

Ainda naquele período, cabe destacar um acontecimento marcante e crucial para o movimento negro: a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), em 1978, na cidade de São Paulo, com o intuito de nacionalizar a luta contra a discriminação racial e por direitos aos negros, por conta dos acontecimentos gravíssimos de ódio e violência contra os negros no Brasil. A exemplo disso, Silva cita que

em 18 de junho de 1978, Robson Silveira da Luz, um feirante negro de 27 anos, foi torturado e morto por policiais militares do 44º Departamento de Polícia de Guaianazes, zona leste de São Paulo, acusado de roubar frutas em seu local de trabalho. Algumas semanas mais tarde, um grupo de quatro jovens negros foi impedido de permanecer nas dependências sociais do Clube de Regatas Tietê, em São Paulo, onde praticavam esportes. Nascia, então, o Movimento Negro Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), que saiu às ruas em um gigantesco ato público realizado no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo (Silva, 2018, p. 623).

Esse fato marcou um novo e importante passo que o movimento negro estava dando: ganhar projeção nacional com sua manifestação em um espaço tradicionalmente ocupado por brancos – e para seu deleite –, o Theatro Municipal de São Paulo. Naquele dia, os participantes conseguiram mostrar o porquê e pelo que estavam lutando, além de também denunciar toda a violência que os negros sofriam dia a dia pelo Brasil.

Ainda sobre o assunto, após o importante ato em 1978 do MNUCDR, Silva diz que em 1984 foi criado o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, com o objetivo de acompanhar a eficácia da legislação voltada para os interesses da população negra, apresentar propostas aos setores Legislativo e Executivo e investigar denúncias de racismo e violência policial. Porém, essa integração de negros em órgãos e conselhos do governo é vista até hoje com desconfiança por alguns ativistas do movimento, pois historicamente o Estado brasileiro buscou desunir, desarticular e desmobilizar negros e o próprio movimento. Com relação a essa situação, o autor fala que

[...] o Estado brasileiro sempre se articulou com muita eficácia para desmobilizar as lutas da população negra contra o racismo e a discriminação racial por meio do discurso da mestiçagem, é de se esperar que a criação de conselhos, coordenadorias ou secretarias na própria estrutura do Estado, ainda que ocupados por ativistas negros e negras, provoque reações de desconfiança entre os integrantes do movimento negro (Silva, 2018, p. 627).

É compreensível essa posição da ala mais radical do movimento negro, pois historicamente o Estado brasileiro tentou induzir a sociedade a acreditar que não havia racismo, todos eram iguais, todos tinham os mesmos direitos, e a prova disso era a nação ser diversa em línguas, cultura, culinária, religião e raças. Essa ideologia de uma democracia racial que tenta assimilar tudo e todos e unificar em um estado-nação também apaga as identidades negras em favor das brancas e em favor dos conhecimentos, da organização social e da estrutura econômica e política euro-ocidentais.

A partir dessa ideologia de democracia racial, o Estado brasileiro buscava motivar a miscigenação entre brancos e negros para embranquecer a nação brasileira, que ainda tinha sua maioria autodeclarada negra. Silva afirma:

Trata-se, de fato, da permanência da suposição da superioridade branca, pois a miscigenação seria a saída para o branqueamento, tanto do ponto de vista genético quanto do ponto de vista cultural, na medida em que, como afirma Florestan Fernandes (1978), esses mecanismos não promovem nem a ascensão social dos negros nem a igualdade racial, mas, ao contrário, perpetuam a hegemonia da raça dominante (Silva, 2018, p. 626).

Por isso, é compreensível a posição dessa ala mais radical do movimento negro em não querer se associar ao Estado, por acreditar que perderia sua autonomia e independência, por acreditar que faria parte dessa estratégia integracionista do Estado de igualar todos e de não ressaltar e valorizar as diferenças. Contudo, entende-se que é importante esse diálogo com as autoridades e o Estado, a fim de ter a pressão interna por mudanças sociais que favoreçam as lutas do movimento negro. Essa afirmação é guiada no que diz Silva (2018, p. 627): “Se ficarmos presos à ideia de cooptação, estaremos perdendo a oportunidade de intensificação do diálogo, correndo o risco de nos autoaprisionar em uma camisa de força, reeditando as dificuldades enfrentadas pelas organizações que nos antecederam”.

Como resultado de anos de luta do movimento negro, o autor destaca algumas vitórias do movimento.

A inclusão de leis antirracistas na Constituição de 1988; a criação da Fundação Cultural Palmares, no governo de José Sarney, em 1988; o Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996, do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para o desenvolvimento de políticas públicas de valorização da população negra (Telles, 2003), resultante do Seminário Internacional sobre Multiculturalismo e Racismo, financiado pelo Ministério da Justiça; o Programa Diversidade na Universidade, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2001, com o objetivo de criar estratégias que oportunizassem o ingresso e a permanência de negros, negras e indígenas na universidade, o que significava dizer, na prática, o incentivo a cursos pré-vestibulares e a premiação de estudantes que tivessem ingressado na universidade (Silva, 2018, p. 627).

Como consequência das reivindicações históricas desencadeadas pelo Movimento Social Negro, o presidente Lula criou a Secretaria Especial de Promoção de Igualdade Racial (Seppir) e, em janeiro de 2003, sancionou a Lei n.º 10.639, alterando a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) n.º 9.394/96 e tornando obrigatório o ensino do conteúdo História da África e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino (Brasil, 2003 *apud* Silva, 2018, p. 630).

A trajetória do movimento negro é marcante, forte, bela e inspiradora. Mesmo com inúmeros percalços, o movimento se manteve resistente e operante,

expandindo para diferentes campos e vertentes, mas com um só foco principal: o negro. É um movimento que merece todas as homenagens, todo o estudo, todo o apoio, e deve ser aprendido por outros movimentos sociais em parâmetro de estímulo e influência, pois é um movimento resistente e potente que marcou presença por séculos e ainda marca na atualidade, mesmo com todo o ódio, as mentiras e as perseguições que passa.

É notório o incômodo que o movimento negro causa na sociedade branca, por não aceitar a mobilização, pelas suas vitórias e pela sua influência em diferentes meios. Graças à luta do movimento, hoje temos figuras negras em importantes espaços – no mundo real, no mundo digital (nas redes sociais, na internet), no político, no Judiciário, nas universidades, enfim, conseguindo criar e fortalecer as identidades negras.

Por mais que o movimento tenha avançado muito, ainda persiste uma sociedade brasileira racista que minimiza o discurso étnico-racial e ainda vê os negros como “malfeitores”, empregados, inferiores, com traços físicos que se tornam motivo para zombarias e humilhação.

O trabalho do movimento negro não terminou e não tem um prazo para acabar, pois a sociedade brasileira foi estruturada na exploração do negro; logo, o racismo foi estruturado na mentalidade da sociedade. Então, afetar uma sociedade racista não é fácil, mobilizar ela na luta antirracista é mais difícil ainda.

Muitas pessoas se apegam aos discursos ditos politicamente corretos para forjar uma imagem de sujeito ético e “bonzinho”, ter notoriedade social, porém, como falou Taís Araujo em um vídeo que publicou em suas redes sociais no dia 4 de junho de 2020, “se dizer antirracista é muito importante. Mas ser antirracista é verbo, é ação, e para isso é preciso trabalho. Está a fim?”.

A atriz quis mostrar que não adianta ficar apenas no discurso, sem agir. Enquanto militante ferrenha do movimento negro, ela tenta ensinar que a ação contra a discriminação racial é mais assertiva e produtiva do que palavras soltas nas redes sociais para ser consideradas antirracistas e ter repercussão digital.

Tal como a atriz pontua, são anos de luta e discussão racial, e ainda assim é possível se deparar com notícias deprimentes de violência e opressão contra negros. Todavia, é preciso manter a resistência e a firmeza, pois se a luta for deixada de lado, a situação certamente piorará. Também, deve-se olhar tudo que o movimento negro

conseguiu em séculos de luta para, indivíduos e coletivos, nos inspirarmos a continuar acreditando no combate contra o racismo.

Infelizmente, há pessoas negras que não apoiam o movimento negro, uma vez que foram afetadas pelo discurso da democracia racial a acreditar que não existe racismo, porque todos os brasileiros são miscigenados; logo, dentro dessa concepção, seríamos todos iguais. Munanga (1999) discorre sobre essa falta de apoio, identificação e desunião de alguns negros para com o movimento negro.

Mas, se o ditado “a união faz a força” é tão velho como a própria humanidade, de onde provêm as dificuldades encontradas por esses movimentos? No caminho da luta pela mobilização e conscientização de seus membros, grandes vítimas da sociedade, os movimentos sociais encontram numerosos obstáculos, entre outros a inércia e as forças das ideologias e das tradições, passadas e presentes. Remover esses obstáculos exige a construção de novas ideologias, capazes de atingir as bases populares e convencê-las de que, sem adesão às novas propostas, serão sempre vítimas fáceis da classe dominante e de suas ideologias (Munanga, 1999, p. 13).

Assim como afirma o autor, é muito difícil quebrar esse pensamento racista, classista, elitista e segregador que o branco, com seus meios (político, econômico e racista), usou para afetar o pensamento e a identificação negra.

Por séculos, o negro foi deixado de lado em políticas sociais e específicas, em oportunidades, em protagonismo artístico e literário. O negro foi persuadido a acreditar que, embora o Brasil seja uma nação diversa e diferenciada em comparação ao mundo, os brasileiros são iguais perante a lei, tendo todos as mesmas oportunidades e chances, só “basta querer” e se esforçar para realizar sonhos e superar desafios – pensamento embasado na lógica da meritocracia. É por isso a dificuldade que o movimento negro enfrenta para mobilizar as pessoas negras na luta antirracista. Sobre essa questão, Munanga argumenta que

todos os movimentos sociais, incluído o dos negros, lutam pela justiça social e por uma redistribuição equitativa do produto coletivo. Numa sociedade hierarquizada como a brasileira, todos encontram dificuldades para mobilizar seus membros (Munanga, 1999, p. 13).

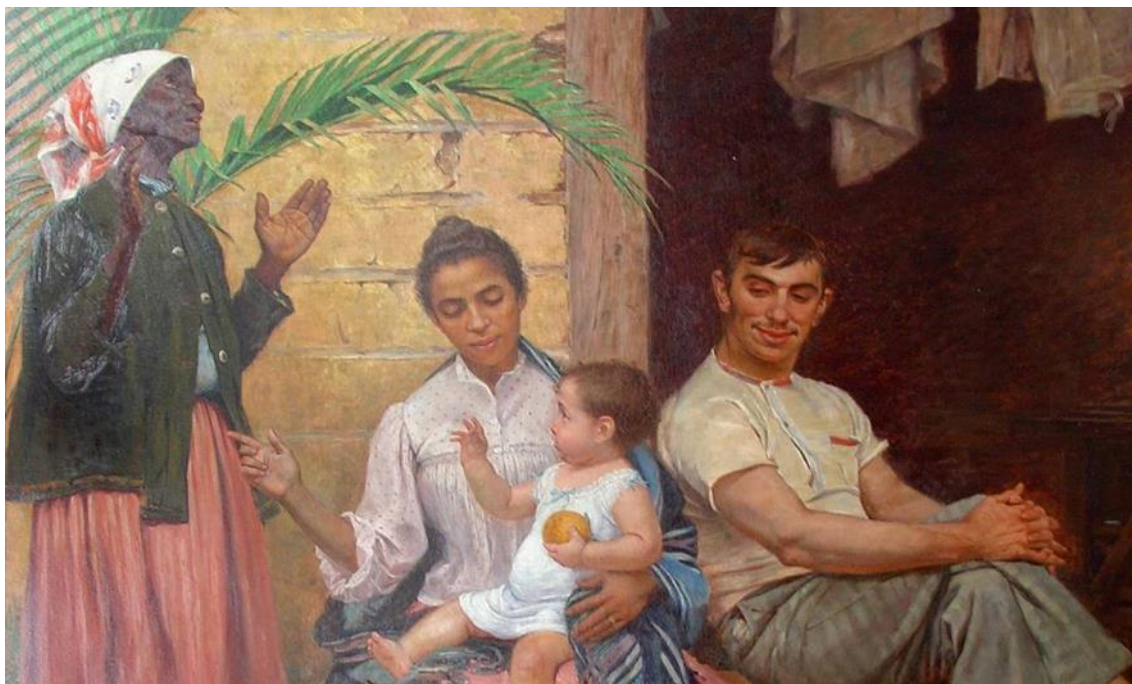
Então, caberá aos estudiosos dos estudos culturais e étnico-raciais tratar sobre classe, raça e sociedade brasileira sempre em discussões com a população, podendo ser em diálogos com a comunidade ou em escolas, pautando essa que não deve se centrar somente nas universidades, pois nem todos estão inseridos nesse ambiente. Também, é dever moral, ético e político do professor trabalhar nas escolas com crianças e adolescentes

uma educação antirracista e comprometida com o debate racial, para assim começar a quebrar um círculo vicioso das ideologias e tradições preconceituosas da classe dominante que atravessa gerações.

Vale destacar como as artes (música, pintura, literatura, audiovisual, etc.) influenciaram para permanecer e prevalecer o discurso da branquitude, pois sempre o negro foi representado como vilão, “preguiçoso”, delinquente, “vagabundo”, entre outros adjetivos pejorativos. Também, sempre menosprezaram a cor, os traços físicos, a religiosidade e sua cultura afrodescendente.

Um ponto a se destacar em relação às artes, em especial as plásticas (pinturas), é sobre como ela foi usada pela elite branca brasileira após a abolição da escravidão para incentivar o branqueamento da nação. Com o findar do modelo escravagista, o governo brasileiro buscou incentivar a vinda de europeus para ocupar espaços de trabalho que precisavam de qualificação e experiência.

Em vez de capacitar os ex-escravizados para novas ocupações de trabalho e promover a inserção dos negros na sociedade, a elite branca e racista preferiu incentivar a imigração de estrangeiros, com intuito de escantear pessoas negras, mantendo-as como mão de obra desqualificada, em trabalhos braçais, de empregados, babás, enquanto os imigrantes estrangeiros brancos seriam usados como um meio para promover a miscigenação, visando, com o devido tempo, apagar o negro da sociedade brasileira, que na época – assim como hoje – era maioria. A exemplo dessa estratégia, temos a pintura *A redenção de Cam* (1895) – veja na página a seguir.



*A redenção de Cam*, de Modesto Brocos (1852-1936). Foto: Divulgação/Museu Nacional de Belas Artes

A obra *A redenção de Cam*, a mais conhecida do pintor espanhol naturalizado brasileiro Modesto Brocos (1852-1936), é considerada uma representação da realidade brasileira daquele período, pós-escravidão, servindo de incentivo à miscigenação até gerar novos brancos. Nessa pintura, especificamente, é possível analisar que a figura de uma senhora negra, mais velha, talvez avó, agradece aos céus por ter alguém branco em sua linhagem, como se estivesse sendo agraciada. A filha, embora não fosse negra como a mãe, já era miscigenada, então para embranquecer e “redimir” sua família, deveria se casar com um branco. O homem branco estático com feição orgulhosa fica como o simbolismo de salvador étnico daquela família.

Sobre a relação do quadro *A redenção de Cam* com a estratégia dos brancos racistas em branquear o Brasil, Roncolato (2018) diz o seguinte:

A pintura *A Redenção de Cam* (1895) foi feita pouco depois de declaradas a abolição da escravidão e da instituição da República no país. No caminho para um suposto progresso, o Brasil adotava a Europa branca como referência. Sua população, no entanto, pouco se assemelhava à europeia. O negro representava, aos olhos de boa parte da intelectualidade, o passado e o atraso. Surgiram no século XIX as chamadas teorias científicas do branqueamento, propondo como solução para o problema misturar a população negra com a branca, incluindo os imigrantes europeus, geração por geração, até mudar o perfil “racial” do país, de negro a branco. O quadro *A Redenção de Cam*, reverenciado e premiado em sua época, é considerado uma representação visual dessa tese. O título do quadro remete ao mito bíblico da maldição lançada por Noé sobre seu filho Cam (ou Cã). Há inclusive versões que descrevem Canaã e os descendentes de Cam como

negros. O mito é reinterpretado por Brocos, que aponta, seguindo as teorias da sua época, que a salvação – ou “redenção” – dos descendentes de Cam se daria por meio da sua extinção, por efeito do branqueamento (Roncolato, 2018).

O título da pintura faz referência à passagem bíblica no livro de Gênesis, capítulo 9, no qual Cam, filho de Noé, vê o pai embriagado e nu, mas, em vez de cobri-lo, vai contar aos seus irmãos, Sem e Jafé. Após recobrar a consciência, Noé amaldiçoa seu filho Cam dizendo que será servo de seus irmãos. A partir disso, o pintor nomeia sua obra como *A redenção de Cam* para nos fazer acreditar que os negros só foram escravizados pois faziam parte da descendência maldita de Cam; logo, para se salvarem, deveriam se miscigenar até vir uma descendência branca. Sobre isso, Munanga (2003) tece alguns comentários.

Mas o racismo e as teorias que o justificam não caíram do céu, eles têm origens mítica e histórica conhecidas. A primeira origem do racismo derive do mito bíblico de Noé do qual resulta a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). Segundo o nono capítulo da Gênese, o patriarca Noé, depois de conduzir por muito tempo sua arca nas águas do dilúvio, encontrou finalmente um oásis. Estendeu sua tenda para descansar, com seus três filhos. Depois de tomar algumas taças de vinho, ele se deitara numa posição indecente. Cam, ao encontrar seu pai naquela postura, fez, junto aos seus irmãos, Jafé e Sem, comentários desrespeitosos sobre o pai. Foi assim que Noé, ao ser informado pelos dois filhos descontentes da risada não linsongeira de Cam, amaldiçoou este último dizendo: seus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos de seus irmãos. Os calvinistas se baseiam sobre esse mito para justificar e legitimar o racismo antinegro (Munanga, 2003, p. 8).

Essa articulação entre a passagem bíblica e o mito da democracia racial foi a principal responsável para criar o estereótipo de que o negro era amaldiçoado há séculos e de que, logo, deveria sofrer e ser explorado – havia “embasamento bíblico”, diziam os seguidores desse pensamento. Infelizmente, esse discurso da democracia racial não ficou concentrado somente nas pinturas, como em *A redenção de Cam*, mas também em outras artes, meios e campos sociais. O discurso da democracia racial perpassou por séculos e ainda está latente na atualidade, no Brasil e em muitos locais do mundo. Por isso, é dever ético de todo educador analisar cuidadosamente e com um olhar crítico cada movimento artístico, da colonização até a contemporaneidade.

Esses estereótipos criados pelo colonizador, passados por gerações e consolidados nas tradições e no ideário nacional brasileiro, fazem parte de uma “estratégia discursiva”, em forma de conhecimento e identificação, conforme diz Bhabha (1998).

É a força da ambivalência que dá ao estereótipo colonial sua validade: ela garante sua repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas mutantes;

embasa suas estratégias de individualização e marginalização; produz aquele efeito de verdade probabilística e predictabilidade que, para o estereótipo, deve sempre estar em excesso do que pode ser provado empiricamente ou explicado logicamente (Bhabha, 1998, p. 105-106).

Essa ambivalência tratada pelo autor foi responsável por fortalecer e perpetuar o discurso estereotipado, racista e preconceituoso dos colonos sobre negros e indígenas. Logo, podemos compreender que o discurso historicamente construído contra negros e indígenas, essa relação sexista, abusiva, escravagista, repulsiva e discriminatória que o branco colonizador tinha com os colonizados, foi responsável por estruturar o racismo e introduzir no imaginário da sociedade brasileira visões estereotipadas de negros e indígenas.

As obras literárias, por exemplo, também contribuíram para a propagação de estereótipos negativos contra negros e indígenas. No livro *A escrava Isaura*, analisado nesta dissertação, os negros sempre eram personagens secundários, que serviam à protagonista ou prejudicavam ela. A discussão principal do livro é a escravidão e a luta pela abolição, todavia, negros têm pouca participação na obra; quando aparecem, como é o caso de Rosa, são construídos de maneira instintiva e primitiva. Rosa, por exemplo, é uma escrava mulata (como diz o autor) pautada na inveja da escrava branca. A forma como Bernardo Guimarães criou essa personagem só ressaltou o discurso racista de que negros são invejosos, perpetuando, assim, a ideologia da raça dominante e dificultando o processo de construção da identidade negra. Essas obras também vão construindo a identidade de negros e brancos, pois a identidade sempre é construída na relação com a diferença.

## **2.2 Construção da identidade negra no Brasil**

A formação da sociedade brasileira é caracterizada por uma diversidade cultural e linguística resultante da contribuição de diversos povos e das relações entre eles, de maneira amistosa ou não, com ou sem violência, nos mais variados aspectos, cenários e momentos. Embora seja “um país rico em diversidade de raças, tem-se notado a permanência/aumento de violências e agressões diversas a grupos sociais e culturais, mas de maneira mais contundente contra negros”, conforme dizem Neves e Silva (2019, p. 158-159).

A colonização europeia contribuiu para a intolerância, o racismo, o preconceito e a diferenciação pela cor da pele. Ao negro foi reservada a subalternização e a violência, além do alijamento da sociedade, da economia e da política. É nítida e inquestionável toda a violência sofrida contra o negro, desde a colonização até a atualidade. Por isso, faz-se

necessário questionar todo o apagamento da contribuição do negro na formação da sociedade brasileira, também a sua importância histórica na luta e na resistência ao escravismo, e colaborar/reforçar, por fim, para que o negro forme sua identidade a partir de referências positivas sobre sua raça, uma vez que por séculos ela foi inferiorizada pelo branco e ainda é embasada no ideal eurocêntrico.

A partir da noção de encobrimento do outro (Dussel, 1993, p. 8), pode-se entender que o encobrimento desse “outro” é um projeto colonial e dominador de subalternização daqueles considerados “inferiores”, segundo o colonizador, em diversos aspectos – social, organizacional, político, cultural, etc. Para promover e perpetuar a dominação sobre esses povos, isto é, negros e indígenas, inúmeras injustiças e violências foram efetuadas e tentou-se apagar o passado coletivo desses povos.

Criou-se, então, o mito da democracia racial, segundo o qual o racismo não existe e a sociedade sabe lidar com as diferenças de maneira empática e democrática. Esse ideal foi responsável por criar no imaginário dos negros que seus traços, sua cor e sua história são pequenos, “feios” e inferiores perante o branco e que, logo, devem ser encobertos, apagados e esquecidos. Sobre isso, Munanga (1999) disserta que

o fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então não crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional. Ora, esta se configura problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisas e força animal de trabalho, ainda não mudou? Toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira (Munanga, 1999, p. 51).

Essa ideia racista e classista dos pensadores em 1888, infelizmente, perpetua até hoje, por acreditarem que a história do negro se resume a ser escravizado, sem recursos financeiros, sem educação, servindo de mão de obra e de objeto sexual. A partir disso, foi negada a influência e a participação do negro na formação de uma identidade nacional.

Para a elite branca racista, era importante ter uma história forte, de bravos colonizadores que enfrentaram os mares em busca de povoar e levar desenvolvimento para uma terra repleta de “selvagens”. Para eles, era vergonhoso perante o mundo que nossa identidade era diversa, pois havia negros e indígenas influenciando em nossa língua, cultura e costumes. Eles pensavam: “Como uma nação poderia ter uma influência tão forte de raças consideradas inferiores?”. Por isso, o plano era incentivar a mestiçagem, para que

a população embranquecesse e a influência negra ficasse apenas no sangue, e não como maioria da população brasileira, influenciando na língua, nos costumes e na cultura.

Nesse sentido, é possível afirmar que, mesmo com a mobilização do movimento negro em questionar esse ideal da democracia racial, lutar ativamente contra a discriminação racial e tentar reunir negros na luta antirracista, a ideologia da democracia racial “pegou” e, infelizmente, ainda ressoa nos discursos contrários aos negros e aos seus direitos conquistados. Contudo, sabemos que isso é fruto de uma construção histórica de negação, desprezo e medo dos negros, o qual negava/ainda nega a existência do racismo na sociedade.

Gomes (2008) pontua que o objetivo do branco era fazer o negro acreditar que vivia em uma sociedade democrática, plural, na qual todos são iguais e possuem os mesmos direitos, oportunidades e liberdades. Essa falácia queria iludir o negro e fazê-lo crer que não existia racismo nem discriminação. Porém, basta analisar e comparar aquele período com a atualidade: constata-se que o racismo e o desprezo contra negros ainda são fortes. É por isso que o ideal da democracia racial e o branqueamento devem ser contestados e problematizados, pois assim haverá uma contribuição para a valorização do negro e para formação da identidade do negro.

A literatura poderá ser um importante auxiliador nessa luta antirracista, uma vez que, ao se contestar clássicos que inferiorizam o negro e trabalhar com obras que valorizam o negro, será possível contribuir com a luta racial do negro, tendo a escola como o ambiente ideal para realizar esse importante debate racial. Como diz Gomes (2002, p. 40): “A escola é uma instituição formadora não só de saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade”.

Em virtude de questionar esse mito da democracia racial, foi feita a escolha do livro *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, para satisfazer os propósitos desta pesquisa, principalmente por meio de uma obra literária clássica. Isaura simboliza a vida de muitos brasileiros quando foge com seu pai para o Recife e se torna Elvira. Esta personagem, ao contrário de Isaura, esconde suas raízes afrodescendentes e vive como branca para ser aceita, livre de preconceitos e de amarras. Essa característica de Elvira – de ocultar suas raízes negras para ser aceita e igual às pessoas brancas livres – simboliza o que Fanon (2008, p. 34) comenta: “Quanto mais ele (negro) rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será”. Também, pode servir, por exemplo, para problematizar a ideologia do branqueamento e da democracia racial, que define a não existência do racismo e de que

todos são iguais e possuem as mesmas oportunidades, por mais que a real intenção desse pensamento será sempre apagar e inferiorizar o negro. Sobre isso, Fanon também escreve que “onde quer que vá, o preto permanece um preto” (2008, p. 149). Logo, para o branco racista, não importa que o negro fale e haja tal como ele, pois, nesse sentido, o negro sempre será inferior a ele.

Com relação à inferiorização do negro e sua invisibilidade, Munanga (2005) traz um importante apontamento da professora Ana Célia da Silva:

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos adscritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de autorrejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e em preferência pela estética e pelos valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações (Silva, 2005, p. 22).

Assim, pode-se compreender que a falta de representação positiva dos negros no material didático, nas produções literárias e audiovisuais e na política afetou negativamente os negros, buscando convencê-los de que seriam inferiores, “feios”, sem classe, cultura nem educação. Por isso, é nosso dever como educadores discutir a diversidade racial em sala de aula, independentemente do componente curricular do qual fazemos parte, para ajudar as crianças e os jovens negros a construir sua identidade pautada em sua própria etnia, cor e traços físicos, e não nos padrões eurocêntricos brancos. Pois, para Munanga (2005, p. 15), as escolas devem “discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz a nossa cultura e a nossa identidade nacional”.

A escola, como espaço físico, é um local de socialização, discussão, conflitos, vivências, aprendizados, conexões e esclarecimentos no processo de construção das identidades dos jovens estudantes. Nesse espaço onde inúmeras situações acontecem e o embate de crenças, etnias, religiões e culturas é constante, é comum que ocorram casos de racismo, segregação dos jovens e, conseqüentemente, negações de identidades. Todavia, os que mais sofrem com isso são os negros.

Para exemplificar, isso fica evidente a partir dos dados de uma pesquisa realizada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em parceria com o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe), divulgada em 6 de julho de 2022, que revela um dado que já se previa: a grande motivação dos casos de *bullying* no Brasil é a cor da pele e a orientação sexual. Quais seriam os motivos de tanto ódio ao negro? O que motiva

os jovens não negros a desprezar, violentar e discriminar crianças e jovens negros? A partir dos estudos étnico-raciais, compreende-se que essa aversão ao negro é originada em função de um racismo muito bem-estruturado lá no período colonial e que perdura até hoje.

Entendo que seria necessário os educadores se atentarem para a pauta racial, porque a escola – seja ela pública, seja ela privada – abarca inúmeras diversidades. Então, é dever social, político e ético dos professores promoverem o questionamento das relações sociais e de poder, pois, a partir do momento que se isentam dessa importante discussão, o preconceito e a discriminação prevalecem entre colegas e afetam diretamente o comportamento das vítimas.

O educador não deve jamais se omitir desse importante debate social, independentemente de sua área de conhecimento, ou por se considerar inapto para a discussão, ou por considerar perda de tempo de aula. O docente é o principal responsável pela formação ética de seus estudantes, então, é seu dever sempre intervir em situações de exclusão ou preconceito, assim como também é seu dever buscar informação sobre o assunto, e não se isolar em sua área de conhecimento acreditando ser função das Humanidades tratar sobre a pauta racial.

Proporcionar uma formação adequada aos professores sobre as relações étnico-raciais é uma proposta de intervenção adequada, tendo em vista que a escola é um ambiente propício para a manifestação do racismo, em virtude de diferentes segmentos sociais conviverem entre si e os professores apresentarem dificuldades de reconhecer situações de preconceito e não saberem intervir pedagogicamente. É evidente que a estrutura educacional brasileira sobrecarrega o educador e não proporciona formações adequadas a ele para que saiba lidar com situações preconceituosas. Assim, indiretamente, isso acaba contribuindo para a manutenção e longevidade da educação colonial, eurocêntrica e racista, que subordina e encobre os grupos tidos como “inferiores” – negros e indígenas.

A luta contra o racismo não pode ser isolada e desarticulada, pois são milhares e milhares os casos de discriminação e violência contra negros. O Brasil, país que se intitula diverso e igualitário, infelizmente tem em suas estruturas o preconceito racial. Os negros, além da violência física, sofrem com uma violência psicológica, já que diariamente e em todos os lugares são interpelados pelos brancos sobre como devem agir, sentir, pensar e se situar na sociedade.

Os brancos racistas e da elite, que se estabeleceram como raça dominadora, determinaram por séculos como o negro deveria existir em sociedade e ainda hoje influenciam na forma de pensar da sociedade com relação aos negros. Souza (1983, p. 4) escreve que, em um contexto de racismo, “[...] pouco importa, então, ao sujeito negro o que o branco real, enquanto indivíduo ou grupo, venha a fazer, sentir ou pensar. Hipnotizado pelo fetiche do branco, ele está condenado a negar tudo aquilo que contradiga o mito da brancura”. Então, é possível compreender que o branco tenta fazer acreditar que tudo que é referente ao branco é bom, puro e de sucesso, em contraposição ao negro e a sua história, e isso influenciou diretamente na construção da identidade negra. A autora também acrescenta que

o negro sabe que o branco criou a inquisição, o colonialismo, o imperialismo, o antissemitismo, a escravidão e a pilhagem, as guerras e as destruições, dizimando milhares de vidas. O negro sabe igualmente que, hoje como ontem, pela fome de lucro e poder, o branco condenou e condena milhões e milhões de seres humanos a mais abjeta e degradada miséria física e moral. O negro sabe tudo isto e, talvez, muito mais. Porém, a brancura transcende o branco. Nada pode macular esta brancura que, a ferro e fogo, cravou-se na consciência negra como sinônimo de pureza artística; nobreza estética; majestade moral; sabedoria científica, etc. O belo, o bom, o justo e o verdadeiro são brancos (Souza, 1983, p. 4-5).

Souza nos faz compreender que essa ideologia branca e racista de valorização do branco ainda permeia no imaginário negro e o faz acreditar que nada seu tem valor: sua história, seus traços físicos, sua religião e sua cultura. Em virtude disso, ainda segundo a autora, “todo ideal identificatório do negro converte-se, desta maneira, num ideal de retorno ao passado, onde ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, onde seu corpo e identidade negros deverão desaparecer” (1983, p. 5). Essa mentalidade de aversão a si e aos seus semelhantes foi implementada pelos brancos como uma estratégia de desunião entre os negros, para a manutenção do poder político e social branco.

Contudo, não podemos desanimar e deixar esse ideário vencer no debate racial e social, pois desmereceríamos e invalidaríamos a luta e a resistência do movimento negro, que por séculos permanece na articulação, mobilização e luta por direitos, educação e respeito aos negros. O movimento negro, conforme cita Gomes (2011, p. 133), “é um sujeito político, com uma trajetória histórica, integrante do contexto atual da organização dos movimentos sociais e participante da articulação transnacional com outros movimentos e ONGs [organizações não governamentais] na luta pela construção de uma sociedade democrática”.

Portanto, é notória e admirável a participação ativa por séculos, desde o período escravagista do Brasil, por meio dos quilombos, até a atualidade, do movimento negro na luta política por direitos e pela conscientização dos negros influenciados pelo discurso eurocêntrico e colonizador. Não é uma tarefa fácil, pois ainda prevalece o mito da democracia racial, o qual considera que todos são iguais e que não há racismo.

Todavia, a partir da luta histórica do movimento negro, é possível compreender que há sim diferenças na nação brasileira – em termos de cor, traços físicos, cultura, religião, etc. – e que essas não deveriam nos inferiorizar ou nos separar, pelo contrário, deveriam nos enriquecer. Para Candau (2012, p. 239), “a diferença é articulada, as identidades plurais enriquecem os processos pedagógicos e devem ser reconhecidas e valorizadas”. Acerca disso, temos a música *Olhos Coloridos*, da cantora Sandra de Sá.

Você ri da minha roupa  
 Você ri do meu cabelo  
 Você ri da minha pele  
 Você ri do meu sorriso

A verdade é que você  
 Tem sangue crioulo  
 (Sá, 1982)

A artista mostra nas letras dessa canção que, por mais que o negro seja visto de maneira jocosa e pejorativa, ele faz parte do Brasil, de sua história e cultura, e que por isso deve ser aceito, respeitado e valorizado. Porém, não se deve usar a miscigenação como justificativa da não existência do racismo no Brasil, pois, como visto na música e observado na sociedade, o preconceito racial é muito forte, evidente e inflamado no povo brasileiro. Por conseguinte, devemos nos manter vigilantes e atuantes na luta antirracista, para fortalecer o debate racial e a busca por direitos da população negra brasileira.

Os brancos racistas, por meio de suas artimanhas e da violência, persuadiram o negro a pensar que não tinha valor e que não era belo e impuseram a noção de que só o branco simbolizava beleza, progresso e desenvolvimento humano. A partir daí, o negro passou a não se identificar com sua cor e sua existência e a querer “embranquecer, desejar, nada mais, nada menos, que a própria extinção”, segundo comenta Souza (1983, p. 5).

Por meio da análise dessa autora, pode-se compreender a importância do movimento negro, pois graças a ele os negros podem reconhecer sua beleza, seu valor humano e ético e sua importância histórica e cultural. Sem o movimento negro ressaltando e valorizando a identidade negra, seria maior a quantidade de pessoas negras que

rejeitariam seu corpo e seus traços. Sem a existência do movimento negro e induzidos só pelo discurso racista, mais negros começariam uma busca desenfreada por mudar seu fenótipo a fim de se adequar aos padrões estéticos brancos, assim como a autora diz:

A partir do momento em que o negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado com o selo da perseguição pelo corpo-próprio. [...] Os esforços para curar “ferida” vão então suceder-se numa escalada patética e dolorosamente inútil. Primeiro, tenta-se metamorfosear o corpo presente, atual, de modo penoso e caricato. São os “pregadores de roupa” destinados a afilar o nariz ou os produtos químicos usados para alisar o “cabelo ruim”. Em seguida, vêm as tentativas de aniquilar, no futuro, o corpo rebelde à mutação, no presente. São as uniões sexuais com o branco e a procriação do filho mulato. O filho mulato e o neto talvez branco representam uma louca vingança, suicida e homicida, contra um corpo e uma “raça” que, obstinadamente, recusam o ideal branco assumido pelo sujeito negro (Souza, 1983, p. 6-7).

Tudo isso que a psicanalista aponta faz parte da lógica racista que se perpetuou após a abolição da escravatura com o intuito de “embranquecer” a nação brasileira, que naquele período já contava com sua maioria negra ou mulata. Essa tentativa de o negro tentar se encaixar nos padrões brancos não pode ser julgada ou criticada contra os negros, pois, como escreve Fanon (2008),

todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritude, seu mato, mais branco será (Fanon, 2008, p. 34).

Portanto, o negro passa a aderir aos padrões estéticos, culturais e linguísticos do branco para ser aceito e não ser oprimido nem excluído, ou seja, uma estratégia de sobrevivência no meio do branco. Porém, o autor nos lembra que “[...] onde quer que vá, o preto permanece um preto” (2008, p. 149). Então, mesmo que o negro faça a adesão aos padrões e às normas estabelecidos pelo branco racista, ele continuará sendo visto como inferior para esse sujeito opressor. O negro, que não conhece e que não é participante do movimento negro, deve ser acolhido para, quem sabe, poder ser educado pelo próprio movimento, uma vez que o movimento negro educa a todos, e não somente os que dele participam, aprendendo a lutar contra a sociedade racista em que vive, valorizando sua cor e sua cultura, fortalecendo-se. Com relação a isso, Gomes (2024) traz uma reflexão:

O Movimento Negro Educador pode ser compreendido como um “educador coletivo”, que constrói e dissemina saberes emancipatórios, desafiando o racismo

estrutural e propondo uma nova epistemologia política. Sua ação questiona a própria educação escolar, da educação básica à educação superior, assim como os discursos que sustentam a suposta harmonia racial no Brasil e o ideal do branqueamento. Ele vai além da denúncia das desigualdades: ele articula e constrói projetos transformadores que ressignificam o papel do Estado, da política, do sistema jurídico, das mídias, da educação e da cultura na construção de uma sociedade antirracista. Essa capacidade de proposição e transformação é um de seus diferenciais em relação a outros movimentos sociais e populares do século XX (Gomes, 2024, p. 14).

Por isso, o movimento negro deve ser visto como ele realmente é: uma fortaleza que acolhe, abraça e ensina negros a lutarem contra a sociedade racista. É importante que a sociedade saiba da luta do movimento negro, do seu potencial, seus direitos e sua história de luta e resistência. É a partir do movimento negro que a sociedade compreenderá a história e os desafios enfrentados ao longo da história pelos negros. Pelo currículo eurocêntrico e colonial da escola, a sociedade – e principalmente os negros – só terá acesso a uma história que os inferioriza e não ressalta a luta do movimento a favor deles.

Assim sendo, o movimento negro é um importante agente político na luta por direitos da população negra e que, então, deve ser fortalecido e reconhecido por sua importância na história. Gomes (2011) descreve o movimento da seguinte forma:

O movimento negro, no Brasil, conquanto sujeito político, tem sido o principal responsável pelo reconhecimento do direito à educação para a população negra, pelos questionamentos ao currículo escolar no que se refere ao material didático que apresenta imagens estereotipadas sobre o negro, pela inclusão da temática racial na formação de professores(as), pela atual inclusão da história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares e pelas políticas de ação afirmativa nas suas mais diferentes modalidades (Gomes, 2011, p. 137).

É incontestável o valor e a importância do movimento negro na luta por direitos e por uma educação digna e com outro ponto de vista sobre a história dos negros no Brasil. Um ponto de vista mais fidedigno e visceral, mais intimista, dos negros sobre a sua história, na voz dos oprimidos e na perspectiva de resistência e luta contra a elite branca brasileira, em contraposição à visão eurocêntrica, monocultural e colonial, que inferioriza os negros e resume sua história no Brasil como mão de obra escrava.

Em virtude disso, a educação – por ser “um dos campos principais de luta dos movimentos sociais no Brasil”, conforme diz Gomes (2011, p. 134) – deve ser o principal espaço usado para reflexão crítica, histórica e social da realidade brasileira, e nós professores devemos nos capacitar sobre a educação racial e antirracista e também abrir espaço para que vozes negras do movimento afetem crianças e jovens sobre negritude, resistência e diversidade étnico-racial.

A luta do movimento negro pode ser interpretada pelos racistas ou como “mi-mi-mi”, ou “vitimismo”, ou “exclusivismo dos negros”, porém, mesmo que certo indivíduo não seja negro e/ou participante ativo do movimento, nós todos – professores, cidadãos e interessados nos estudos étnico-raciais – devemos nos apropriar da história dos negros no Brasil sob a ótica do movimento e fortalecer o movimento negro. Devemos propagar suas falas, passando adiante a verdade em tempos de desinformação. É o que enfatiza Gomes (2011):

Um ponto que merece ser destacado é que, em todo esse processo, os negros organizados em movimento sempre enfatizaram um cuidado profundo com a construção da democracia para todos os segmentos étnico-raciais. No entanto, a comunidade negra organizada não busca uma democracia abstrata, uma cidadania para poucos, mas sim uma igualdade e uma cidadania reais, que considerem o direito à diferença (Gomes, 2011, p. 137).

O movimento social negro luta pela valorização histórica, social, cultural e política dos negros, mas isso em busca de uma sociedade verdadeiramente igualitária, que considere suas diferenças étnicas, raciais, de credo religioso e cultural.

Os negros brasileiros diariamente sofrem discriminações, olhares e falas maldosas, ódio, violência e humilhações em função do racismo estrutural. Tudo isso a que são acometidos tenta fazer com que o negro não se identifique com sua cor, raça e história. Desde muito cedo, crianças e jovens negros são induzidos a acreditarem que o padrão estético valorizado e apreciado é o padrão branco eurocêntrico e o que foge desse padrão não é considerado belo, mas sim inferior e subalterno pelos brancos.

Por meio de sua influência midiática, política e educacional, o branco confere a ele um ideal de sucesso, beleza e poder muito superiores e inalcançáveis, muitas vezes, o que resulta em um processo de inferiorização aos negros, pois alguns indivíduos negros são afetados e podem ser levados a acreditarem que só o que é do branco é bom e belo, que eles nunca alcançarão esse padrão eurocêntrico.

Ferreira e Camargo (2011), ao tratarem sobre esse padrão estético estabelecido pelo branco, descrevem um fenômeno particular do Brasil:

A elite brasileira se autoidentifica como branca e assume as características do branco-europeu como representativas de uma superioridade étnica. Em contrapartida, o negro é frequentemente considerado um tipo étnica e culturalmente inferior. Entre essa dicotomia, estabeleceu-se uma escala de valores, aqui denominada de gradiente étnico, de tal maneira que a pessoa com características físicas próximas do tipo branco tende a ser mais valorizada e aquela mais próxima do tipo negro tende a sofrer discriminação (p. 375-376).

Os autores dissertam que o fenômeno particular do Brasil é o de acreditar que quanto mais branco a pessoa for, mais próxima do colonizador europeu ela é; logo, acredita-se ser superior em cultura, história, economia e política em relação ao negro.

Outro artifício utilizado para manter o ideal branco de superioridade sobre o negro e que contribuiu para a não identificação do negro com sua cultura, história e cor de pele foi a ideologia do branqueamento, que propunha eliminar a numerosa presença negra por meio da miscigenação. Para convencer os negros a aderirem à mistura racial, a elite branca utilizou as artes, os livros, os produtos audiovisuais, as revistas, os jornais, etc. com o intuito de fazer o negro acreditar que a discriminação e os embates raciais findariam. Sendo o objetivo do plano racista promover a mistura de brancos com negros, ocorreria, então, naturalmente, o desaparecimento dos negros. Com base nos escritos de Munanga (1999, p. 78), pode-se compreender que isso não passa de uma estratégia da elite branca para impedir que o negro se mobilize e influencie a política brasileira.

A elite “pensante” do país tinha clara consciência de que o processo de miscigenação, ao anular a superioridade numérica do negro e ao alienar seus descendentes mestiços graças à ideologia de branqueamento, ia evitar os prováveis conflitos raciais conhecidos em outros países de um lado e, por outro lado, garantir o comando do país ao segmento branco, evitando a sua “haitinização” (Munanga, 1999, p. 78).

Para garantir sua superioridade étnica e poder político, a elite branca utilizou e ainda utiliza de toda a sua influência e diversos métodos, assim como dialoga o autor, para impedir que o negro se mobilizasse e ocupasse espaços importantes que influenciariam os rumos políticos, sociais e econômicos do Brasil. O medo que esse grupo social tinha e ainda tem de o país se tornar um “Haiti” era – ou ainda é – gigante; logo, buscavam – ou ainda buscam – incentivar o embranquecimento do povo brasileiro e a desunião entre os negros, além de fortalecer o estereótipo negativo sobre os negros por meio de produções audiovisuais, midiáticas, etc. que inferiorizassem o negro e sua história em materiais didáticos, entre outras ações.

Como já mencionado, a escola é um local onde as identidades são formadas e, por isso, torna-se fundamental trabalhar a diversidade no ambiente escolar, pois situações de discriminação e ódio aos negros são constantes, sendo dever do corpo pedagógico lutar contra o racismo diariamente. Essa luta deve ocorrer desde os currículos, passando pelas práticas docentes e afetando positivamente os estudantes, tendo em vista que possuem valores familiares, sociais e educacionais muito bem enraizados e

estruturados em seu consciente, o que, então, podem considerar a luta antirracista sem importância. Porém, não podemos desanimar nem abandonar a luta, pois para chegar até onde estamos hoje houve e ainda há uma luta secular dos movimentos sociais negros por direitos e liberdades da raça negra, opondo-se ao imaginário europeu.

Esse imaginário colonizador, opressor, subalternizador e discriminatório está presente no inconsciente brasileiro e reflete em suas ações e falas. A partir do que foi estabelecido pela elite branca colonizadora séculos atrás, a sociedade brasileira formou seu caráter, seus gostos, seus costumes e achismos. Porém, tudo isso foi baseado em uma visão estereotipada do negro, que o vilaniza, o oprime, o inferioriza e trata com deboche suas características físicas, discriminando-o.

Tudo isso contribuiu para o negro querer se aproximar e se identificar com tudo o que é do branco, em uma estratégia de sobrevivência, chegando ao ponto de o negro querer ser branco, colocando as “máscaras brancas” que Fanon (2008) se refere – porém, o autor também recorda que “[...] onde quer que vá, o preto permanece um preto” (p. 149). Ou seja, por mais que o negro se aproxime do branco, fale sua língua, faça a adesão de seus padrões estéticos, acredite no mito da democracia racial e até contribua para os discursos de ódio aos próprios negros – situação em que os brancos dizem se tratar de “humor” –, em um contexto racista ele sempre será negro e considerado inferior, pois sua história, aquela ensinada nas escolas com currículos eurocêntricos e coloniais, é de escravidão, pobreza e inferioridade.

Todavia, como já dissertado aqui neste texto, mesmo com todo os ataques e as tentativas de desarticulação durante a história, o movimento negro se manteve firme e até hoje atua ativamente na educação de negros afetados durante a vida pelo discurso racista do branco colonizador. Por isso, devemos apoiar sua luta e referenciar seus participantes sempre que for discutido raça e diversidade, pois são eles os responsáveis por manter viva a história de luta e resistência do negro a partir da visão do colonizado, e não do colonizador, afetando positivamente a construção das identidades negras.

Tendo em vista que a escola foi e ainda é usada como mantenedora das estruturas de poder brancas e como propagadora dos valores, da história e dos padrões estruturantes e estéticos do colonizador, urge uma atuação ética e política dos educadores para combater esses currículos, rediscutir a mestiçagem, assim como detalha Munanga (1999): debater as questões raciais latentes e combater o racismo e a discriminação, a fim de,

assim, fortalecer as crianças e os jovens negros e afetá-los positivamente para que construam sua identidade negra a partir de representações positivas e verídicas de sua raça e cor.

No caminho dessa discussão sobre representação e identidade negra, chega-se a um grupo historicamente sexualizado, violentado e oprimido e igualmente importante para esta reflexão: o das mulheres negras. Gomes (2024) aborda a complexidade da existência do corpo feminino negro:

É crucial destacar outro aspecto ao analisarmos a interseccionalidade: sua presença na vida das mulheres negras brasileiras. Mais do que um conceito, ela representa uma interpretação perspicaz da realidade, produzida pelas próprias mulheres, sobre a complexidade de suas existências no contexto das opressões. O conceito de interseccionalidade, que fundamenta os saberes interseccionais, tem seguido um caminho de adensamento político e epistemológico na produção teórica feminista negra – em âmbito internacional, nacional, regional e local. No Brasil, encontra ressonância tanto na luta política quanto na produção intelectual crítica, tornando-se um referencial essencial para compreender as dinâmicas de opressão e resistência (Gomes, 2024, p. 14-26).

Os corpos de mulheres negras, historicamente, sempre foram sexualizados e vítimas das violências sexuais e da opressão dos colonizadores brancos. Essas atitudes estruturam o machismo, o patriarcado e o racismo na mentalidade dos homens brasileiros, que veem nas mulheres objetos sexuais para lhes satisfazerem, sendo as mulheres negras ainda mais sexualizadas. Essa sexualização parte inclusive de preceitos religiosos.

No inconsciente coletivo, negro = [igual a] feio, pecado, trevas, imoral. Dito de outra maneira: preto é aquele que é imoral. Se, na minha vida, me comporto como um homem moral, não sou preto. Daí se origina o hábito de se dizer na Martinica, do branco que não presta, que ele tem uma alma de preto. A cor não é nada, nem mesmo a veje, só reconheço uma coisa, a pureza da minha consciência e a brancura da minha alma. “Eu – dizia o outro – branco como neve” (Fanon, 2008, p. 163).

O autor comenta que o colonizador branco definiu o negro como pecado e imoralidade; logo, não haveria problema oprimir, violentar e explorar o negro, pois ele era naturalmente mal, imoral e pecador, o responsável por corromper o homem branco aos pecados carnis e imorais. A partir disso foi criado um estereótipo para a mulher negra – o de mulher sedutora, aquela que corrompe o homem branco e moral.

A exemplo disso temos a personagem Rosa do romance *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães. Essa obra, objeto de análise desta dissertação, conta com a figura de uma jovem escrava mestiça que é descrita a partir de seus atributos físicos e por ser muito sedutora e “zombeteira”, enquanto Isaura, igualmente escrava, porém, branca e protagonista da história, é descrita de maneira angelical e pura. O autor, quando divide as

personagens femininas a partir de sua cor e sua personalidade, reflete um pensamento europeu racista descrito por Fanon:

Na Europa, o Mal é representado pelo negro. É preciso avançar lentamente, nós o sabemos, mas é difícil. Na Europa, o preto, seja concreta, seja simbolicamente, representa o lado ruim da personalidade. Enquanto não compreendermos esta proposição, estaremos condenados a falar em vão do “problema negro”. O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém; e do outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca. Uma magnífica criança loura, quanta paz nessa expressão, quanta alegria e, principalmente, quanta esperança! Nada de comparável com uma magnífica criança negra, algo absolutamente insólito (Fanon, 2008, p. 160).

As mulheres negras são as mais estigmatizadas no quesito estético, pois são identificadas como um objeto sexual, de prazer, e seus traços e cabelos são categorizados como algo fora do padrão estético branco europeu.

As mulheres negras compõem um dos grupos que tem sua estética estigmatizada. São constantes as associações de seus cabelos crespos a termos depreciativos, como “cabelo duro”, “cabelo ruim”, “cabelo de fuá”, “cabelo de bicho”, etc. Diante deste cenário, as mulheres negras enfrentam a discriminação estética usando o cabelo como objeto político, indo contra a lógica hegemônica a partir do momento em que decidem utilizar o cabelo crespo de forma natural, isto é, sem alisamentos (Freitas, 2018, p. 66-67).

Embora as mulheres negras sofram com os estereótipos criados sobre elas, com a violência e com a opressão até a atualidade, a luta do movimento negro possibilitou a ocupação de muitos espaços por pessoas negras, entre elas mulheres. Com isso, possibilitou que a estética afro passasse a ser respeitada, valorizada e representada como um objeto político de luta contra a discriminação e o racismo e que, dessa forma, tanto meninas quanto meninos negros passaram a ter referências positivas para construir suas identidades.

Bhabha (1998, p. 73) diz que “os olhos do homem branco destroçam o corpo do homem negro e, nesse ato de violência epistemológica, seu próprio quadro de referência é transgredido, seu campo de visão perturbado”. Todavia, Gomes (2003) pontua que, mesmo com o empenho da branquitude por destroçar a identidade e a representação negra, obteve-se alguns avanços na formação da identidade negra:

Até mesmo hoje, depois de adultas, as mulheres negras continuam enfrentando um verdadeiro “patrulhamento ideológico” em relação a sua estética. Alguns as desejam com o cabelo “crespo natural”, considerado por um grupo como autêntica expressão da negritude; outros querem nas de tranças, por julgarem que esse penteado aproxima a mulher (e o homem negro) de suas raízes africanas;

outros, com o cabelo alisado, por considerarem que tal penteado aproxima as mulheres negras do padrão estético branco, visto socialmente como o mais belo. Enfim, esse tipo de cerceamento da liberdade da expressão estética e corporal do negro, sobretudo da mulher negra, demonstra que continuamos mergulhados nas malhas do racismo e do preconceito racial. Na realidade, o que pode parecer uma simples opinião ou um mero julgamento estético, revela a existência de uma tensão racial, fruto do racismo ambíguo e do ideal do branqueamento desenvolvidos no Brasil. Essas questões deveriam ser consideradas com mais seriedade pelos educadores e pelas educadoras (Gomes, 2003, p. 176-177).

Assim como comenta a autora, é de fundamental importância que os educadores se atentem para esse patrulhamento ideológico que oprime mulheres negras a se adequarem aos padrões estéticos brancos, pois isso contribui para a não identificação dos negros com sua cor e promove um apagamento da estética negra na sociedade.

Esse apagamento da estética negra também faz parte da estratégia da elite branca, pois a partir do momento que o negro não encontra representações positivas de sua raça e as representações que tem acesso são negativas, o negro terá dificuldade de se identificar com sua cor, bem como para se unir ao seu semelhante e lutar por seus direitos, por participação política e influência na sociedade. Há mais de 40 anos, Nascimento (1978) falava sobre isso – e ainda hoje enfrentamos essa mesma problemática.

O crescimento da consciência negra é desencorajado pela recusa da sociedade em conceder ao cidadão negro a oportunidade de realizar sua íntegra identidade – inclusive seu eu negro –, negando o significado que o desenvolvimento do negro (político, social e cultural) tem para ele, em particular, e para o Brasil, em geral (Nascimento, 1978, p. 80).

Apesar desse desencorajamento da sociedade para o crescimento da consciência negra, a construção da identidade negra está sendo feita também com referências positivas graças à luta incessante do movimento negro.

### **2.3 Escola: espaço de construção de identidades e diferenças**

Escola, um ambiente que fornece a formação e o desenvolvimento de cada sujeito em seus aspectos cultural, social e cognitivo. Essa formação do sujeito pode privilegiar a diversidade presente no ambiente escolar, mas também pode perpetuar discursos eurocêntricos, que visam manter os privilégios da branquitude. Segundo Gomes (2005, p. 154), “a escola continua dando uma ênfase desproporcional à aquisição dos saberes e conteúdos escolares e se esquecendo de que o humano não se constitui apenas de intelecto, mas também de diferenças”.

Tendo em vista que os currículos educacionais e as práticas pedagógicas vigentes são eurocêntricas e desprestigiam negros e indígenas, a falta de formação adequada e específica para professores dificulta ainda mais o processo de desconstrução da estrutura racista, o que acarreta o aumento da violência escolar, motivada por questões raciais, tendo como maior alvo crianças e jovens negros. Acerca disso, Cavalcante (2018) enuncia que,

nesse sentido, o espaço escolar consiste no lugar de socialização, discussão e esclarecimentos no processo de construção das identidades dos jovens estudantes. Sendo essa construção envolvida em todo o processo educativo, podendo ocorrer manifestações de conflito, como o racismo, a segregação dos jovens e, conseqüentemente, as negações de identidades (Calvante, 2018, p. 10).

Embora a escola seja um local diverso e heterogêneo, pois engloba diversas raças, culturas e condições sociais, pode-se pensar que seria um ambiente ideal para trabalhar a diversidade desde a base, mas geralmente não é. A realidade é cruel e mostra que esse local que atua na formação dos sujeitos também atua direta ou indiretamente na propagação de preconceitos e discriminações. É um ambiente que, infelizmente, reconhece pouco ou até reconhece, mas não sabe lidar com a presença do racismo e, muitas vezes, não promove o debate sobre o tema para combatê-lo.

Muitos professores sem capacitação adequada despejam para as coordenações e direções pedagógicas o trabalho de lidar com os conflitos raciais em sala, pois resumem tudo a *bullying*. Contudo, essa atitude só gera mais violência, torna o ambiente educacional insalubre e perpetua o racismo, pois alguns alunos utilizam o preconceito como “arma” de provocação de seus desafetos.

Nós, professores e pesquisadores dos estudos raciais, não podemos simplesmente atacar esses profissionais da base por não saberem lidar com os discursos de ódio aos negros, ou por não saberem a temática, ou por optarem em não discutir a pauta racial, pois fazem parte de um sistema que privilegia notas, classificações, metas e resultados em contraposição às discussões sobre raça, diversidade e direitos. Sobre isso, Gomes fala que

não faz sentido que a escola, uma instituição que trabalha com os delicados processos da formação humana, entre os quais se insere a diversidade étnico-racial, continue dando uma ênfase desproporcional à aquisição dos saberes e conteúdos escolares e se esquecendo de que o humano não se constitui apenas de intelecto, mas também de diferenças, identidades, emoções, representações, valores, títulos... Dessa forma, entendo o processo educacional de uma maneira mais ampla e profunda. Poderemos avançar no nosso papel como educadores/as

e realizar um trabalho competente em relação à diversidade étnico-racial (Gomes, 2005, p. 154).

Devemos analisar e questionar também se esses professores, ao perceber uma situação de discriminação, sabem ou não sabem como intervir: ou se sua ação pode se tornar um ato político e ético de combate ao racismo ou se sua omissão pode compactuar com o racismo estrutural. Isso caberá uma análise delicada caso a caso, pois os docentes não merecem ataques e desconfianças a princípio, pois a sociedade diariamente já os faz contra eles.

Compreendo que nossas falas, ações ou omissões como educadores nas escolas marcam os alunos para sempre. Gomes (2002), em sua pesquisa de doutorado, relata que “várias depoentes, ao reportarem-se ao corpo, lembraram momentos significativos da sua história de vida, dando um destaque especial à trajetória escolar” (p. 41). Logo, nós docentes devemos dar a devida importância para o debate racial, tendo em vista nossa influência na vida de nossos estudantes, combatendo sistematicamente o racismo.

Um caso de racismo que chamou atenção ocorreu em 29 de abril de 2025 e envolveu uma bolsista negra de 15 anos encontrada desacordada no banheiro do Colégio Mackenzie, em Higienópolis, bairro nobre de São Paulo. Segundo a família, ela vinha sofrendo ataques racistas e *bullying* desde o ano anterior. A mãe da menina relatou que há um ano ela sofria ataques racistas por seus colegas, entretanto, falou que o colégio não tomava atitudes sérias e eficazes. A mãe da estudante disse ainda que procurou assistência psicológica na própria instituição para a filha, porém, não foi atendida por falta de vagas.

Essa situação deprimente nos mostra como o debate racial e a luta antirracista não pode parar, pois a violência contra negros é crescente e se manifesta inclusive na escola, local que deveria servir de discussões importantes sobre raça, diversidade e direitos, mas que, muitas vezes, tem se estabelecido como um ambiente cruel para crianças e jovens negros adquirirem conhecimentos e formarem suas identidades.

O medo, a opressão e a violência física e psicológica são os principais responsáveis por manter os negros alijados das discussões políticas e sociais do país, por não terem seus direitos respeitados, seus traços enaltecidos e sua história adequadamente contada, convivendo com a imposição do discurso e dos padrões estéticos do branco. Por conseguinte, é nosso dever como docentes combater o racismo na escola, seja ela pública, seja ela privada, para que casos como o da aluna bolsista da Mackenzie não se repitam.

É na escola, por meio das relações sociais, que as diversidades e diferenças interagem e habitam um mesmo espaço e que, nessa relação diária, conceitos e

preconceitos são criados, revelados e vivenciados; por isso, é um espaço rico para a discussão racial e de construção das identidades.

Não podemos esquecer como as relações sociais influenciam – e muito – na formação das identidades negras, pois elas acontecem, segundo Gomes, de maneira “[...] contínua, construída pelos negros e pelas negras nos vários espaços – institucionais ou não – nos quais circulam. A identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos”. A autora ainda destaca que,

nesse percurso, o negro e a negra se deparam, na escola, com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre a sua cultura e a sua história. Muitas vezes, esses olhares se chocam com a sua própria visão e experiência da negritude. Estamos no complexo campo das identidades e das alteridades, das semelhanças e diferenças e, sobretudo, das diversas maneiras como essas são tratadas (Gomes, 2002, p. 40).

Esses olhares ditos pela autora refletem muito bem o racismo. Muitos negros não se sentem pertencentes aos ambientes pelos olhares que a eles são dispensados. Por isso, cabe à escola, aos professores e aos alunos discutir as diferenças existentes no ambiente escolar – não de maneira simplista e na lógica da democracia racial, que limita a discussão ao pensamento de que “somos todos iguais, não existe diferença, devemos nos respeitar”. Sim, o respeito deve ser a base de tudo, porém, também é necessário o reconhecimento e a valorização das diferenças.

Então, é proveitoso que nós professores aproveitemos essa característica do ser humano presente em nossos estudantes para discutir as diferenças e as identidades, rompendo com o discurso previamente concebido pelas elites brancas e coloniais. Nesse sentido, Gomes também diz que “a diferença é, pois, um importante componente do nosso processo de humanização. O fato de sermos diferentes enquanto seres humanos e sujeitos sociais talvez seja uma das nossas maiores semelhanças” (2002, p. 40).

A partir disso, compreendemos que a escola se torna um ambiente ideal para o debate e a discussão sobre as diferenças e as diversidades, possibilitando o reconhecimento e a formação da identidade negra. Bastos (2015) ressalta que

a escola é um lugar privilegiado no complexo devir da construção de identidades. Os diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo desencadeado por instituições de ensino – professores, professoras, alunos, alunas e responsáveis – constroem diferentes identidades ao longo de sua história de vida, e a escola, como espaço de aprendizagem e socialização, tem grande importância nisso. Nesse sentido, o reforço de estereótipos e representações negativas do que é ser mulher e ser negro/a marca as trajetórias escolares dos sujeitos que desenvolvem diferentes estratégias para lidar com o preconceito, o racismo e o sexismo. É na

escola que ocorre um dos mais marcantes confrontos de pertencimentos, e é nesse território, para além da família, que as identidades de gênero e raça são também construídas. Não que esse processo de constituição das identidades tenha fim, mas a escola, com suas práticas socializadoras, aparece como especial lugar de embates entre o reconhecer-se e o ser reconhecido/a nas suas diferenças (Bastos, p. 620-621).

Como dito pela autora, o espaço escolar, por meio de suas práticas socializadoras, tem a capacidade de incluir e excluir o jovem negro, uma vez que os embates raciais são constantes. Nesse espaço, o estudante negro passa a vivenciar vários momentos importantes para se firmar em sociedade e construir sua identidade.

Então, entendo que o professor pode contribuir positivamente na reconstrução ou reafirmação das identidades negras, que são afetadas por valores e normas desde o primeiro contato social. Assim, Bastos também diz que

a escola é também um lugar de conflito de identidades. No espaço da casa, da família, a criança é imbuída de valores e normas que se estruturam em forma de identidades e definem o contorno daquilo que se é e do que se quer ser. Esses limites são testados o tempo todo no espaço da casa, da rua, e também da escola. Nos lugares de encontro com o outro, com o diferente, tais valores são confrontados com a maneira como o sujeito define sua autoimagem. Constrói-se uma relação dialética que desestabiliza e pode reconstruir e/ou reafirmar identidades (Bastos, 2015, p. 621).

A partir dessa análise, é possível compreender que as crianças e os jovens são desde cedo imbuídos de crenças e valores da família; logo, suas identidades são formadas a partir do que o seu entorno familiar acredita. Então, quando vão à escola e se deparam com aquilo que é o oposto ao que a família fala e aceita, as divergências e os confrontos aparecem. Gomes também disserta sobre esse confronto dos valores familiares e a diversidade na escola:

Quanto mais aumentam as vivências da criança negra fora do universo familiar, quanto mais essa criança ou adolescente se insere em círculos sociais mais amplos, como é o caso da escola, mais se manifesta a tensão vivida pelos negros na relação estabelecida entre a esfera privada (vida familiar) e a pública (relações sociais mais amplas) (Gomes, 2002, p. 46).

Entendo que a construção da identidade negra deve ser discutida, valorizada e reconhecida no espaço escolar, pois grande parte do processo de construção da identidade negra é realizado dentro das escolas, no convívio social diário com o outro, aquele que difere em raça, cultura, crenças e valores. A instituição escolar é um espaço social no qual os adolescentes compartilham significados, informações, valores, conceitos e preconceitos também, infelizmente. Por isso, é importante compartilhar com os estudantes referências

positivas sobre o negro, para mudar os conceitos estruturados pela colonização, bem como a própria identidade.

As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação [...]. As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência [...]. Tem a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (Hall, 2000, p. 108-109).

Por meio de Hall (2000) podemos compreender quão importante para as crianças e os jovens é ter uma identidade positiva e socialmente aceita para encontrarem um espaço na sociedade. Fanon (2008) mostra que todo o discurso do branco vai no sentido de que o negro precisa deixar de ser negro e aderir a branquitude para ser aceito e que, então, torna-se difícil o processo de construção da identidade negra.

Compreendemos agora porque o negro não pode se satisfazer no seu isolamento. Para ele, só existe uma porta de saída, que dá no mundo branco. Donde a preocupação permanente em atrair a atenção do branco, esse desejo de ser poderoso como o branco, essa vontade determinada de adquirir as propriedades de revestimento, isto é, a parte do ser e do ter que entra na constituição de um ego (Fanon, 2008, p. 60).

Essa busca por aceitação não pode ser vista como uma simples atitude de negação de sua identidade negra, pois suas representações foram criadas a partir do momento que sua história foi contada pelo colonizador que subjogou, violentou e roubou os negros, mas sim como uma atitude de sobrevivência e de tentativa de se sentir incluído na sociedade. Os jovens negros são interpelados para que se vejam como inferiores perante o branco, uma vez que sua representação na história é, segundo diz o branco, apenas subalternização, e não de heroísmo, conquistas e força.

Logo, caberá a nós professores contornar essa situação levando a história sobre a ótica, as vivências e a fala dos negros, mostrando toda a luta, a resistência e a força do povo negro durante séculos – e até hoje – contra um Estado branco e racista que sempre tentou desmobilizar os movimentos sociais negros e que não garantiu os direitos e as liberdades aos negros, a não ser por muito combate político dos movimentos negros, que cobravam e ainda cobram por mudanças políticas e sociais. Sobre essa tentativa do Estado em desmobilizar os negros, Silva (2018, p. 627) diz que “o Estado brasileiro sempre se

articulou com muita eficácia para desmobilizar as lutas da população negra contra o racismo e a discriminação racial por meio do discurso da mestiçagem”. Já Bastos (2015) ressalta que

o papel fundamental da escola é na luta pela construção de uma sociedade que combata o racismo e o sexismo. Muitas vezes, professoras e professores carregam a tensão de acreditar nessa luta, mas, por não sentirem na própria experiência os efeitos de uma sociedade desigual hierarquizada a partir da raça, por exemplo, acabam negligenciando esse conhecimento na sua prática profissional cotidiana. No entanto, nenhum profissional da educação pode se furtar de enfrentar essa questão. Professores e professoras têm um papel estratégico no desenvolvimento de pesquisas e na formulação de práticas pedagógicas que reflitam o ideal de uma educação antirracista e antissexista, isto é, uma educação comprometida com a superação das desigualdades e das diferenças construídas a partir da ideia de raça e gênero (p. 617-618).

Aproveito este espaço e faço aqui um chamado aos professores para que firmem posição e problematizem sempre situações de racismo e discriminação no exato momento em que ocorrerem. O educador não deve jogar a responsabilidade para outras esferas da escola, como a direção e/ou a coordenação pedagógica, como também não deve jamais se omitir desse importante debate social, independentemente de sua área de conhecimento, seja por se considerar inapto para a discussão, seja por considerar perda de tempo de aula. O docente é uma peça-chave na sala de aula para mediar e intervir conflitos raciais que surgirem e é o principal responsável pela formação ética de seus estudantes, assim como é seu dever buscar informação sobre o assunto, e não se isolar em sua área de conhecimento, acreditando ser uma discussão restrita à área das ciências humanas por se tratar de questão racial.

## **CAPÍTULO III – DISCUSSÃO DA OBRA *A ESCRAVA ISAURA*: IDENTIFICAÇÕES E DIFERENCIAÇÕES**

### **3.1 Contextualizando a obra**

*A escrava Isaura*, obra escrita pelo romancista e poeta brasileiro Bernardo Joaquim da Silva Guimarães (1825-1884), ou somente Bernardo Guimarães, é uma obra lançada em um período inflamado pela campanha abolicionista (1875) e ambientada por volta de 1840, “nos primeiros anos de reinado de D. Pedro II” (Guimarães, p. 15), no século XIX. No entanto, mesmo inserida nesse contexto de época, se mostra uma obra atemporal e que pode evidenciar o racismo enraizado no povo brasileiro.

O livro narra em terceira pessoa as desventuras de Isaura, uma escrava branca, mimosa e de gentil coração vitimada por um senhor cruel e libidinoso que a assedia diariamente. É ambientada em Campos dos Goytacazes (RJ) e no Recife (PE) e conta com um *plot* – casualidade dentro de uma narrativa dramática, segundo Campedelli (1986, p. 45) – comum dos romances populares: o triângulo amoroso entre heroína, vilão e herói, com intuito de “prender” os leitores. Embora seja uma obra cativante e emblemática, possui personagens de pouca profundidade e muito estereotipados, que excedem a idealização romântica.

Isaura, a protagonista e heroína romântica brasileira, modulada na estética europeia, tanto é uma porta-voz do clamor por liberdade da senzala como também uma representação de sua época e da casa-grande. Com isso, na narrativa, temos exibidas as falsas relações familiares tradicionais, suas traições e seus imbrólios. A personagem, de outro modo, pode simbolizar o brasileiro atual no momento em que foge com seu pai para o Recife e se torna Elvira, a qual, ao contrário de Isaura, esconde suas raízes afrodescendentes e vive uma mentira para ser aceita, livre de preconceitos e amarras.

Essa característica de Elvira pode, portanto, simbolizar o brasileiro da contemporaneidade, miscigenado, mas que esconde suas origens com raízes africanas e indígenas para ser aceito e não sofrer racismo e discriminação. Assim, para fins de pesquisa nesta dissertação, considero uma obra ideal para trabalhar identidades e diferenças.

### **3.2 Organização do grupo de discussão**

Realizar a pesquisa de campo e o grupo de discussão não foi uma tarefa fácil, em virtude dos percalços encontrados pelo caminho. Todavia, o anseio por concretizar uma boa e satisfatória pesquisa com jovens sobre raça a partir de minha obra predileta e de cabeceira trouxe o encorajamento necessário para persistir nesse estudo e acreditar que encontraria a escola e o grupo adequados para responder minhas inquietações.

A primeira escola para desenvolver a pesquisa declinou quando voltei a entrar em contato, em 2025, haja vista que, no ano anterior, eu havia conversado com a coordenação, que sinalizou a disposição para participar do estudo. Assim, tive que procurar por uma nova escola, o que fez com que a previsão inicial de fazer o grupo de discussão ainda no primeiro semestre de 2025 ter de ser adiada para o segundo semestre do mesmo ano.

Assim, fui procurar por uma nova escola que concordasse com a realização da pesquisa de campo. Isso ocorreu no fim de junho de 2025. Na época, a recepção foi muito satisfatória e acolhedora, chegando ao ponto de a professora e coordenadora de Linguagens da instituição me levar para conhecer a biblioteca e os estudantes – os quais poderiam ajudar na pesquisa – já no primeiro encontro. Esse fato primeiro proporcionou uma boa conversa e a definição de estratégias de organização com a professora e com a bibliotecária para realizar o grupo de discussão.

Embora estivéssemos todos animados com o projeto – eu, a professora envolvida, a bibliotecária da escola e os alunos –, a professora me orientou a realizar a pesquisa apenas em agosto daquele ano, pois não haveria tempo hábil em junho, uma vez que os estudantes tinham avaliações a cumprir e eventos escolares programados e tradicionais da instituição naquele mês. Em julho, porém, como poderia ser presumido, também não seria possível realizar a pesquisa, pois ocorreria o recesso escolar. Então, ficou estabelecido o mês de agosto para o início da pesquisa de campo e das atividades do grupo de discussão.

Infelizmente, a biblioteca não tinha em seu acervo *A escrava Isaura* para que os estudantes realizassem a leitura e depois participassem do grupo de discussão. Logo, me comprometi a fazer a aquisição dos livros em sebos digitais pelo Brasil e entregar juntamente aos livros o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Tale), que solicitava a assinatura dos pais autorizando a participação dos estudantes na pesquisa e no grupo de discussão.

O documento, além de explicar a metodologia da pesquisa de campo, também garantia aos pais a preservação da identidade dos envolvidos e afirmava que a participação de seus(as) filhos(as) contribuiria para a formação crítica de cada estudante. No Tale, também havia a informação de que os alunos discutiriam raça e diversidade racial e formas de combater o racismo, fortalecendo os participantes no debate racial e proporcionando um espaço para que os jovens fossem protagonistas e desenvolvessem suas opiniões.

Assinados os termos com os responsáveis e entregues os exemplares do livro, sendo todos da **Editora Scipione**, a fim de não ocorrer divergência entre textos, foi estipulado um prazo de duas semanas para que os estudantes lessem a obra. Uma vez isso ser acordado entre os alunos participantes, a bibliotecária e a professora responsável da escola, o grupo de discussão seria realizado no dia 29 de agosto de 2025, uma sexta-feira, das 7h50min às 9h30min. Ainda sobre a edição adquirida da obra, importante destacar que não foi possível encontrar nos sebos exemplares da minha versão de *A escrava Isaura*, que é da **editora Martin Clarent**, porém, isso não prejudicou em nada a realização do grupo de discussão.

Para manter o contato com os estudantes e a professora/coordenadora, foi criado um grupo de WhatsApp com todos que integrariam a pesquisa, a fim de organizar tudo para o grupo de discussão e também para solucionar possíveis dúvidas que os estudantes tivessem. Esse grupo virtual seria fechado durante os horários de aula da escola,

para evitar que os alunos se comunicassem durante os horários de aula, sendo aberto somente após o término das aulas, às 16h30min. Durante as semanas de leitura, os estudantes utilizaram o grupo de WhatsApp para tirar dúvidas sobre a obra e mostraram interesse para com a pesquisa.

No dia do grupo de discussão (29 de agosto de 2025), eram esperados 10 alunos, já que, no dia da primeira reunião com a professora e os alunos, 10 estudantes se comprometeram com o projeto – inclusive, no dia da entrega dos livros, esses 10 estudantes retiraram seus exemplares e se comprometeram novamente a comparecer ao encontro. Contudo, no dia marcado, apenas quatro estudantes compareceram ao primeiro grupo de discussão. Vários foram os motivos que impossibilitaram os colegas de estarem presentes no grupo de discussão – não sendo meu objetivo aqui explicar as razões específicas e individualmente. Caberá nesta dissertação, porém, destacar a participação significativa e satisfatória dos quatro alunos que estiveram no primeiro encontro.

Em virtude disso, houve a necessidade de agendar mais um grupo de discussão, o qual ocorreu em 10 de outubro de 2025, também sexta-feira e no mesmo horário (das 7h50min às 9h30min). Nesse segundo encontro, contudo, dois integrantes (Clarice e Graciliano) não estiveram presentes, pois ambos faltaram à aula por motivos particulares. Então, contei com a presença de Machado, Lima e ainda Eça, estudante que recebeu o livro no dia da entrega dos exemplares, mas que havia faltado no primeiro encontro. Ele fez questão de estar presente e estava animado e disposto a discutir com os colegas. Com relação aos nomes e às características físicas dos participantes, faço uma breve descrição/esclarecimento nos próximos parágrafos.

Os grupos foram formados por jovens entre 15 e 16 anos, do primeiro e segundo ano do Ensino Médio, sendo um menino branco, loiro e de olhos claros; um menino pardo, de olhos castanhos e cabelos ondulados; dois meninos pardos, de olhos castanhos e cabelos lisos com leves ondulações nas pontas; e uma menina parda, de olhos castanhos e cabelo longo e ondulado. Portanto, trata-se de um grupo diverso em raça e características físicas, como costuma ser a realidade das escolas públicas brasileiras.

Embora seja uma pesquisa fundamentada em estudos étnico-raciais e que utiliza a literatura como ferramenta metodológica para analisar raça e diversidade racial com os jovens, não poderia deixar de demonstrar meu afeto e admiração pela literatura, em especial pela literatura brasileira e portuguesa. Então, os integrantes do grupo de discussão

terão seus nomes alterados para preservar sua privacidade e serão renomeados com nomes de importantes escritores brasileiros e de um importante escritor português: Clarice Lispector, Graciliano Ramos, Lima Barreto, Machado de Assis e Eça de Queiroz.

Esses autores brasileiros atravessaram e ainda atravessam minha vida como amante da literatura e como professor da área de Letras. Suas obras – *A Hora da Estrela*, *Vidas Secas*, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, *Dom Casmurro* e *O primo Basílio*, respectivamente – me marcaram profundamente, e assim sendo faço a eles uma singela homenagem, emprestando em minha pesquisa cada um de seus nomes para nomear os estudantes envolvidos no grupo de discussão.

### **3.3. A escrava Isaura: inspiração para problematizar o privilégio de ser**

O grupo foi iniciado com uma pergunta disparadora: “**Quais são as percepções iniciais sobre a obra que vocês tiveram?**”. Sobre essa questão, os alunos destacaram que, embora Isaura fosse uma escrava, a protagonista era branca e possuía muitos privilégios por conta de sua cor de pele.

A minha percepção inicial foi de que a **Isaura, mesmo sendo escrava, ela tinha muitos privilégios por ser branca**. Não trabalhava na senzala, ela trabalhava dentro da casa. E ela também tinha muitos privilégios por ter sido cuidada pela mãe do Leôncio. Então, ela tinha o conhecimento de o que seria uma mulher branca nobre da época, entre aspas, né? Mas, mesmo sendo escrava [Isaura], ela não tinha a liberdade pra ser essa mulher branca nobre da época. E de que ela era mais tratada como um troféu, por ser “perfeita”, digamos assim. E não como objeto escravo, assim, como objeto troféu, precioso, valioso (Lima).

Ela era filha de uma escrava, mas ela tinha privilégios, né? (Clarice).

O privilégio branco de Isaura, mesmo sendo escrava, foi algo muito comentado pelos estudantes pertencentes do primeiro grupo de discussão. Teve alguns participantes, inclusive, que questionaram a “inveja” que Rosa sentia por Isaura, a qual foi descrita segundo o autor da obra, Bernardo Guimarães. Todavia, os estudantes concluíram, após as discussões do primeiro grupo, que Rosa na verdade não era uma vilã, muito menos uma invejosa. Pelo contrário, ela era uma vítima de uma estrutura racista e questionava o privilégio branco de Isaura, a qual, embora escravizada como Rosa, era diferente dela não só na cor da pele, mas também nas benesses que recebia em decorrência disso. O estudante Machado reflete acerca disso.

Ela [Rosa] era bonita também, então, eu acredito, assim, que ela pensava: ‘Por que eu também não tenho esse privilégio? Qual que é a diferença?’. E isso dentro da sociedade atual, eu acho que é algo normal, porque todo mundo se pergunta isso, só que a única coisa diferente é que ela foi pra cima, ela perguntou se ela não é diferente de mim, por que ela é? Por isso que ela foi pra cima dela, ela queria saber o quê, o porquê, eu acho que era isso... Não era um mal pela pessoa Isaura, mas sim um mal de o porquê ela não *tem* [sic] as mesmas coisas também!?’ (Machado).

O jovem argumenta que Rosa era tão linda quanto Isaura, conforme descreve o livro, entretanto, não era a beleza o motivo para ambas serem tratadas diferentes e terem oportunidades, mas sim a cor da pele justificava os privilégios recebidos por Isaura. É nítido na obra que o ódio de Rosa é fundamentado pelos privilégios que Isaura tinha. O autor criou essa vilania em Rosa para ser o contraponto de Isaura, uma vez que um romance necessita ter esse embate entre o bem e o mal para “ganhar o leitor”.

A obra *A escrava Isaura*, objeto de análise deste estudo, por exemplo, tanto a obra literária quanto a obra televisionada, seguem esse ideal maniqueísta de o bem vencer o mal, os injustiçados serão exaltados e o amor vence o ódio. Por anos, essa característica maior da heroína sofrida “ganha” o público e conquista sua empatia e torcida, posto que o público se identifica com o herói sofrido das adversidades impostas pela vida (Mejia, 2021, p. 15).

Com o intuito de conquistar leitores, Guimarães buscou criar um contraponto para Isaura, mas não um contraponto qualquer e fraco, e sim um que estivesse na mesma situação de escravizada e que fosse tão belo quanto a protagonista, conforme afirmam os estudantes do grupo de discussão. Porém, o completo oposto de Isaura – uma personagem que fosse sedutora, dissimulada, imprudente, raivosa e rancorosa –, a partir daí surgiu Rosa.

Por meio dos estudos étnico-raciais, podemos entender que o autor se dobrou à lógica da branquitude ao elencar uma mulher negra para ser rival de Isaura, tendo em vista o preconceito e os estereótipos negativos impostos contra negros naquela época e ainda hoje. Então, seria fácil de os leitores “comprarem” a ideia de uma vilã negra contra uma branca cheia de predicados. Os estudantes conseguiram ver o racismo estrutural do autor ao ler a obra.

Ele usou termos racistas dentro do livro. Então, eu queria chamar atenção de que esse foco dos negros do livro é bem menos desenvolvido do que a Isaura, que é branca. Tanto que ele não se propôs a fazer uma personagem principal negra, preta. Por que ele não fez isso?! (Machado).

O questionamento levantado por Machado, somado aos apontamentos dos estudantes anteriormente mencionados sobre a “inveja” de Rosa e sobre a construção dessa personagem e dos negros no livro, traz a compreensão de que o autor, por receio de não

vender sua obra em um período escravocrata, elencou uma protagonista branca para discutir a sociedade escravista da época. Contudo, acabou derrapando no discurso algumas vezes, assim como perceberam os estudantes do grupo, evidenciando o seu racismo estrutural.

A partir de uma releitura da obra, em complementação aos estudos étnico-raciais e aos apontamentos dos estudantes durante o grupo de discussão, foi possível compreender que Rosa realmente não era uma vilã cruel e sem motivações para odiar Isaura, mas sim uma mulher atravessada por traumas, racismo e violências que moldaram seu caráter e a fizeram acreditar que Isaura era sua rival natural – logo, deveria odiá-la e prejudicá-la sempre que possível. Tanto Rosa quanto Isaura eram peças de um tabuleiro machista e branco, o qual tinha por objetivo desunir as mulheres, fossem elas brancas e/ou negras, fossem elas livres e/ou escravas, para manter a estrutura e os privilégios dos homens brancos – privilégios esses que perduram até a atualidade.

Machado consegue traçar um paralelo entre os questionamentos de Rosa sobre o privilégio branco de Isaura com os dias atuais:

Isso você consegue ver atualmente, você consegue ver isso. Vou citar um exemplo: você está no mesmo cargo de um cara, com o mesmo tempo percorrido pela empresa, aí o cara vai lá e é promovido para um cargo superior. Você não entende o porquê disso, por que ele? Por que não eu? Entende? Eu acho que é isso que pode ter acontecido com ela [Rosa], só que ela teve essa parte que é bem mais forte que aconteceu com ela do que esse exemplo, mas eu acho que é um bom exemplo para tentar entender um pouco desse lado dela e que isso também acontece com a gente, porque nós em si sentimos em base de alguém que começou do mesmo lugar e está um pouco acima talvez, que tem esse privilégio que você não teve, você não entende o porquê que ele tem... (Machado).

Esse privilégio branco é o motivo para Rosa odiar tanto Isaura e não aceitar que ela não podia ter acesso às oportunidades que a protagonista teve. Por isso, é possível pontuar que o autor acaba falhando na tentativa de querer discutir o racismo na obra, impondo vilania a uma mulher negra escravizada, uma vez que isso ajuda a manter os estereótipos e preconceitos contra negros e auxilia indiretamente na manutenção de uma estrutura racista, branca e masculina, do privilégio de ser branco.

Para compreender o privilégio dos homens brancos no Brasil e em países colonizados pela Europa, é necessário trazer para a discussão alguns autores dos estudos étnico-raciais.

Não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia, e que

assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida ou até a morte para o outro (Bento, 2022, p. 14-15).

A autora nos mostra que o grande problema do Brasil envolve as relações entre brancos e negros, mais especificamente na dominação da raça branca sobre a negra, que envolve diversas questões e assegura os privilégios dos brancos. Logo, podemos ter um panorama mais completo sobre essa questão quando Fanon (2008) disserta sobre o desejo de o negro ser branco, pois segundo a ideologia do branqueamento, a partir do momento que ele deixar suas raízes e buscar se “branquear” – e aos seus descendentes, por meio da miscigenação –, talvez ele não seja discriminado, e sim aceito. Entretanto, com base nos estudos étnico-raciais, pode-se compreender que, para o branco racista, o negro sempre estará em um local de subserviência e inferioridade se comparado a ele.

O negro quer ser como o branco. Para o negro não há senão um destino. E ele é branco. Já faz muito tempo que o negro admitiu a superioridade indiscutível do branco e todos os seus esforços tendem a realizar uma existência branca (Fanon, 2008, p. 188).

Com base nesse autor, entende-se que o negro foi forçado a acreditar que era inferior ao branco por sua cor e sua história e que, então, para sobreviver em uma sociedade racista estruturalmente e ser “aceito”, passou a negar suas raízes, moldar sua imagem de acordo com padrões estabelecidos pelos brancos e a negar as diferenças em favor do discurso de que todos são iguais, baseado na teoria da democracia racial.

No contexto do racismo, a branquitude, enquanto lugar de poder e privilégio branco (Bento, 2022), apela para a padronização de civilização, beleza, inteligência e poder como inerentes às pessoas brancas, sua cultura e sua forma de ver o mundo. Exalta o eixo Norte do mundo, a Europa Ocidental e o poder colonial e deprecia o continente africano e os países pertencentes ao Sul. Crianças negras, brancas e indígenas crescem imersas nessa ideologia, discurso e práticas, que se manifestam de diversas formas na sociedade. A linguagem cotidiana no Brasil ainda carrega estereótipos que impõem um sentimento de inferioridade àqueles(as) que são vistos como fora desse padrão. Essa realidade reforça a ideia de supremacia branca, gerando identidades arrogantes e perpetuando desigualdades (Gomes, 2024, p. 22).

O privilégio costuma ser naturalizado ao não ser problematizado e acaba produzindo o sentimento de inferioridade. Conforme argumentando por Gomes, esse sentimento de inferioridade foi construído e estruturado por séculos, desde o período escravocrata até a atualidade. Vários foram os agentes que atuaram na construção e consolidação da superioridade branca sobre a negra, como políticos, artistas, escritores, mídias sociais, mas, principalmente, entre eles, infelizmente, temos a escola, a qual,

segundo a autora (2002), é “vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e idade” (p. 40).

Mas a escola também pode ser um espaço de combate ao racismo. Também, temos professores e escolas dispostos e engajados com a luta antirracista, e é nosso dever como pesquisadores da área étnico-racial incentivar a formação e a capacitação dos professores, para que eles consigam trabalhar a raça em sala de aula, com segurança e fundamentação teórica, e que possam aproveitar inclusive a obra literária para desenvolver uma reflexão antirracista mostrando que o privilégio branco e o racismo não são de ordem natural, mas foram construídos historicamente.

De certa forma, escolas que façam palestras, que fazem vídeos educacionais, fazem qualquer tipo de cartaz, mostrando que não se pode cometer racismo, não tem que fazer mal a uma pessoa só porque ela é diferente de você, que todo mundo deve ter respeito entre si. Conscientização. É, conscientização. Se a escola faz esse papel, de fazer toda essa conscientização, o máximo que ela conseguir já vai estar ajudando, moldando crianças mais novas, até crianças de 10 a 12 anos, que ainda têm um pouco da mente mais aberta, que não estão com as ideias enraizadas na cabeça, que têm a cabeça mais aberta para novas ideias, elas vão entender, elas vão compreender e saber que aquilo não é correto de se fazer, e no futuro vão se transformar em uma pessoa que não vai cometer racismo, provavelmente, e vai explicar para outras pessoas que não pode cometer isso, vai passar para os filhos, netos, vai passar de geração explicando que essa forma de racismo não é algo ideal, não é algo bom (Eça).

Embora a sugestão do estudante seja uma proposta de intervenção possível, não é uma tarefa fácil, pois exige uma sensibilização e um desprendimento real por parte dos educadores contra o currículo eurocêntrico que exalta o branco e subalterniza os negros, que impede a construção das identidades negras e que perpetua a superioridade branca, mantendo o poder e privilégio branco em todos os setores e instituições sociais em geral. Acerca disso, Bento (2018) traz uma importante reflexão:

No cotidiano da vida, brancos vão consolidando uma visão de mundo sobre o que significa ser negro ou branco em nossa sociedade. Ao observar outros brancos na televisão, nos livros didáticos, nas revistas, na direção das instituições em geral, ao vivenciar situações diárias nas quais os negros estão sempre em situação de desvantagem, ao viver situações de preferenciamento, o privilégio branco vai sendo naturalizado. E uma visão sobre “o que são brancos e negros” no Brasil vai se consolidando (Bento, 2018, p. 124-125).

Os estudos étnico-raciais evidenciam que, para consolidar o privilégio branco, foi produzido, estruturado e é mantido pelo próprio branco uma estrutura racializada por meio de um discurso de democracia racial e do ideal de branqueamento que

embasam a estratégia de manter os brancos na ocupação de posições mais altas da hierarquia social. Sobre essa participação do branco na estruturação do racismo, Schucman (2018) destaca que

o branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é, também, produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento. Esses mecanismos de produção de desigualdades raciais foram construídos de tal forma que asseguraram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça. Isso porque a crença na democracia racial isenta a sociedade brasileira do preconceito e permite que o ideal liberal de igualdade de oportunidades seja apregoado como realidade. Desse modo, a ideologia racial oficial produz um senso de alívio entre os brancos, que podem se isentar de qualquer responsabilidade pelos problemas sociais dos negros, mestiços e indígenas (Schucman, 2018, p. 138).

Então, é possível concluir que essa inferiorização dos negros e a manutenção dos privilégios dos brancos, inclusive da escrava Isaura, que é branca, conforme notaram os estudantes do grupo de discussão, fazem parte de um projeto de poder racista que privilegia os brancos em detrimento dos negros, o que contribui para a sua baixa autoestima, além da falta de representatividade e identificação com o seu semelhante racial, pois os negros são induzidos a acreditar que só o branco tem direito a ascensão social, não o cabendo questionar toda a estrutura racializada.

Eu, homem de cor, não tenho o direito de procurar saber em que minha raça é superior ou inferior a uma outra raça. Eu, homem de cor, não tenho o direito de pretender a cristalização, no branco, de uma culpa em relação ao passado de minha raça. Eu, homem de cor, não tenho o direito de ir atrás dos meios que me permitiriam pisotear o orgulho do antigo senhor. Não tenho nem o direito nem o dever de exigir reparação para meus ancestrais domesticados. Não existe missão negra. Não existe fardo branco. Desperto um dia em um mundo onde as coisas machucam; um mundo onde exigem que eu lute; um mundo onde sempre estão em jogo o aniquilamento ou a vitória. Desperto eu, homem, em um mundo onde as palavras se enfeitam de silêncio, em um mundo onde o outro endurece interminavelmente. Não, não tenho o direito de chegar e gritar meu ódio ao branco. Não tenho o dever de murmurar meu reconhecimento ao branco (Fanon, 2008, p. 189).

Os negros, além de terem seus direitos e suas liberdades sempre questionados e minimizados, também são silenciados, muitas vezes, por meio do discurso da democracia racial que perpetua no Brasil desde o fim da escravatura.

No grupo de discussão sobre a obra *A escrava Isaura* com os estudantes, foi possível notar que eles constataram que há privilégios para pessoas brancas, até mesmo para Isaura, que é uma escravizada como todas as outras filhas de escravizadas, porém, por

ela ser branca como os membros da casa-grande e da sociedade livre da época, foi criada longe da lavoura e da senzala aos cuidados da mãe de Leôncio, tendo acesso a coisas comuns para os brancos/ricos da época: aprender a ler, a escrever, a tocar piano, a falar outros idiomas, a costurar, entre outras atividades. Inclusive, os participantes destacaram o papel fundamental que exerceram os professores de História em suas vidas escolares, pois esses docentes sempre colocaram a questão negra e do racismo em pauta durante as aulas de história do Brasil.

Logo, é imprescindível destacar o papel desse educador, assim como de muitos outros pelo país que também não se isentam de combater o racismo e discutir raça em sala de aula. Esses professores, que muitas vezes são atacados por suas práticas pedagógicas, exercem um importante papel social e democrático – como diz Bastos (2015):

O papel fundamental da escola é na luta pela construção de uma sociedade que combata o racismo e o sexismo. Muitas vezes, professoras e professores carregam a tensão de acreditar nessa luta, mas, por não sentirem na própria experiência os efeitos de uma sociedade desigual hierarquizada a partir da raça, por exemplo, acabam negligenciando esse conhecimento na sua prática profissional cotidiana. No entanto, nenhum profissional da educação pode se furtar de enfrentar essa questão. Professores e professoras têm um papel estratégico no desenvolvimento de pesquisas e na formulação de práticas pedagógicas que reflitam o ideal de uma educação antirracista e antissexista, isto é, uma educação comprometida com a superação das desigualdades e das diferenças construídas a partir da ideia de raça e gênero (Bastos, 2015, p. 617-618).

É imprescindível que o professor tome posição e problematize sempre situações de racismo e discriminação em sala de aula, independentemente de seu componente curricular, pois o docente é uma peça-chave na sala de aula para mediar e intervir em conflitos raciais que surgirem e é o principal responsável pela formação ética de seus estudantes.

Durante as discussões sobre o privilégio branco com os estudantes no grupo, um tema que foi atravessado foi o racismo e sua construção e estruturação no Brasil. Os participantes acreditavam que o racismo no período escravista era incentivado por questões econômicas e religiosas, o que permitiu que essa ideologia supremacista e racista se perpetuasse durante os séculos.

Então, professor, a escravidão é o que movimentava o Brasil, o comércio do Brasil. Eles [brancos racistas] deviam pensar que ele [Álvaro, par romântico de Isaura] queria tirar a mão de obra, que não era nem barata, era uma mão de obra, assim, gratuita, forçada, violenta, porque ninguém paga os escravos negros pelo serviço... é, mas que só eles, brancos, usufruem. Eles só têm o gasto de comprar, mas aí eles tratam os escravos como animais, assim, deixa eles reproduzirem e

violentam as mulheres negras, o que gera os filhos bastardos e miscigenados, pra ter sempre uma mão de obra nova, pra não precisar gastar comprando mais (Machado).

É inegável que a elite branca racista sempre foi contrária à abolição da escravidão por ser cômoda e lucrativa a venda e a exploração dos escravizados negros – por esse motivo é que demorou tanto para que houvesse a abolição desse sistema. Mas cabe aqui destacar o que foi dito pelos estudantes acerca da manutenção e perpetuação do discurso e da ação racista no Brasil:

O afastamento entre as pessoas por, sei lá, um medo irracional, um nojo, alguma coisa assim, algum sentimento de repulsa que alguma pessoa que tenha o racismo idealizado na cabeça tenha de uma pessoa negra e difere ela de uma pessoa branca (Eça).

Desvalorizar as pessoas negras e colocar elas em um patamar que seria mais baixo do que pessoas brancas (Lima).

O racismo de hoje é bem diferente de antigamente, né? Vou usar o livro como exemplo, né? Bem diferente do racismo feito no livro da Isaura. Eu chamaria, talvez, de um “**neoracismo**”, né? Porque se você pegar a comparação dos dois, você vê que já é um racismo em que não é que você bate, você vai pra cima. É que é o racismo que se remete no psicológico, não no físico da pessoa (Machado).

O racismo idealizado na cabeça descrito por Eça é o racismo estrutural que marca a cultura e a sociedade brasileira, aquele que é passado por gerações e que muitas vezes é descrito como inexistente. Esse racismo foi enraizado no Brasil por séculos em virtude de um sistema escravista que privilegiava uma raça e um dito progresso econômico, mas que na verdade era restrito aos grandes produtores rurais da época. Essa ideologia racista, excludente, somada ao privilégio branco, moldou uma sociedade pós-escravidão que ainda mantém, infelizmente, um preconceito contra negros – um desprezo, um nojo, conforme afirma Lima – e um ódio a políticas que promovam a igualdade, a liberdade e os direitos dos negros.

Machado definiu o racismo de hoje como *neoracismo*, pois, segundo ele, o racismo de hoje é mais psicológico e menos físico. Porém, não se pode afirmar com exatidão isso, tendo em vista os vários casos de violência contra pessoas negras no Brasil no contexto atual. Embora seja compreensível o que o estudante disse quando falou de violência física, pois ele quis se referir ao chicoteamento de negros em pelourinhos, é necessário explicar que a violência hoje acontece de diversas formas: física, psicológica,

sexual, etc. Logo, é nosso dever enquanto educadores propiciar o diálogo e ensinar sobre o racismo e as diversas formas de violência contra negros.

Porque, mesmo sem o racismo de você bater na pessoa, você escravizar como faziam na década de 1500 a 1888, quando Portugal veio pra cá e tava escravizando os negros e os indígenas, os povos originários do Brasil, não é o racismo de agora, mas um mais cruel que as pessoas batem, porque existem leis hoje em dia, mas mesmo assim não impede que a pessoa pense: “Ah, essa pessoa é diferente de mim, então vou diminuir ela!”. É o sentimento que tá na cabeça da pessoa, talvez não mude, mas ela não vai ter a liberdade de agredir alguém, um negro, um pardo, um mulato, um indígena sem consequências. Agora vai ter uma lei que vai impedir e criminalizar ela se cometer esse ato de agressão, mas ainda não vai impedir que ela pense dessa forma de alguém, contra essa tonalidade de cor de pele mais escura (Eça).

A partir de falas como a de Eça, os alunos participantes do grupo de discussão compreenderam que a diferença do racismo de hoje para o de 1500 é com relação à existência de leis na atualidade, direitos e liberdades conquistados com muita luta pelo movimento negro, tentando proteger e assegurar direitos fundamentais dos negros. Porém, o que os outros pensam é difícil de ser mudado, tendo em vista a estrutura racista na qual estamos inseridos; logo, é um trabalho constante afetar as pessoas sobre o racismo e sobre ser um antirracista.

Durante as discussões sobre o *neorracismo* e o racismo na atualidade, o grupo entrou em um debate sobre o racismo virtual e a propagação de “opiniões” sem fundamento e preconceituosas na rede, na internet, o que acarreta na manutenção de ideias racistas, no privilégio de ser branco e na subalternização de pessoas negras.

Eu acho que a internet é um marco muito grande pra sociedade atual, mas também é um dos principais lugares onde esse racismo atual, esse “**neorracismo**”, vem acontecendo, porque é muito fácil você se comunicar na internet. E a falta de informação que ela propaga também é muito grande. Muita gente acredita nessas pessoas que vão em podcast, que falam na internet, esses *coaches* da internet, esses caras que se dizem pesquisadores, que eles apoiam uma causa preconceituosa e que falam de uma forma que faz as pessoas desinformadas a acreditarem neles. E muitas dessas pessoas que têm acesso à internet, vamos supor, crianças, senhores de idade ou até mesmo nós, nós não sabemos de tudo, eles acabam acreditando e não vão indo atrás pra ver se o cara é realmente um pesquisador ou se o que ele está falando realmente está certo (Machado).

Recentemente, apareceu num podcast um cara, como ele falou, o cara explicando, falando dessa teoria que as pessoas que moram no Hemisfério Norte têm condição pra serem mais trabalhadoras que pessoas que nasceram no Hemisfério Sul. Isso vem de um pensamento desde a época da colonização, que era uma ideia para explicar que os negros, os escravos, eram mais preguiçosos, que os indígenas, os indígenas também eram [considerados] mais preguiçosos que os europeus, os “donos” deles, pra explicar um jeito de escravizar eles, além de que usavam naquela época da religião pra falar que aqueles negros podiam ser escravizados. E hoje em dia, mesmo com dados científicos comprovando que

isso não é verdade, ainda tem muitos casos de usarem como se fossem ideologias certas que pessoas de cor, de tonalidade de pele branca, são superiores a pessoas de tonalidade de pele negra. Aí tem essa diferenciação entre as nacionalidades de cor de pele (Eça).

A internet possibilitou a globalização e a conexão do mundo, porém, assim como disseram os estudantes, ela também propiciou que vozes dissidentes e com ideias retrógradas, antiquadas e preconceituosas se manifestassem livremente e tivessem um alcance gigantesco, uma vez que o algoritmo privilegia conteúdos que possuem grande engajamento com o público, ou seja, muitos compartilhamentos, comentários, curtidas.

Todavia, poderíamos considerar que esses tipos de conteúdos não teriam grande alcance só por conta de seu conteúdo polêmico, pelo contrário, eles chegam a inúmeras pessoas que tinham medo de expressar seu preconceito na sociedade. Então, esses indivíduos viram na internet um local onde encontrariam seus semelhantes de pensamentos e ideologias para compartilhar e conversar – e os influenciadores digitais seriam seus porta-vozes de preconceitos.

Com o avanço da internet, algumas pessoas começaram a se utilizar dela como se fosse um lugar anônimo, que ninguém vai saber quem ela é, para cometer esses atos de racismo. E depois, utilizam ela para cometer racismo, mas dizendo que foi piada, fala que foi uma piada. Tem casos assim (Eça).

As pessoas que cometem esses atos de racismo na internet muito provavelmente têm medo de se expressar, de falar essas coisas pessoalmente, com medo da repressão que vai ter se elas falarem isso. Aí, muitas das pessoas que têm esse pensamento e que são medrosas de falar isso pessoalmente, elas utilizam a internet para falar dessas coisas, achando que elas passam por uma pessoa anônima. Aí, ficam cometendo racismo com pessoas negras aleatórias, fazendo “piadinhas” com conotação racista. Aí, se utiliza a internet para fazer isso. E com o avanço da internet, se mobilizou um grupo, um grupo de pessoas, virou um grupo de pessoas que cometem esses casos. E agora se espalhou por toda a internet (Eça).

Basicamente, as pessoas usam a internet como refúgio pra poder falar o que quiser e achar que está tudo bem e que sempre é uma piada (Lima).

Com o avanço da internet e a popularização das redes sociais, pessoas racistas passaram a acreditar que pela internet ser gigante, uma “terra sem lei”, logo, isso lhes permitia propagar discursos de ódio contra pessoas negras e desinformação, sem nenhum pudor e/ou responsabilidade. O resultado disso foi o aumento de casos de racismo virtual, sendo mascarados por “piadas” e pela liberdade de expressão, conforme notaram os estudantes durante a discussão.

É a liberdade de expressão. Às vezes, é uma liberdade muito criminosa. Mas assim, a internet é um refúgio, mas não existe crime perfeito. Alguma coisa vai

dar errado ali. Então, assim, acaba que é realmente, as pessoas usam a internet como um refúgio, porque aqui eu estou seguro, mas acaba que não. Não está seguro, ainda mais com os termos de privacidade. A gente nunca lê aquilo ali, mas é um ponto diferente que lasca tudo (Lima).

A famosa “liberdade de expressão” que tanto falam hoje em dia, né!? (Machado).

Hoje, igualmente como falam os estudantes, a liberdade de expressão é usada como desculpa para dar “opiniões” ácidas e desagradáveis, que oprimem e ofendem pessoas diversas, porém, é necessário separar a liberdade de expressão da liberdade de ofender, menosprezar, excluir, ridicularizar, pois as pessoas utilizam desse termo como um guarda-chuva para serem preconceituosas e não serem recriminadas. Inclusive, utilizam do grande potencial que a internet tem em aproximar as pessoas de diferentes regiões e continentes para cometer crimes cibernéticos.

Entretanto, cabe destacar o trabalho contínuo do movimento negro e de pessoas engajadas com a luta antirracista que denunciam diariamente o racismo nas redes e confiam que esses racistas virtuais serão responsabilizados, assim como os integrantes do grupo de discussão.

Se a gente é capaz de prender *serial killers*, gênios do mal, quem que é um cara que está detrás de uma tela sendo racista, né? (Machado).

Acaba que hoje em dia ainda, mesmo com muita tecnologia, acaba que isso virou uma herança do passado e que vai demorar muito tempo pra você desfazer. Tanto que o preconceito que as pessoas têm contra as pessoas negras é como a gente chama a palavra: “pré-conceito”, ou seja, é uma falta de informação, um conceito antes de ter informação. Normalmente, as pessoas negras, mais antigamente, hoje em dia nem tanto, mas eram tratadas como animais, diziam que elas poderiam ter doenças, não sei o quê, coisas do gênero (Lima).

A luta contra o racismo é diária e constante, pois muitos foram os ataques e as falsas teorias que criaram sobre os negros com o passar dos séculos, inclusive teorias ditas científicas, conforme diz Lima. Por isso, é nosso dever como pesquisadores e educadores nos engajarmos na luta antirracista, porque o trabalho não para e a elite branca racista não aceita ter seus privilégios questionados e combatidos e ainda teme ter sua superioridade ameaçada.

É o preconceito do diferente, é o medo do diferente, que é o caso do racismo. Às vezes, não é só a pessoa que tem nojo, ela tem medo do diferente, por isso ela tem que saber que ela pode ser superior àquela, né!? Aí, ela sente medo, como se fosse um medo irracional do que é diferente, por isso ela precisa de um método pra se sentir superior àquela espécie diferente (Eça).

Outro destaque feito pelos estudantes sobre o privilégio branco e o racismo atual que aqui cabe dissertar é sobre a ocupação dos espaços nas cidades, sendo o município de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, o foco de suas análises.

Até aqui em Campo Grande você vê que as periferias – eu falo isso morando em uma periferia – são [feitas de] pessoas da comunidade negra, né? E se você for pegar o centro da cidade, que é mais ou menos essa região que a gente mora, um pouquinho mais ali pra Rua 14 de Julho, lá perto, já vai ver que aqui é uma comunidade mais branca, já tem uma diferença. Então, isso pode ser algo que veio de trás e que essa mentalidade deles não pode ter sido moldada por livros como [o de] Isaura, né? Não na parte do aspecto físico, mas no psicológico, dos privilégios (Machado).

Esse apontamento feito pelo estudante fica evidente quando retomamos a história do Brasil e constatamos que, no pós-abolição, os ex-escravizados foram subalternizados, escanteados da vida pública, não tiveram nenhum suporte estatal para se organizar em uma sociedade sem escravidão. Então, tiveram de ir se abrigar em regiões periféricas dos grandes centros, o que motivou o afastamento das populações mais humildes e o estabelecimento do privilégio branco e das oportunidades para quem morasse perto dos centros das cidades, no caso os homens brancos e afortunados. A capital sul-mato-grossense não foge à regra estabelecida Brasil afora, por isso, houve essa constatação dos estudantes durante a fala de Machado.

A construção do racismo e do privilégio branco levou anos para ser estruturada no imaginário do povo brasileiro, e parte ainda luta para mantê-lo, mesmo com o trabalho de combate incessante dos movimentos sociais negros contra o racismo e em busca de direitos e liberdades para seus pares. É por isso que é tão importante apoiar a luta contra o racismo, a fim de alcançar uma sociedade verdadeiramente democrática e respeitosa às diferenças.

Esse respeito deve ser feito, principalmente, nas relações familiares e de amizade, pois muitas vezes termos racistas e preconceituosos circulando nesse meio, mas que encobertam suas verdadeiras intenções com “piadas” ou “apelidos carinhosos”, segundo relatou o estudante Lima.

Eu lembrei de uma história que aconteceu, eu fui pensando que o meu pai é negro e teve uma vez que ele me foi buscar, eu acho que era na aula de teatro, e daí ele recebeu uma mensagem de um amigo e o amigo dele usou o termo “beija-flor de bananeira”, e eu não sabia o que que era, né? Eu nunca tinha presenciado termos parecidos, eu fui pesquisar, e meu pai, antes de eu pesquisar, ele falou que era um apelido pra não falar que ele era negro, daí eu fui pensando, fui buscando ver se eu tenho alguma outra memória de algum termo parecido. Ele tava com os

amigos, no trabalho e tudo mais, e como eu disse, seria uma herança. Acaba que hoje em dia, às vezes, [isso] pode ser visto como algo simples, algo que não é tão importante, uma brincadeira, mas se você for pensar pra um lado é, na verdade, algo meio pesado até (Lima).

Essas “brincadeiras” entre amigos, no trabalho, na família, enfim, nos mais diferentes espaços e âmbitos sociais, muitas vezes carregam significados históricos muito preconceituosos, e na maioria dos casos os negros evitam reclamar de determinados “apelidos” para não parecerem chatos ou “mimizentos” – como se diz atualmente –, para serem incluídos em um grupo social. Acaba isso se tornando uma estratégia de sobrevivência social, por medo de o indivíduo negro ser excluído ou malvisto. Então, é necessário que a escola não aceite adjetivos racistas que são atribuídos a negros e questione quem os adjetiva e o porquê do uso de termos tão pejorativos.

### **3.4 A Escrava Isaura: inspiração para discutir as estratégias de divisão desenvolvidas pelo colonizador para separar os negros**

Durante o grupo de discussão, os seguintes questionamentos foram levantados: quais personagens chamaram mais atenção de vocês? Ou qual personagem chamou mais sua atenção? Isaura foi a personagem mais citada, uma vez que é a protagonista, todavia, os estudantes concordaram que Bernardo Guimarães colocou as personagens negras escravizadas como rivais e invejosas de Isaura, por ela ser branca e prendada.

Por ser uma escrava cheia de habilidades e privilégios, os alunos perceberam que as escravizadas tinham uma certa inveja de Isaura, pois ela tinha acesso a privilégios, atividades, locais, enfim, coisas que as demais escravizadas nem sequer tinham chances de alcançar, de acessar. Porém, entre todas as escravas, uma se destacava no ódio e na inveja à protagonista: Rosa.

Acho que uns que me chamaram bastante atenção foram as outras escravas, os escravos que trabalhavam na senzala. Eu vejo que elas tinham uma certa inveja da Isaura (Lima).

Rosa é a escrava invejosa! (Graciliano).

Rosa, ela demonstrava uma grande inveja, porque, principalmente, a Isaura era bem tratada, comparado ao tratamento que eles [escravos] tinham, era bem distinto, assim, enquanto eles tinham que ficar lá na senzala, que era descrito como um lugar sujo, escuro, a Isaura trabalhava dentro da casa com outros empregados que ajudavam ela, com tarefas simples, não digamos simples, né, mas, tipo assim, comparado ao que elas tinham que fazer dentro da senzala, era

simples. Então, acho que ela tinha inveja disso, de ver a diferença de tratamento que tinha pela Isaura ser bonita, branca e com estudo... (Lima).

Eu percebi que por, ela [Rosa] ter inveja da Isaura, ela achava que todos, tipo, desejavam a Isaura, até os escravos (Clarice).

É notório que durante toda obra Isaura era vítima de inveja das sinhazinhas e das outras escravas por ser bela, prendada, estudiosa, talentosa e bondosa, chegando a ser comparada a uma santa, digna de pena, pois era branca e escrava; ambiguidades chocantes para a sociedade da época. Entretanto, quando o autor escreve que essa inveja e raiva que as mulheres negras escravizadas tinham de Isaura, tendo Rosa como sua principal rival e vilã da obra, evidencia a estratégia dos brancos em promover a divisão comum na época da escravidão, para dificultar que os negros se unissem mais, lutassem contra a situação vigente.

Nesse sentido, a obra, se trabalhada na perspectiva antirracista pelo professor, pode produzir um debate importante sobre a lógica do colonizador, a qual se fundamenta na ideia de que, para manter os negros controlados, subalternizados e desunidos, é necessário estimular conflitos e rivalidades entre eles, induzi-los a acreditarem no mito da democracia racial, que diz que os negros são iguais aos brancos, que têm as mesmas oportunidades e que o movimento negro é formado por pessoas chatas e “mimizentas”, que não aceitam uma piada ou uma brincadeira, buscando deslegitimar a luta do movimento negro.

Essa lógica do colonizador se mantém hoje por meio da colonialidade, que faz com que muitos negros tenham dificuldade de se organizar e lutar contra o racismo. Além de ser uma estratégia de divisão, observa-se também se tratar de uma visão estereotipada da mulher negra, que serve apenas para a manutenção da estrutura racista, opressora e de privilégio ao branco.

O estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais (Bhabha, 1998, p. 117).

Bhabha discorre que os estereótipos foram criados pelo colonizador com o único objetivo de subalternizar e oprimir os negros, também com o intuito de criar uma representação fixa e deturpada deles para negar suas identidades e não permitir que os negros se orgulhem de sua história, raça e cultura e, com isso, não se mobilizem em busca

de seus direitos e de suas liberdades. O objetivo do branco colonizador sempre foi de manter seu poder e privilégio na sociedade.

Embora o autor de *A escrava Isaura* fosse abertamente abolicionista e criou a obra para denunciar a violência nas fazendas, ele revela em seu livro que foi afetado e estruturado por um discurso eurocêntrico e racista que estigmatiza mulheres negras e atribui a elas, em sua obra, um estereótipo criado pelo colonizador, com foco principal na escravizada Rosa, a qual aparece em vários momentos da leitura, bem diferente das outras escravizadas negras, que têm pouca participação na história e poucos momentos de fala e expressão. Esse estereótipo criado pelo colonizador e propagado também por Bernardo Guimarães ao vilanizar mulheres negras foi percebido pelos estudantes e tratado como “derrapadas no discurso” daquele que se dizia abolicionista.

Se formos ver em 1850, quando foi escrita a obra, que o autor que era abertamente abolicionista, que criou essa obra pra mostrar as relações da casa-grande, ele dava essas derrapadas no discurso (Machado).

Quando o autor faz uso dessas “derrapadas discursivas”, ele acaba compactuando com a lógica racista, branca e masculina que busca dividir as mulheres e colocá-las rivalizando entre si, para que não se unam em prol de suas causas e por maior participação das mulheres em diversos setores sociais. Por isso, é conveniente desunir as mulheres e motivar a rivalidade entre elas por motivos diferentes, como beleza e parceiros românticos, para que elas não busquem alterar a ordem masculina vigente.

Sobre a rivalidade entre as mulheres em *A escrava Isaura*, a autora Wolf (1992) destaca que a criação de padrões estéticos faz parte de uma estratégia para desmobilizar as mulheres e criar uma rivalidade entre elas.

O mito da beleza foi projetado artificialmente para lançar as gerações das mulheres umas contra as outras. Nosso fortalecimento consciente desses vínculos devolve ao nosso ciclo vital a integridade que o mito da beleza desejaria impedir que descobríssemos. Para que as mulheres aprendessem a se temer mutuamente, tivemos de ser convencidas de que as nossas irmãs possuem alguma arma secreta, misteriosa e poderosa que será usada contra nós – sendo essa arma imaginária a “beleza” (Wolf, 1992, p. 378).

Com base nesse trecho, é possível compreender que as mulheres são culturalmente colocadas uma contra as outras, com objetivo de mantê-las alheias à política, ao debate social e à reestruturação social, mesmo com elas em altos cargos de poder. Então, para a classe dominante masculina, é necessário incentivar a rivalidade feminina. Essa rivalidade muitas pode estar presente em obras literárias, como é o caso da obra *A escrava*

*Isaura*, ainda que não tenha sido por decisão deliberada do autor, pois ele, assim como todos nós, é um efeito dos diferentes discursos que produzem nossas identidades. Também, pode estar presente na moda, no audiovisual, nas redes sociais e afins, com intuito de manter a dominação masculina e a dependência das mulheres pelos homens.

Entendendo tradicionalmente o papel social feminino vinculado a uma ideia de submissão, caberia às mulheres criarem relações de desconfiança e suspeição entre si, solidificando relações inversamente proporcionais de segurança e dependência com os homens, os únicos que seriam capazes de ocupar um local de primazia na pirâmide social. A rivalidade funcionaria, portanto, como um aparato de dominação masculina, sendo necessária para a manutenção desse *status quo*. (Rodrigues, 2024, p. 4).

Tendo em vista que a rivalidade feminina serve apenas como aparato para manter a dominação masculina, cabe analisar criticamente o porquê de o autor rivalizar duas escravizadas, diferentes em tonalidade de pele; em atributos e habilidades, mas com a mesma situação, já que sua obra se propunha a criticar o sistema escravocrata de sua época. Também, cabe investigar o porquê de Bernardo Guimarães vilanizar uma mulher negra atravessada por traumas, por violências e pelo apagamento de sua identidade.

Quando o autor rivaliza mulheres escravizadas, de tonalidades de pele opostas, e escreve de forma maléfica sobre uma mulher negra na obra, impondo estereótipos de inveja a ela, ele não está combatendo o racismo de sua época, mas sim o motivando indiretamente e contribuindo com o discurso racista de que pessoas negras são más e invejosas dos brancos.

Indo para o livro, essa inveja que teve no livro não foi uma inveja qualquer. Foi uma inveja situada. Acho que, até quando eu estava nesse primeiro grupo, eu falei que era normal todo mundo sentir inveja, que eu não via ela [Rosa] como uma vilã. Porque no livro é descrito que ela era tão bonita quanto *Isaura*. Então, ela só queria entender, compreender, porque ela também não estava na casa, dentro da casa dos senhores. Então, eu não vejo Rosa como uma vilã. Mas que às vezes o autor tentou deixar. Tanto que tem as outras escravas não têm essa inveja de Rosa. Então, dizer que todo negro foi construído dessas literaturas é um pouco preconceituoso, até com a própria literatura brasileira e com as próprias pessoas negras. Falar que foi por causa disso que as pessoas negras se tornaram invejosas, eu acho que não. Então, claro, ajudou. Não vamos falar que não ajudou os brancos a utilizar a literatura para julgar e dizer que todo negro é invejoso. Ajudou sim. Mas tem outras coisas que foram formando isso. Principalmente, isso é vindo mais da crença religiosa da época, do que propriamente desses livros, desse tipo de literatura, e de que esses autores formaram essa imagem preconceituosa da pessoa negra, da pessoa preta. Então, eu vejo mais que isso vem se construindo desde muito, muito tempo antes desses tipos de literatura começarem a rodar pelo país. Então, isso é o que eu vejo. Não dá para colocar a culpa só nos livros dessa literatura (Machado).

Assim como o estudante, compreendo que não há como culpabilizar somente as obras literárias pelo racismo e pelos estereótipos criados contra os negros, pois tiveram vários meios utilizados pelo colonizador para subalternizar e vilanizar os negros – a religião sendo um grande exemplo, conforme argumenta Machado.

Todavia, é inegável a participação dos escritores de obras literárias brasileiras ao inferiorizar, subalternizar, vilanizar e sexualizar negros e indígenas em suas literaturas. Para esses autores, era menos dificultoso cativar o público com obras em que o branco era protagonista e vilanizava aquele que o público facilmente entenderia que era cruel por “natureza”, o negro.

Esse pensamento estruturalmente racista, ao ser propagado nas obras literárias brasileiras, contribui para enraizar no imaginário coletivo que os brancos são valorosos, bondosos, trabalhadores e pessoas de caráter e que, por isso, são naturalmente merecedores da superioridade dos seus privilégios.

As pessoas brancas buscam se valorizar muito mais do que já são. Então, assim, acaba que, tipo, meio que as pessoas brancas querem que as negras sumam, né? Que não exista mais pessoas negras, não exista mais pessoas indígenas, morenas e tal. Acaba que o branco é considerado excelente, perfeito, e que o resto é pior (Lima).

Essa percepção apontada pelo estudante de que as pessoas brancas racistas querem que o negro suma dialoga com o mito da democracia racial e com o ideal do branqueamento – de que o Brasil não é racista, pois houve muita miscigenação, – e incentiva essa mistura racial, pois, segundo seus defensores, as disputas raciais só vão sumir quando houver uma união entre as raças. Assim, fica fácil compreender, a partir dos teóricos étnico-raciais, que o objetivo oculto por trás desse falso discurso humanista e agregador é, na verdade, o de promover a mistura racial até branquear a população e apagar os negros da sociedade brasileira.

Houve por muitos anos a tentativa de apagamento dos negros, e isso ocorreu em diversos ambientes e materiais didáticos e históricos. Porém, cabe destacar a luta histórica do movimento negro por valorização das identidades negras, por direitos e liberdades, ocupando espaços antes majoritariamente brancos e lutando ativamente na área da educação, com o intuito de combater o currículo eurocêntrico que subalterniza, inferioriza e apaga a presença negra nas escolas e nos livros didáticos e contribuindo na formação e capacitação de professores e alunos.

Sobre essa estratégia de vilanizar os negros em *A escrava Isaura*, o autor acaba compactuando com o discurso eurocêntrico e racista e indiretamente, contribuindo para a manutenção do privilégio branco, do racismo, da estruturação do racismo, e para os atuais discursos e percepções estereotipadas dos negros.

Acho que seria uma forma de generalizar, tendo em conta diminuir a pessoa negra, falar que ela... sempre botar a pessoa negra como uma pessoa ruim, uma pessoa que vai e comete roubos. Tanto que, tempos atrás, ainda falavam que todo negro assaltava, roubava, cometia crimes, e que a pessoa branca era a menos suspeita para essas ocasiões. Seria uma forma de diminuir a pessoa negra, para falar que ela sempre vai ser uma pessoa ruim e a pessoa branca menos suspeita para cometer atos de crueldade. Porque toda pessoa... Não existe pessoa perfeita. Toda pessoa comete um erro, comete algum dano físico, psicológico a outra pessoa. Então, do mesmo jeito que um negro pode cometer um furto, um branco também pode fazer a mesma coisa. E não indica que a pessoa negra tem mais habilidade para cometer crimes. É só uma forma bem racista de tempos atrás de tentar diminuir a pessoa negra e de colocar a pessoa branca como a pessoa melhor (Eça).

Essa constatação do estudante casa com a reflexão sobre como decisões de séculos atrás contribuíram para o que vivenciamos hoje. Pensamentos e atitudes tão antiquadas do passado ainda ecoam nos tempos atuais e formaram a identidade do povo brasileiro, diverso em raças, religiões, culturas, culinárias, mas que apaga suas raízes indígenas e africanas.

Mesmo com a luta constante do movimento negro brasileiro, a ideologia branca racista se perpetua por séculos no Brasil, ressoando inclusive na atualidade, sendo apoiado por diferentes agentes: o Estado, na formulação de leis e dos currículos escolares, que privilegiam conteúdos, metas e resultados, deixando de lado a discussão racial e o aprendizado sob a ótica dos colonizados em favor do colonizador; a literatura; as artes visuais; os jornais; entre outros agentes – todos eles criam a noção de sucesso e avanço econômico graças ao homem branco e de fracasso graças aos povos negros e indígenas, os quais, por séculos, foram escanteados, ridicularizados, inferiorizados, tendo seu intelecto e seus saberes menosprezados, ignorados e, muitas vezes, apagados.

A partir do momento que a sociedade muda de calçada quando vê um negro por achar que é ladrão, humilha uma pessoa negra por sua cor, segue uma pessoa negra em uma loja achando que ela roubará itens e produtos, violenta psicologicamente e fisicamente negros, etc., aí podemos considerar que fracassamos como sociedade, pois isso não deveria ser jamais critério para categorizar pessoas. Essas ações constantes e diárias no Brasil só confirmam que a democracia racial não existe, que é sim um mito, pois mesmo com o discurso da miscigenação

– estratégia considerada pelos defensores desse mito como a solução para os conflitos raciais do país – ainda há muita violência racial na sociedade brasileira.

Portanto, cabe a sociedade, os políticos, os educadores e muitos outros participantes se atentarem para a luta antirracista e apoiá-la; não somos o país que respeita a diversidade, conforme muitos ainda propagam por aí, principalmente em época de Copa do Mundo. O Brasil infelizmente ainda tem a mentalidade colonial, valorizando os colonizadores em detrimento dos colonizados.

A cantora Gal Costa, em sua música *Brasil*, de 1988, fala sobre o período de redemocratização brasileira e clama que o povo abandone o medo, se expresse livremente, sem receios de reprimendas. Também, denunciava a desigualdade financeira, as injustiças sociais e o comportamento corrupto da classe política brasileira nos versos.

Brasil, mostra tua cara  
Quero ver quem paga  
Pra gente ficar assim  
Brasil, qual é o teu negócio?  
O nome do teu sócio?  
Confia em mim

Brasil, mostra tua cara  
Quero ver quem paga  
Pra gente ficar assim  
Brasil, qual é o teu negócio?  
O nome do teu sócio?  
Confia em mim

Confia em mim  
Confia em mim  
Brasil  
(Costa, 1988)

Então, por que não seguir o conselho da artista em seus versos e buscar lutar por um país mais democrático e que respeite e valorize suas diferenças? É chegada a hora, com muito atraso, do povo brasileiro deixar seus medos e lutar ativamente por um país mais justo e democrático. Devemos “mostrar a cara” e encarar nossas dificuldades e falhas como sociedade e nação brasileira, que carrega ideologias e estereótipos racistas.

Não devemos ocultar o racismo estrutural que carregamos ou apagar a presença negra de nossa história, mas sim valorizar a luta dos negros e indígenas que formaram nossa nação. É um compromisso ético que devemos ter conosco de lutar contra o racismo e a favor de direitos e liberdades para todos, sem exceção.

### 3.5 A construção da mulher negra e branca em *A escrava Isaura*: afetamentos, violências e objetificações

Durante as discussões no grupo com os estudantes, um tema que inicialmente não fazia parte dos objetivos específicos desta pesquisa foi se tornando recorrente: a representação das mulheres. A partir disso e considerando as teses e dissertações analisadas, incluiu-se o tema relacionado às questões de gênero.

Embora a questão de gênero já esteja presente no subcapítulo 3.4, tratando a rivalidade entre Rosa e Isaura e dialogando sobre como as mulheres eram e ainda são incentivadas a rivalizarem entre si por motivos fúteis como inveja e beleza física, para que não se unam contra o sistema masculino e machista que as oprime, entendo ser importante discorrer especificamente sobre essa temática, pois a questão do machismo, presente sobretudo no personagem Leôncio, foi abordada muito no grupo de discussão.

Segundo os estudantes, esse personagem usa de sua força para violentar física, psicológica e, principalmente, sexualmente, as mulheres negras. Então, a partir dessas considerações feitas pelos integrantes do grupo, a seguinte questão foi lançada a eles: essas características de Leôncio que vocês levantaram ainda permanecem até hoje?

É, eu acho que ainda existe sim, porque é basicamente uma das nossas heranças que foi carregada desde esse período. Então, acaba que, até mesmo hoje em dia, a gente vê casos de mulheres estão sendo abusadas... (Lima).

Desculpa interromper, mas eu preciso comentar o que você falou: as mulheres estão sofrendo pelo fato de existir, violência doméstica, dá pra ver que é porque, provavelmente ou com certeza, ela não cedeu a alguma coisa, a uma vontade do parceiro, ela evitou uma coisa, e [isso] existe muito sim (Clarice).

Com relação a essa fala da estudante, eu considerei pertinente tratar sobre o assunto em minha pesquisa, tendo em vista que a pauta de gênero atravessa as discussões de raça. Também, não considerei necessário interromper a discussão sobre gênero dos estudantes, pois esse diálogo entre indivíduos de um mesmo meio social, segundo Weller (2006), gera vantagens para além da “economia de tempo”.

A discussão entre integrantes que pertencem ao mesmo meio social permite perceber detalhes desse convívio. Embora a presença do pesquisador e do gravador gere uma situação distinta a de uma conversa cotidiana, os jovens acabam ao longo da entrevista travando diálogos interativos bastante próximos daqueles desenvolvidos em um outro momento (Weller, 2006, p. 250).

Esse diálogo interativo entre os jovens gerou discussões importantes sobre machismo, objetificação da mulher e violência contra mulher, tendo a obra *A escrava Isaura* como objeto de análise e comparação com a realidade brasileira por parte dos estudantes participantes do grupo.

Eu lembro só do autor descrevendo como é ela [Rosa], né? Negra, bela, fala dos vestidos que ressaltavam o peito dela, que marcavam as curvas das coxas dela, então, era uma sexualização, né!!? E em relação a Isaura, dá para perceber muito que ela é bem submissa. Por mais que ela tenha esse empoderamento de não ceder às investidas sexuais do Leôncio, você vê que na obra ela sempre responde as pessoas de cabeça baixa e dizendo “sim senhor”, “não senhor”, “senhor”, “senhora”... (Machado).

Como pontuado no subcapítulo 3.3, Bernardo Guimarães buscou criar um contraponto para Isaura, mas não um contraponto qualquer e fraco, e sim um que estivesse na mesma situação de escravizada e que fosse tão belo quanto a protagonista, porém, o completo oposto de Isaura; que fosse sedutora, dissimulada, imprudente, raivosa e rancorosa – a partir daí surgiu Rosa.

Essa atitude do autor mostra que ele não conseguiu sair da lógica do racismo e se dobrou à branquitude ao elencar uma mulher negra construída com atributos tão negativos para ser rival de uma branca, tendo em vista os estereótipos impostos a ela naquela época e ainda hoje. Isso mostra que o autor também é machista, pois objetificou o corpo de Rosa em vários momentos da obra – assim como apontou o estudante Machado –, mas também colocava as mulheres como submissas, coniventes e facilmente manipuláveis, independentemente se eram escravizadas ou livres.

Ela [Malvina, esposa de Leôncio] foi fortemente influenciada pelo próprio Leôncio, dizendo que quem estava errada era a própria Isaura. Você percebe que ela [Malvina] foi influenciada por gostar da Isaura pela sogra [mãe de Leôncio]. Ela foi influenciada, manipulada por Leôncio, de uma forma muito fácil, porque ela descobriu uma traição, e mesmo assim voltou (Machado).

A respeito da Malvina, para mim ela mostra muito isso, essa submissão e [o seu jeito de] ser maleável (Clarice).

Essa abordagem feita pelo autor de ter mulheres submissas na obra é coerente com a realidade em que ele estava inserido, é verossímil, pois havia mulheres escravizadas – então, logicamente, elas não enfrentariam seus senhores diretamente, uma vez que poderiam ser mais violentadas ou até mesmo acabar mortas; eram essas as suas sinas. Já com relação às mulheres livres (sinhasinhas), o destino era um só: o casamento.

As mulheres livres eram preparadas desde cedo a serem boas esposas e boas mães, a serem submissas, e raramente tinham acesso à educação, pois era considerado um privilégio exclusivo dos homens. Logo, analisando a mentalidade, os costumes e a situação da época, considero que Bernardo Guimarães optou por não criar em sua obra mulheres fortes, empoderadas e que fossem antissistema, uma vez que, muito provavelmente, sua obra – caso escrita dessa forma – não seria publicada ou aceita pela sociedade da época, não espelharia fidedignamente a sua realidade para poder ser problematizada.

Ela [Isaura] é submissa querendo ou não, né? Até por conta dessa condição de escrava, que ela foi criada de “ó, você não tem direito a nada, nem de amar”, assim como ela canta no começo do livro. Seus “donos” sempre deixavam claro que, por mais que ela estava estudando, tendo seus cursos, ela era e sempre seria escrava (Clarice).

Embora o autor não pudesse criar mulheres muito fortes e empoderadas em virtude da época em que vivia, pois sua obra não seria aceita e/ou bem-vista pela sociedade, ele conseguiu dosar a submissão de Isaura com a resistência à violência de seu senhor. A protagonista em muitos momentos conseguiu resistir às investidas sexuais e ao assédio de Leôncio. Sendo por conveniência de roteiro ou não, Isaura suportava toda a violência e os castigos que seu senhor lhe impunha ao se lembrar de toda a força e resistência de sua mãe, uma mulher negra que também era constantemente assediada pelo Comendador Almeida, pai de Leôncio, mas que teve um fim triste no pelourinho: a morte. Os estudantes consideraram que a força de Isaura vinha da mãe que passou pelo mesmo que ela – a ancestralidade negra.

A Isaura acabou pegando essa força da mãe dela, né? Foi um princípio que ela criou. A minha mãe, ela negou até o fim, morreu no tronco, mas morreu, vamos dizer assim, com dignidade. Ela se preservou e só cedeu para o amado dela, que era o pai da Isaura, o Miguel, né? Ela não cedeu logo para o comendador, ela morreu no tronco lutando por se preservar, né? Por ficar com quem ela queria de verdade, né? (Clarice).

Ela dizia que preferia morrer do que ceder às vontades dele [Leôncio]. Eu acho que ele realmente fazia isso pra ver se ela cederia, mas ao ver que ela não cedeu, ele deixou por deixar, mas acho que ele não mataria ela, né? Porque ele mesmo disse [isso]... É, ele mesmo disse que não daria o prazer de matar ela, porque era isso que ela queria. Ele comentou algo assim, parecia... (Clarice).

Sobre essa força de resistência de Isaura, ela aprendeu com a ancestralidade negra, pois os mecanismos de resistir e sobreviver à escravidão eram passados de pai para filho. Mesmo Isaura sendo branca e com muitos privilégios, ela é retratada como alguém consciente de quem é, de sua situação, interagindo com muito amor e respeito com os

outros escravizados. Então, eles também compartilhavam com a jovem escravizada branca suas estratégias de sobrevivência.

Mesmo sendo escrava, Isaura tentou de diversas formas resistir às investidas sexuais de Leôncio. Por isso, considero que essa foi a forma de o autor tentar criar uma insubordinação em uma mulher que também era escravizada. Embora Bernardo Guimarães tenha deixado marcas do machismo em outras personagens femininas de sua obra, em Isaura ele tentou ser divergente ao discurso machista preponderante da época. Contudo, não podemos considerá-lo sujeito feminista e pró-mulheres, pois o destino de Isaura no fim do enredo do livro é o de ser casada, ou seja, o mesmo destino de outras sinhás da época, apenas com o diferencial de que era com alguém que ela realmente amava. Isaura escolheu seu amado Álvaro entre tantos pretendentes que teve durante a história.

Uma personagem que não teve um fim feliz como o da protagonista e que durante todo o enredo era retratada como submissa e manipulável foi Malvina. Ela, segundo os estudantes, foi uma personagem muito influenciada pelo marido, aceitava as traições dele e era muito submissa. Entretanto, os integrantes do grupo de discussão entenderam que ela era assim por causa do julgamento imposto pela sociedade daquela época – prática ainda adotada hoje.

Malvina já tinha sido malvista na sociedade, porque largou ele [Leôncio] no começo, lá quando ela viu o Leôncio assediando a Isaura, e ela seria malvista de novo, porque voltou e ficou com um homem falido. A mulher era muito julgada, igual ou pior que hoje... (Clarice).

Então, assim, eu acho que foi, assim, cenas que me deixaram bem intrigado ou até mesmo a cena que a Malvina descobriu que foi traída, que estava sendo traída pelo Leôncio, porque ele abusava das escravas e da Rosa, e [vivia] assediando a Isaura, né? Mas, mesmo assim, ela voltou com ele (Lima).

Os jovens homens integrantes do grupo de discussão, a princípio, acharam que Malvina era muito fraca e submissa, porém, após os apontamentos da única estudante mulher do grupo, Clarice, eles compreenderam que por, ser mulher naquela época, Malvina foi criada para ser assim: submissa e conivente com as maldades do marido. As mulheres foram afetadas e estimuladas a serem obedientes aos seus maridos, característica/prática que eles consideram ser mais feminina. Essa submissão ainda pode ser observada no contexto atual, pois, conforme Wolf, ao tratar sobre o uso de drogas pelas mulheres para manter o corpo nos moldes que os homens desejam, ela diz:

As mulheres tomam drogas, segundo um órgão de controle às drogas mencionado no artigo do *The Guardian*, “para serem consideradas mais femininas. A mulher ‘feminina’ [...] é magra, passiva, submissa aos homens e ‘não expressa emoções como a raiva, a frustração ou a agressividade’”. A nova onda de modificadores do humor de orientação cosmética pode resolver de uma vez por todas o problema das mulheres, à medida que formos nos drogando para entrar num perpétuo estado de alegria, submissão e passividade (Wolf, 1992, p. 358).

A autora nos mostra que há anos a mulher é silenciada, moldada de acordo com o que os homens consideravam mais feminino e afetada por discursos que a fazia acreditar que teria um bom casamento e seria feliz se fosse mais obediente, alegre e não questionasse seu marido e os homens ao seu redor. Por isso, pode-se supor que Bernardo Guimarães, em 1850, quando a obra foi lançada, teria pensamentos machistas, pois isso refletiu na obra e nas personagens mulheres, escravizadas ou livres.

A participação de uma estudante mulher no grupo foi bastante vantajosa, uma vez que sem ela os integrantes homens não teriam entendido a situação de uma mulher daquela época e que persiste ainda hoje. A voz feminina fez diferença no grupo e faz em qualquer outra situação e/ou momento.

Dentro dessa temática, outro assunto atravessado pelos jovens foi o machismo e a ideia de posse dos homens sobre as mulheres. Os estudantes notaram que durante a obra é passada a ideia de que as mulheres são posse dos homens, conforme eles mesmos observaram.

Ainda perdura até hoje essa atitude do Leôncio em muitos homens, né?! Porque ele tem essa relação de alguns homens que têm essa relação de poder, de posse, assim, né, não vou generalizar, porque a gente ainda bem que avançou muito, né!? (Machado).

Eles [Leôncio e seu pai, Comendador Almeida] sempre falavam: “Ó, você é nossa escrava, você é nossa propriedade”. Leôncio, quando assediava ela [Isaura], ele falava: “Se eu quiser, eu tenho você!”. Por mais que ele nunca conseguia, né? Ainda bem! Mas ele sempre queria deixar evidente isso, né? Eu sou seu dono, né? (Graciliano).

A questão de posse trabalhada no livro é sobre os senhores serem detentores de seus escravizados, porém, com as reflexões e percepções atuais das relações de poder e do machismo, é possível entender que a posse tratada em *A escrava Isaura* vai além das relações senhor-cativo, pois pode-se observar que os homens na obra – sendo Leôncio o principal deles – buscavam dividir as mulheres por padrões de beleza, buscavam menosprezá-las e silenciá-las, não oferecendo espaço para a manifestação das opiniões femininas. A todas é reservado o casamento e a submissão ao marido como único destino.

A partir da fala dos estudantes, dá-se para compreender que o objetivo de Bernardo Guimarães não era um discurso pró-mulheres, pois sua causa era abolicionista. Contudo, o autor, ao descrever minuciosamente sua época, sua sociedade e as relações familiares e exploratórias dentro das fazendas, acabou por representar a subalternização, a objetificação e a opressão das mulheres daquele tempo, mas que ainda tem reflexos em nossa sociedade até hoje.

Ainda nos quesitos objetificação e posse, os estudantes trataram também da forma como as mulheres eram representadas pelos homens da obra, sendo Isaura a principal analisada por eles.

A protagonista, desde o início da obra, era vista e qualificada como um artigo de luxo, um troféu, conforme disseram os alunos. Isso ocorria porque Isaura era uma escrava branca – cor de pela tal qual como a de seus senhores –, mas que tinha inúmeras aptidões como ler, escrever, tocar piano, falar outros idiomas, entre outros talentos. Ela tinha uma educação tão primorosa que até muitas sinhazinhas ficavam com inveja, assim como Malvina lhe diz nas primeiras páginas do livro, quando Isaura canta uma triste canção enquanto é apresentada pelo autor.

Ela era mais tratada como um troféu, por ser “perfeita”, digamos assim. E não como objeto escravo, assim, como objeto troféu, precioso, valioso (Lima).

Não gosto que a cantes, não, Isaura. Hão de pensar que és maltratada, que és uma escrava infeliz, vítima de senhores bárbaros e cruéis. Entretanto, passas aqui uma vida que faria inveja a muita gente livre. Gozas da estima de teus senhores. Deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas que eu conheço. És formosa e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano. Bem sabes quanto minha boa sogra antes de expirar te recomendava a mim e a meu marido. Hei de respeitar sempre as recomendações daquela santa mulher, e tu bem vês, sou mais tua amiga do que tua senhora. Oh! Não; não cabe em tua boca essa cantiga lastimosa que tanto gostas de cantar. — Não quero, – continuou em tom de branda repreensão, – não quero que a cantes mais, ouviste, Isaura?... Se não, fecho-te o meu piano (Guimarães, 2012, p. 19-20).

Isaura, por ser escravizada, não tinha o direito de falar de seu sofrimento, pois era censurada por seus senhores. Aquela cuja protagonista poderia ter alguma empatia por ser mulher como ela e ser subjugada por um sistema machista e opressor a calava e a mandava ser grata por ter tido os privilégios de ter uma boa educação e estima de seus senhores, enquanto o medo e a luta por sobreviver mantinham a protagonista e os outros escravos submissos.

No livro, é relatado que Malvina em muitos momentos se viu impotente e oprimida pelo marido e pela sociedade. Então, para ser a “boa esposa” que todos esperavam dela, perdoou as traições de Leôncio e as violências contra Isaura e as outras escravas negras, pois tinha medo de ser malvista pela sociedade – ela, assim, aceitava tudo calada. Porém, a personagem refletia o machismo de sua época por não ter nenhuma empatia por Isaura e qualquer outra mulher escravizada. Malvina, no meio do livro, ainda dá a entender que a protagonista e as outras cativas negras se ofereciam para Leôncio, um argumento completamente machista e ofensivo contra as mulheres que sofriam violências de diversos tipos pelo vilão.

Outro assunto discutido pelos estudantes durante essa temática sobre machismo, objetificação da mulher, violências, possessividade, etc., foi o destino das mulheres. Os participantes do grupo consideraram que os homens simplesmente por acreditarem serem donos das mulheres – fossem pais, fossem esposos – decidiam o destino delas. Isso foi uma situação criticada e elencada pelos jovens, por não conseguirem acreditar que isso já ocorreu no Brasil.<sup>1</sup>

O Leôncio não ia deixar o Belchior sair da fazenda, né? Com ela, né? Ela ia continuar presa, mas sem a alforria. Ela ia estar presa num casamento indesejável, escolhido pelo Leôncio, dentro da fazenda lá (Lima).

Então, a partir das discussões sobre o poderio dos homens sobre as mulheres, livres ou escravizadas daquela época, os estudantes compreenderam que as figuras masculinas tinham esse poderio de decidir o destino de uma mulher, sem nem sequer questioná-la sobre. Isso causou um grande impacto durante as discussões.

Ressalto mais uma vez a importância de ter uma integrante mulher no grupo, pois essa participante teve uma visão mais crítica de como era ser mulher na época em que a obra foi lançada e como é ser mulher hoje. A estudante Clarice constatou que, embora Isaura se submetesse ao casamento forçado e ganhasse a alforria que Leôncio prometeu dar após o casamento, ela continuaria escrava do vilão, pois Belchior era um

---

<sup>1</sup> Durante os capítulos finais da obra, quando Isaura é capturada no Recife e trazida de volta para Campos dos Goytacazes, a protagonista sofre violências físicas mais cruéis por Leôncio, pois ele não aceitava que ela tinha se apaixonado por Álvaro, e não por ele. Com Leôncio, ela ainda se recusava a se entregar a ele e o rejeitava por ódio e nojo. Logo, para evitar que o vilão a matasse, Malvina sugere que Leôncio venda Isaura para pagar as dívidas que adquiriu por caçar Isaura por todo o Brasil ou que a case com alguém, pois esse era o desejo de sua mãe. Leôncio, para fazer Isaura sofrer e por se sentir dono do destino da jovem cativa, oferece a protagonista para Belchior, o qual, segundo Guimarães (2012, p. 40), “era um monstrengo afetando formas humanas [...]. A cabeça disforme nascia-lhe de dentro de uma formidável corcova”.

pobre jardineiro que vivia em sua fazenda. Isaura, portanto, não seria livre dele, pois a qualquer momento Leôncio poderia violentar a mocinha, uma vez que seu marido era deficiente e não poderia protegê-la por completo. Fora o fato de que Leôncio, além de ser homem, era um importante senhor de terras em Campos dos Goytacazes, não havia leis que amparassem e assegurassem as mulheres. Como afirma Clarice:

Sim, ela [Isaura] ia estar lá, bonitinha. E na hora que o Leôncio quisesse, ele poderia abusar dela também, né? É porque as mulheres não tinham essa questão de direitos. Não tinha nada na política que protegia as mulheres de qualquer tipo de violência, ainda mais uma mulher escrava, né? Não tinha essa coisa de prender o cara por abuso, por assédio, por espancamento. Era “normal” pra época, né? Era uma coisa “normal” pra época, né? Os caras abusarem de mulheres, independentemente se ela era livre ou não. E nada acontecia com eles, né? Tinha essa questão toda, né? (Clarice).

Os apontamentos da estudante acerca da violência contra mulheres – fossem elas livres ou não – em *A escrava Isaura* e as opressões e subalternizações que elas passavam nesse contexto trouxeram a reflexão para os dias atuais: embora as mulheres hoje sejam (mais) livres, ainda são amarradas por um discurso preponderante de como a mulher deve ser, que padrões estéticos deve seguir e quais comportamentos deve apresentar para um homem, para que ele e a sociedade a considerem mais feminina e atraente.

Por mais que as mulheres tenham lutado e ainda lutam – assim como o movimento negro – por mais direitos, liberdades e respeito, conquistando muitos avanços como o direito ao voto, por exemplo, elas ainda enfrentam um machismo estrutural que questiona esses ditos avanços e as considera como “amarguradas”, por não aceitarem qualquer tipo de opressão masculina.

Wolf encoraja as mulheres a se libertarem dos discursos machistas que as divide para se manterem de pé e opina que esse sistema só se dissolverá quando a mulher perceber que é dona do seu próprio corpo.

A mulher sai ganhando quando percebe que o que cada mulher faz com o seu próprio corpo – sem coação, sem violência – é exclusivamente da sua conta. Quando muitas mulheres se afastarem desse sistema isoladamente, ele começará a se dissolver. As instituições, alguns homens e algumas mulheres continuarão a usar a nossa aparência contra nós, mas nós não nos deixaremos levar (Wolf, 1992, p. 387).

Por isso, é importante que a educação seja sempre problematizadora da sociedade e do *status quo* vigente, pois por meio dela conseguiremos quebrar paradigmas e abalar as estruturas vigentes – quem sabe, até mesmo derrubá-las. Portanto, considero

importante o papel do educador nesse trabalho, nessa ação e discussão, pois com formação e capacitação adequadas ele conseguirá discutir e combater o racismo, o machismo e outras problemáticas atuais de nossa sociedade. Sobre esse papel, Gomes diz o seguinte:

A nossa meta final como educadores(as) deve ser a igualdade dos direitos sociais a todos os cidadãos e cidadãs. Não faz sentido que a escola, uma instituição que trabalha com os delicados processos da formação humana, entre os quais se insere a diversidade étnico-racial, continue dando uma ênfase desproporcional à aquisição dos saberes e conteúdos escolares e se esquecendo de que o humano não se constitui apenas de intelecto, mas também de diferenças (Gomes, 2005, p. 154).

Assim, recomendo e aspiro que nós professores abracemos a pauta racial e de gênero e busquemos mediar discussões sobre essas temáticas em sala, pois, infelizmente, ainda temos muitos casos de racismo, machismo e opressão contra negros e mulheres. Nesse sentido, como diz Gomes, os educadores não devem só se preocupar com a aquisição de saberes, mas também com as diversidades existentes na escola, porque é lá, no âmbito educacional, formador, onde convivem as diferenças. Esta dissertação, portanto, sugere a literatura como ajuda para trabalhar a diversidade étnico-racial em sala, articulada com as questões de gênero, uma vez que a leitura pode ser um artefato importante se trabalhada criticamente.

### **3.6 Desconstruindo o mito da democracia racial a partir da obra *A escrava Isaura***

Durante as discussões do grupo, chegamos na parte que os alunos deveriam citar personagens que os marcaram e o porquê de sua escolha. Os jovens citaram vários personagens, porém, o mais recorrente foi Miguel<sup>2</sup>, pai de Isaura, sendo unânime o elogio ao seu amor paternal, por lutar pela liberdade da filha, juntando o valor altíssimo que os brancos exigiam por ela. A partir daí, surgiu uma pergunta engajadora: “Por que o personagem

---

<sup>2</sup> Bernardo Guimarães (2012, p. 49-51) assim descreve Miguel: “Miguel, o antigo feitor da fazenda, o pai de Isaura, que havia sido outrora grosseiramente despedido pelo pai de Leôncio [...]. Era um homem de mais de 50 anos; em sua fisionomia nobre e alerta transpirava a franqueza, a bonomia e a lealdade. Trajava pobrememente, mas com muito alinho e limpeza [...]. Era filho de uma nobre e honrada família de miguelistas que havia emigrado para o Brasil. Seus pais, vítimas de perseguições políticas, morreram sem ter nada que legar ao filho. Sozinho, sem meios e sem proteção, viu-se forçado a viver do trabalho de seus braços, metendo-se a jardineiro e horticultor [...]. O pai de Leôncio, tendo tido ocasião de conhecê-lo e apreciando o seu merecimento, o engajou para feitor de sua fazenda com vantajosas condições. Ali serviu muitos anos sempre mui respeitado e querido de todos, até que aconteceu-lhe a fatal, mas muito desculpável fraqueza, que sabemos, e em consequência da qual foi grosseiramente despedido por seu patrão”.

Miguel chamou atenção de vocês?”. Uma resposta que me despertou o interesse me trouxe a motivação de dissertar sobre o mito da democracia racial foi a do estudante Machado.

Miguel era um feitor que, na parte teórica, era quem chicoteava os escravos, era quem maltratava os escravos, né?! Quem dava as suas ordens. Ele teve um apego a uma escrava, a uma pessoa negra. Então, ele tem essa forte relação do... Ele não foi, vamos dizer, ele não foi racista. Ele gostou dela [mãe de Isaura, Juliana]. O apego dele com a Isaura vem muito do apego dele com a mãe que ele perdeu... na verdade, com a esposa, né?! Com a esposa que ele perdeu (Machado).

A partir dessa fala do estudante, pode-se compreender que a estratégia da elite racista em afetar a população com a ideia de mistura étnica como solução para findar os conflitos raciais no Brasil acabou surtindo um certo efeito, pois se o aluno acredita que o personagem Miguel deixou de ser opressor com os negros – e talvez racista – porque se relacionou com uma escravizada negra, é possível entender que, em algum momento de sua vida, o estudante foi atravessado por esse discurso e inconscientemente o reproduziu sem ter a compreensão da estratégia racista estruturada em sua fala. Munanga explica essa questão.

A elite “pensante” do país tinha clara consciência de que o processo de miscigenação, ao anular a superioridade numérica do negro e ao alienar seus descendentes mestiços graças à ideologia de branqueamento, ia evitar os prováveis conflitos raciais conhecidos em outros países de um lado e, por outro lado, garantir o comando do país ao segmento branco, evitando a sua “haitinização” (Munanga, 1999, p. 78).

Esse medo dito pelo antropólogo de que a elite “pensante” – branca e racista – tinha de o negro acabar “haitinizando” o Brasil vinha do fato de o país já possuir naquele período uma numerosa população negra. Então, ocorreu uma campanha da elite branca racista em diferentes meios para criar uma identidade nacional, e não a diversa que se projeta para o mundo. Portanto, eles, os brancos racistas, que tentaram manipular os mestiços, conforme o autor fala, para que houvesse a compreensão de que o conflito racial só terminaria quando houvesse a miscigenação entre brancos e negros.

Outro ponto em destaque na discussão do grupo foi sobre o apagamento dos traços e das heranças africanas utilizando a obra *A escrava Isaura* como exemplo. Quando fugiu para o Recife, a protagonista usou seus conhecimentos para fingir ser uma mulher livre, se vestiu como uma sinhá e decidiu ocultar seu passado como escravizada, de que era filha de uma negra. Essa atitude reflete o que muitos negros fizeram e ainda fazem para tentarem ser aceitos e sobreviver a violência racial. Muitos negros, assim como Isaura, ocultam suas raízes simplesmente por servir de estratégia de resistência e sobrevivência.

Ela [Isaura] tentou não ser vista como escrava e como filha de negra, foi no baile lá, quando ela foi pro baile dela e ela se vestiu de um jeito mais como as mulheres e senhoras da comunidade lá se vestiam, né? (Clarice).

A partir do momento que as elites brancas racistas induzem a população a acreditar que a miscigenação é o melhor caminho para superar divergências raciais, eles estão tentando apagar a presença negra do Brasil, apagar a cultura negra, apagar seus traços físicos e sua identidade, a fim de manter a superioridade branca e formar a identidade nacional brasileira que eles tanto defendem e tentam convencer os miscigenados a crer.

Essa identidade nacional, tal como sugerida pela elite, que busca promover o apagamento da pigmentação negra do povo brasileiro, também encobre muitas desigualdades e exclusões, mantendo os brancos sempre no topo com seus privilégios, enquanto negros e mestiços ficam bem abaixo, subservientes, serviçais, com a falsa ilusão de que são iguais a eles. Munanga também discorre sobre isso.

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (Munanga, 1999, p. 80).

Assim como fala o autor, essa falsa harmonia entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, organizada pelo mito da democracia racial, permite que as elites dominantes mantenham seus privilégios, induzam os negros e mestiços a acharem que são iguais aos brancos, mas as desigualdades ainda estarão ali, encobertas, porém, pelo discurso de união e harmonia nas relações entre as três raças originárias.

O objetivo das elites é induzir os negros a acreditarem em uma falsa paz, por meio da mestiçagem, os “convencendo” de que são iguais aos brancos. Suas reais intenções são, assim, a inferiorização dos negros, a cristalização dos estereótipos, o silenciamento dos negros e de suas reivindicações e a subalternização daqueles que foram escanteados há séculos da vida pública e social. Por isso, é importante tratar a democracia racial como ela é: um mito. Uma vez compreendida dessa forma, enquanto mito, a

democracia racial serve apenas aos interesses dos dominadores em prol de sua própria causa, e não a favor dos diferentes.

Durante a discussão dessa temática, os estudantes começaram a debater sobre o que seria ser negro na atual sociedade; sobre como a religião, no caso, o cristianismo, influenciou na construção do ser negro na sociedade; e como ele era visto por algumas pessoas. Utilizando como referência as aulas de História, para os estudantes, a Igreja Católica foi a principal responsável pela escravidão, pois ela usava passagens bíblicas para justificar a colonização do Brasil e a exploração dos negros e indígenas.

Nas nossas aulas de História, o nosso professor fala que na época da colônia, na colonização da América, os europeus, portugueses, vieram para o Brasil para catequizar os povos indígenas que vivem aqui, além de que justificavam a escravidão dos povos negros como religiosa pela história dos filhos de Noé, da Bíblia, que um filho abusou do pai e, então, o pai amaldiçoou ele e depois esse filho foi para a África, ele teve filhos por lá, e esses filhos que vieram da África são os negros – e por causa dessa parte da religião, eles tinham que ser escravizados. Os europeus podiam escravizar esses povos, pois eram “malditos” para eles. Então, era um meio religioso de explicar o porquê eles estavam fazendo aquilo. Além dos portugueses vindos da Europa, outros europeus vieram para a América para catequizar esses povos indígenas que viviam aqui e os negros, tentando passar a religião da Europa para eles (Eça).

É literalmente isso. Literalmente, pelo menos eu concordo com o que ele falou, porque tanto que a passagem que ele se refere quando ele fala do abuso não está escrito isso, está escrito na Bíblia que ele conheceu a nudez de seu pai e debochou dele. Foi isso que falaram na Bíblia, na verdade. É por isso os três filhos que estavam embarcados, que eu esqueci o nome dos três, me perdoem. Um foi para a Europa, outro foi para a Ásia e o outro foi para a África. Então, eles abordaram como os europeus foram para a África justamente com esse pensamento de que o descendente de onde estão esses filhos são malditos, então nós temos o direito de escravizá-los. Eles devem nos servir. E isso veio se passando e chegou até no Brasil, e assim por diante (Machado).

Primeiramente, cabe aqui destacar o papel do professor de História dessa instituição de ensino onde foi realizado o grupo de discussão, visto que ele tem promovido importantes discussões em sala de aula sobre a temática racial e que busca combater o discurso eurocêntrico no âmbito escolar, abordando outras versões e perspectivas fora do material didático. Munanga comenta acerca dessa versão religiosa cristã da “origem” dos negros e de o porquê eram escravizados, como uma justificativa para que o racismo existisse.

Mas o racismo e as teorias que o justificam não caíram do céu, eles têm origens mítica e histórica conhecidas. A primeira origem do racismo derive do mito bíblico de Noé do qual resulta a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). Segundo o nono capítulo da Gênese, o patriarca Noé, depois de conduzir por muito tempo sua arca nas águas do dilúvio, encontrou finalmente um oásis.

Estendeu sua tenda para descansar, com seus três filhos. Depois de tomar algumas taças de vinho, ele se deitara numa posição indecente. Cam, ao encontrar seu pai naquela postura, fez, junto aos seus irmãos, Jafé e Sem, comentários desrespeitosos sobre o pai. Foi assim que Noé, ao ser informado pelos dois filhos descontentes da risada não lisonjeira de Cam, amaldiçoou este último dizendo: seus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos de seus irmãos (Munanga, 2003, p. 8).

Essa articulação entre Igreja e colonizadores foi a principal responsável para criar o estereótipo de que o negro era maldito, sem alma, logo, deveria sofrer e ser explorado, pois tinha embasamento bíblico, eles diziam. Contudo, infelizmente, essa versão religiosa que muitos teóricos como Munanga também citam nem sempre é repassada nas escolas, pois ao currículo eurocentrado só vale falar sobre as expedições e explorações portuguesas no Brasil e sobre os avanços após a vinda deles, ignorando totalmente a presença negra e indígena e sua força de trabalho para desenvolver o país.

Entendo que é necessário, se possível, dependendo da realidade de cada educador, que os professores – independentemente da disciplina curricular – discutam raça e racismo em sala de aula, pois os educadores têm um importante papel social de preparação dos jovens para a vida em sociedade e a escola é o espaço ideal para trabalhar as temáticas de raça, racismo e preconceito, pois é um privilegiado espaço de socialização.

A escola é um lugar privilegiado no complexo devir da construção de identidades. Os diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo desencadeado por instituições de ensino – professores, professoras, alunos, alunas e responsáveis – constroem diferentes identidades ao longo de sua história de vida, e a escola, como espaço de aprendizagem e socialização, tem grande importância nisso. Nesse sentido, o reforço de estereótipos e representações negativas do que é ser mulher e ser negro/a marca as trajetórias escolares dos sujeitos que desenvolvem diferentes estratégias para lidar com o preconceito, o racismo e o sexismo (Bastos, 2015, p. 620-621).

Seguindo as discussões, em virtude da fala dos estudantes, considere necessário lançar uma pergunta mais direcionada visando aprofundar o tema: “Para vocês, o que significa ser negro no Brasil hoje?”.

Ser negro no Brasil, além de a pessoa ter a tonalidade de pele negra, ou parda, que não é o meu caso, porque eu não me considero negro, ela entende a situação do racismo, ela é completamente contra essa situação do racismo, tenta acabar com essa situação. Não posso de falar que todo negro faz isso, atua contra o racismo, porque existem alguns negros que infelizmente concordam com o racismo, mas ser negro no Brasil é atuar contra os casos de racismo, tentar abrir espaço para as pessoas negras serem mais respeitadas e terem mais leis ao seu favor, se sentirem mais seguras hoje em dia, porque mesmo tendo diversas leis ainda existem vários casos de racismo, de agressão contra pessoas negras. Então, ser negro no Brasil seria a pessoa preta ou parda lutando contra os casos de

racismo, entender toda a situação e característica de ser uma pessoa negra, ou se é uma pessoa parda. Acho que é isso (Eça).

É, eu não tenho muito o que falar, por mais que eu tenho muitos amigos negros, conheço pessoas negras, assim, né? Então, eu, como pessoa branca, não estou no meu lugar de fala, então, o que eu vou falar? Se eu mesmo não tenho essa vivência que eu vejo em si, mas quem sou eu para falar por eles, né? Melhor do que eu falar por eles é eles falarem, né? Então, eu estou aqui só para ouvir e ajudar essas pessoas negras (Machado).

Eu vou dizer que, assim, é um pouco difícil de eu mencionar, afinal, não sou negro, só conheço, acho que o meu pai, de pessoas negras, assim, de pessoas próximas. Mas eu diria que **hoje em dia é um ambiente seguro e, afinal, também porque boa parte da população brasileira é negra, então, acaba que hoje em dia temos um ambiente mais seguro para essas pessoas**, mas que ainda tem muito a lutar para conseguir igualar tudo, como ele mesmo disse, ainda existem muitos casos de agressão, de... muito ciberracismo, muitos casos ainda, mas que, pelo menos, a gente pensa que futuramente isso acaba se esvaindo (Lima).

O estudante Eça disserta que ser negro no Brasil é viver uma luta constante por resistir e lutar contra o racismo. Isso, infelizmente, condiz com a realidade, tendo em vista que, por mais que tenhamos leis, falemos sempre sobre o assunto e, principalmente, o movimento negro lute diariamente e incessantemente contra os racistas e em busca dos direitos e liberdades dos povos negros, ainda há inúmeros casos de racismo e discriminação contra pessoas negras. Por isso, é importante nos unirmos na luta antirracista rumo a uma sociedade mais democrática, respeitosa e que valorize as diferenças. Gomes disserta sobre a importância do movimento negro na luta contra o racismo e sobre ser um agente educativo essencial.

A trajetória histórica do Movimento Negro em nossa sociedade se manifesta por meio de uma atuação incisiva na construção da democracia. Nesse processo, ele não apenas educa a sociedade, mas também se reeduca continuamente. No Brasil, o Movimento Negro pode ser compreendido como um agente educativo essencial, responsável por recolher, sistematizar e disseminar os saberes construídos pela população negra ao longo da história, transformando-os em demandas políticas (Gomes, 2024, p. 13).

O movimento negro é um importante agente educativo, como diz a autora, pois a partir dele podemos aprender sob a ótica das pessoas negras que sofreram e sofrem o racismo. O movimento negro é essencial na educação, principalmente a dos professores, para que eles sejam capazes de discutir raça e racismo na escola.

Embora Lima apresente uma construção de ideias muito coerentes sobre a pauta racial durante os dois grupos de discussão, ele, infelizmente, trouxe uma fala problemática que evidencia a estruturação do racismo em nossa sociedade, até mesmo em

jovens que se consideram antirracistas. Quando Lima diz “hoje em dia é um ambiente seguro e, afinal, também porque boa parte da população brasileira é negra, então, acaba que hoje em dia temos um ambiente mais seguro para essas pessoas”, isso mostra que o estudante acabou sendo afetado pelo discurso da democracia racial, o qual, segundo Munanga (1999, p. 80), ronda nossas cabeças e cria a ideia de que “somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreira, sem preconceito”.

Muita gente no Brasil, entre os mais esclarecidos, estudiosos das áreas das humanidades, políticos da esquerda, jornalistas, etc., não se cansam de repetir a frase “a discriminação mais importante no Brasil é social”. Por mais que essas pessoas tentem conscientemente se libertar do mito de “democracia racial”, esse ronda sempre em suas cabeças por causa dessa ambiguidade cor/classe (Munanga, 1999, p. 103).

Com base no que pontuou o autor, podemos compreender que, embora estudemos sobre a pauta étnico-racial, apoiemos e lutemos contra o racismo, em algum momento teremos falas e atitudes que evidenciem nossa estrutura racista, pois inconscientemente fomos afetados pelo discurso da democracia racial, o qual defende que as divergências raciais serão solucionadas quando houver a miscigenação, mesmo que entendemos que, na verdade, o objetivo é apagar o negro da sociedade brasileira.

Por mais que Machado se considere inapto para discutir racismo, identidade negra, sobre o que é ser negro e como o negro se sente, pois ele fala nos dois grupos “eu, como pessoa branca, não estou no meu lugar de fala”, logo entendi que seria necessário saber o que os amigos negros dele pensam e falam sobre o racismo para ele. Para esse fim, foi levantado o seguinte questionamento: “Você que tem amigos negros, eles chegam a comentar com você sobre a vivência de pessoa negra ou sobre as estratégias de resistência e sobrevivência deles?”.

Eu já vi alguma situação, tipo, a gente estava no shopping, né? A gente entrou em uma loja, e o meu amigo estava vendo uma... Acho que a gente estava vendo uma roupa de uniforme de um time, vendo umas bolas e uns calçados, né? Aí, a gente tava conversando e do nada chega um cara e fala para meu amigo negro: você trabalha aqui? Tipo, a gente estava sem o uniforme da loja, a gente estava todo arrumado, estava, tipo, todo caracterizado como cliente, né? Se ele tivesse chegado para mim também, junto, seria aceitável, mas chegou só para ele, para meu amigo negro. Aí, eu achei estranho, né? Aí, é uma das coisas que eu vejo que muitas pessoas, às vezes, acham que, por mais que a pessoa está bem-vestida, só por ela ser negra ela trabalha no local que ela está comprando, entendeu? Na loja. E isso que a gente não foi nem, tipo, numa loja tão... né? Teoricamente, bem monetária, de rico, porque, infelizmente, hoje em dia, quem tem muito mais dinheiro, poder econômico, são as pessoas brancas, né? Então, às vezes, acaba acontecendo esse tipo de racismo, quando você está, tipo, em loja de marcas luxuosas, né? (Machado).

É um estranhamento, né? Acho que é estranho a pessoa, a pessoa desse tom de pele, negro, entrar numa loja assim e ser julgada e diminuída (Eça).

Aí, é... Isso é o que eu vejo, tipo, o que já aconteceu quando eu estava do lado, né? Ele já me contou algumas outras coisas. Não foi ele, tá? Não foi o Eça, é um outro cara. É... Já aconteceu [sic] algumas outras coisas que ele já viu e me contou, que eu já vi estando com ele, né? Aí, eu fiquei... Eu não sou ele, eu não vou falar nada por ele ou o que ele sentiu. Eu... Se ele precisar de mim, eu estou do lado dele, se precisar eu sempre vou ajudar e ouvir. Mas, se ele vai fazer alguma coisa, tem que partir dele, não de mim, né? Porque... quem sou eu pra falar por ele, né? É que... Vamos falar a verdade? O que uma pessoa branca... Como que uma pessoa branca vai falar o que uma pessoa negra sente? Vai se sentir, né? Por mais que eu me sinto mal, às vezes, por eles, mas a minha fala perante, vou dizer, a sociedade, né? A minha fala perante a sociedade não pode valer de nada. Porque a sociedade pode achar que eu estou mentindo, que eu estou tomando a dor dele, esse tipo de coisa, né? Então, eu prefiro ficar só no meio. Aí, agora, não, se ele chegasse em mim e falasse “não, me ajuda aqui”, aí eu... Nós fechamos juntos, então, a gente faz um golpe, a gente vai bater nos racistas juntos, vamos bater. Vamos brigar, vamos brigar. Se não, nós apanha [sic] juntos e... Então, o papo é isso, né? (Machado).

Embora o estudante acredite que por ser branco não pode intervir em situações de racismo ou que só intervirá quando a pessoa negra pedir, não é isso que os estudos étnico-raciais sugerem. Geralmente, as vítimas de racismo se sentem intimidadas, envergonhadas e com medo de reagir ou de pedir ajuda, o que torna essencial que qualquer pessoa, independentemente de cor de pele ou se é amiga ou não da vítima, interfira nas práticas racistas. A partir das falas de Machado, podemos compreender que ser negro no Brasil não é fácil e que a cada dia as relações sociais e digitais dos negros estão se tornando difíceis. O desrespeito e a discriminação contra pessoas negras têm aumentado, principalmente, nas redes sociais, porém, a justificativa mais usada para cometer crimes raciais continua sendo a liberdade de expressão e o humor.

Tanto o humor quanto a liberdade de expressão são justificativas inaceitáveis usadas para mascarar o preconceito e ódio às pessoas negras. Portanto, faz-se necessário apoiar a luta e nos engajarmos contra o racismo; promover a formação e a capacitação de professores sobre aspectos e debates étnico-raciais, para que se sintam preparados e confiantes para discutir questões e conflitos raciais em sala de aula sem que se sinta acuados; e trazer crianças e jovens para essas discussões tão importantes, pois eles podem ter uma maior probabilidade de ter a mente aberta para ver o diferente e entender suas causas, suas vivências e sua identidade.

### **3.7 As estratégias de resistência negra em *A escrava Isaura***

Durante o primeiro grupo, após algumas discussões, considerei lançar uma pergunta disparadora que levasse os participantes para uma reflexão acerca das estratégias

de resistência e sobrevivência negra desde o período escravocrata – no qual se passa a obra de Bernardo Guimarães – até a atualidade. Porém, decidi dar um enfoque na protagonista do livro, pois o objetivo específico desta pesquisa é identificar como os alunos veem a personagem escrava Isaura em relação às suas estratégias de resistência.

Contudo, não deixaria de focar em seguida nos escravizados negros, pois eram a maioria dos cativos na época e porque sofriam muito mais do que a protagonista. A pergunta lançada inicialmente foi “como vocês viram a atitude de Isaura para não ser vítima de racismo? Ela teve alguma estratégia de resistência para não ser vítima de racismo ou não?”.

Ela [Isaura] é simplesmente branca! [Risos]. Como é que, tipo assim, como é que você vai fazer racismo com uma pessoa branca? Não tem como você fazer isso. Tem uma galera atualmente falando ‘ah, racismo reverso contra brancos e tal’, na internet, só que não funciona assim, porque o racismo é voltado contra as pessoas negras. Não sei né, se hoje em dia chamar de negro é o errado ou se chamar de preto que é o errado, fico em dúvida qual a maneira certa e respeitosa, então, de alguma forma, ela só não sofreu esse racismo, não sofreu essas outras coisas que aconteceram com Rosa, com as outras escravas, justamente porque ela é branca, não teve uma estratégia em si. Você vê no... Quando o autor vai descrever as falas dela, que são falas com dor, de quem passou por racismo, mesmo não passando, porque ela sente o que os outros passaram, entende? (Machado).

Para o estudante, Isaura não foi vítima de racismo, pois era uma pessoa branca, mas o jovem entende que ela era empática ao sofrimento negro, pois descendia de uma mulher negra – então, ela sofria pelos seus irmãos de sangue e por não poder ser livre. Já a personagem Rosa, que foi elencada pelo autor da obra como vilã, para os estudantes foi uma vítima; ela sim sofria racismo, violências, preconceito, e tinha estratégias de resistência e sobrevivência, pois era uma mulher negra e que carregava a força de seus ancestrais para a luta diária de um escravizado negro.

Rosa não é invejosa, é uma vítima! Uma vítima, porque querendo ou não ela é negra! Ou em certo ponto, o livro deixa muito a entender que a Isaura, ela só tem tudo aquilo porque ela é branca! Porque ela é uma mulata, filha de uma escrava negra, filha de um italiano branco, que “felizmente” pra aquele momento da época, ela nasceu da cor do pai, pegou a coloração do pai, então, para as pessoas negras daquela época que ainda não tinham essa compreensão de racismo, de que os brancos eram superiores aos negros pela cor da pele, fica muito no “por que ela é diferente de mim?”. Acho que é por isso... (Machado).

Só que eu acho também, tipo assim, ela é sim uma vítima, e ela acabou transformando essa dor, de ser a vítima, em uma ira, em uma ira mesmo, de tipo eu quero ter aquilo também. Então, ela acaba que, quando a Isaura chega na senzala, ela acaba descontando toda essa raiva que ela tinha, essa mágoa que ela tinha em cima da Isaura, debochando dela, falando mal dela, e até mesmo falando que os homens só assediavam ela, não tratavam ela bem. Rosa, mesmo trabalhando dentro da casa-grande também e tudo mais, ela se sentia mais como

um objeto. Então, assim, ela não sentia um ser humano, perto do que a Isaura era considerada, é mais ou menos isso... (Lima).

Para ambos os estudantes, Rosa não era uma vilã sem motivações que odiava Isaura só por odiar. Pelo contrário, ela odiava a protagonista pois a protagonista tinha um pai livre que lutava por sua liberdade, teve muitos privilégios como estudar, cantar, tocar piano, etc., e nasceu branca tal como o pai.

Por ter nascido branca, Isaura chamava atenção e conquistava piedade dos brancos por ser uma mulher branca cheia de qualidades e aptidões, mas que, por carregar o sangue africano, também passava por aquelas provações. A dor e a não compreensão de Rosa – de o porquê uma escravizada igual ela, mas branca, tinha tantos privilégios – tornou-se ódio, e é por isso a escrava negra persegue e rivalizava com a escrava branca, Isaura, uma vez que a personagem descontava na protagonista essa mágoa da discriminação, assim como constataram os estudantes Machado e Lima.

Tendo em vista que o termo racismo reverso atravessou fortemente a discussão sobre as estratégias de resistência de Isaura, considere necessário pedir que os alunos falassem mais sobre o que entendiam por esse conceito.

Eu acho que não existe racismo reverso, porque é um termo usado pra dizer que negros que cometem racismo, dizer que os negros também podem cometer um preconceito com pessoas brancas. Só que de anos e anos, pessoas brancas cometendo racismo com pessoas negras, isso seria uma forma de os brancos tentarem se vitimizar quando são criticados pelos negros. Depois de tanto tempo de servidão das pessoas negras, agora quando elas questionam o racismo dos brancos é como se fosse uma forma de os brancos se vitimizarem, pra tentar botar os negros de volta no lado ruim, como se eles estivessem fazendo algo errado. Mas não existe isso de racismo reverso, não tem essa forma de racismo, não (Eça).

Os brancos são pessoas que já têm lugar na sociedade, já são muito valorizadas, então nem [tem] como elas decaírem, que nem ainda estão os negros, porque mesmo que hoje em dia [os negros] tenham muito mais “igualdade”, ainda se você for olhar, tem uns pontos que as pessoas negras estão sendo ainda meio desvalorizadas (Lima).

O termo “racismo” só é usado justamente quando um branco faz o racismo com o preto, com uma pessoa negra. Agora, o *bullying* com a pessoa branca, que eu acho que é o termo adequado, acontece. Também tipo: “Ah, você é tão branco quanto um fantasma”. Dizer assim: “Pô, você é transparente, dá pra ver suas veias”. Isso acontece mesmo, principalmente na escola. Então, tipo, não é racismo reverso o termo certo, mas sim é *bullying* que se encaixa, tem uma outra nomenclatura do que o racismo. Então, não tem o porquê de ter racismo reverso. Tanto que isso, do *bullying*, acontece com pessoas brancas, pessoas negras, mas claro que se você for fazer *bullying* com uma pessoa negra, já é racismo. Se você for... Vamos supor, uma pessoa branca também fez *bullying* com uma pessoa branca, uma pessoa negra também fez *bullying* com uma pessoa branca e vice-versa, ao contrário. Então, é algo na sociedade em que a gente tem que pensar não só no que a gente está fazendo. Eu fico pensando: será que eu, como pessoa

branca, tenho que falar isso mesmo pra ele, por mais que ele também seja branco, é certo isso? Eu, como pessoa negra, tenho que falar isso mesmo pra ele, por mais que ainda seja negra, eu tenho esse direito? Eu sou preto, eu posso chamar ele de, sei lá, que eu estou querendo falar algo muito pesado, né? Eu negro, vamos supor, eu posso chamar ele de macaco? É certo isso? Eu tenho esse direito só porque eu também sou da mesma cor? Esse é o questionamento meu também. Acredito que não, né? (Machado).

Os estudantes conceituam que não há como haver o tão falado atualmente racismo reverso, pois os brancos ainda são valorizados, ocupam um local de destaque na sociedade e não sofreram violências, opressão e subalternização histórica como negros e outros grupos sociais oprimidos. Muito pelo contrário, os brancos são valorizados e possuem privilégio, segundo argumentam os jovens participantes. Os integrantes do grupo de discussão afirmam que, na verdade, o que os brancos sofrem – *bullying* – quando são alvos de provocações constantes acerca de seus traços não se compara à violência sofrida pelos negros por séculos.

Com relação ao termo *bullying*, três autores apresentam a seguinte definição:

Assim, o *bullying* compreende todas as atitudes agressoras, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, sendo executada dentro de uma relação desigual de poder, tradicionalmente consideradas naturais, ignoradas ou não valorizadas, cujas exteriorizações fazem reconhecer quatro diferentes expressões de *bullying*: verbal, físico, psicológico e sexual. O *bullying* é considerado um problema mundial encontrado em toda e qualquer escola (Almeida; Silva; Campos, 2008, p. 9).

Embora envolva relações desiguais de poder, agressões constantes, repetitivas e cruéis, o *bullying* diverge totalmente do racismo, pois o racismo tem uma motivação evidente – a cor da pele –, que no caso do Brasil é contra pessoas negras. Já o *bullying* é, muitas vezes, usado nas escolas como um termo para resumir e mascarar o racismo no ambiente escolar, porém, é necessário diferenciá-lo, justamente para não gerar confusão e não minimizar as violências contra negros e indígenas. Por isso, nesta pesquisa, há a defesa por uma capacitação adequada dos professores nos estudos raciais para que saibam diferenciar situações de racismo e de *bullying*, porque o racismo é uma violência motivada pelo ódio ao diferente em função de sua raça.

Fontoura (2021) conceitua o racismo reverso e o porquê da sua não existência. Os dizeres dos estudantes vai ao encontro do que o autor discorre acerca da expressão falaciosa racismo reverso.

A negação da existência do racismo tem se popularizado entre os sujeitos (negros e não negros) e resultou na popularização de uma expressão que

representa uma leitura histórica e social desacertada sobre o fenômeno do racismo, constituindo-se como um evidente equívoco interpretativo: o racismo reverso. A expressão falaciosa busca promover um entendimento equivalente do racismo não apenas na sua negação, mas sim na sua inversão, colocando os sujeitos não negros como alvo de ataques, discriminações e preconceitos tendo por base a cor de sua pele (Fontoura, 2021, p. 58).

Colocar sujeitos não negros como alvos de discriminação seria um total equívoco, assim como o autor fala, tendo em vista o sistema de dominação branca por séculos no Brasil, o qual assegurou e assegura direitos, liberdades, oportunidades, valorização, domínio e privilégios para pessoas brancas. Então, dizer que há uma reversão no sistema escravista, historicamente estruturado em nossa sociedade, é uma desonestidade interpretativa com a história do Brasil e dos povos negros e indígenas.

Por ter sido citada como vítima do sistema opressor, racista e escravista de sua época, considere necessário questionar os alunos sobre as estratégias de resistência de Rosa, a vilã da obra *A escrava Isaura*. Para iniciar as discussões, levantei a seguinte questão: “Vocês acham que Rosa ou qualquer outro escravizado negro do livro tiveram alguma estratégia de sobrevivência e resistência contra o racismo ou não?”.

A Rosa era uma personagem com um pulso firme, né? Ela era bem cabeça fechada e forte diante disso tudo que ela vivia e passava. Então, talvez essa seria a estratégia dela, ser mais, digamos assim, brava e grossa, pra evitar ser maltratada, mostrar que ela era alguém forte diante das outras escravas e dos outros escravos (Lima).

Foram muitos anos, muitos séculos, décadas, séculos lutando pra liberdade, desde a época de 1500 até 1888, os povos negros lutando pela liberdade da escravidão e mesmo depois... e lutando também contra os escravos ilegais, né? E depois, ainda depois de 1888, que teve a Lei Áurea, libertando esses escravos, eles ainda tiveram que lutar contra todo o racismo que as pessoas ainda cometiam contra eles. Mesmo não escravizando eles, eles diminuía eles, não davam oportunidade de trabalho, distanciando eles. Hoje em dia, ainda tem, eu diria que ainda o povo negro que luta por mais leis a favor deles ainda são bem unidos. Tempos atrás, teve muitos movimentos negros na época que o George Floyd morreu na abordagem policial, teve muitos movimentos negros tanto aqui no Brasil quanto nos Estados Unidos. Teve diversos movimentos negros pra acabar com o racismo, por causa desse acontecimento. Então, eu diria que ainda hoje em dia eles estão bem movimentados pra tentar sair melhor, tentar acabar com o racismo de vez. Claro que não vai acabar totalmente com ele, ainda vai ter pessoas que vão ter pensamentos racistas, não tem como acabar simplesmente com tudo isso, mas lutando de pouco em pouco vai melhorar o mundo, o país, a cidade. Vai melhorar pra essas pessoas negras (Eça).

Assim como argumentaram os alunos, a luta dos negros por liberdade, direitos, respeito e contra qualquer forma de racismo e discriminação é secular, então, não se pode simplificar ou menosprezar a luta dos negros e do movimento negro que vem lutando e conquistando grandes avanços e vitórias.

Gomes traduz a luta do movimento negro como ações de um agente educacional essencial, pois, além de educar a sociedade sobre a pauta racial, também transforma seus saberes ancestrais em demanda política.

O Movimento Negro Educador desempenha um papel importante na construção, sistematização e disseminação de saberes críticos e emancipatórios. Compreender o Movimento Negro Educador implica reconhecer seu caráter revolucionário, que confronta os poderes conservadores e as ditaduras ao intervir na sociedade, para combater um fenômeno perverso enraizado na estrutura social brasileira desde os tempos coloniais: o racismo. No Brasil, o Movimento Negro Educador representa uma prática de insurgência que desafia as narrativas hegemônicas sobre a democracia racial e a história oficial, amplamente difundidas nos discursos institucionais, especialmente durante os períodos ditatoriais (Gomes, 2024, p. 13).

Por ser um movimento insurgente que luta há séculos pela causa negra, é necessário pontuar e destacar sempre o trabalho do movimento negro, pois graças a ele podemos ter a versão daqueles que foram subalternizados e oprimidos pela elite branca e racista que busca manter seus privilégios.

Rosa<sup>3</sup>, a personagem que garantiu empatia dos estudantes, para conseguir resistir às violências do período escravocrata, era firme e corajosa, utilizava da raiva e até da sinceridade para conseguir sobreviver. Porém, ela foi construída por Bernardo Guimarães de forma muito estereotipada e sexualizada, pois o autor foi influenciado pelo contexto racista e machista da época e que refletiu em sua escrita. Por isso, é essencial trabalhar obras literárias em sala de aula, de períodos longínquos do nosso, para podermos problematizar com os alunos os avanços sociais, graças ao movimento negro, e as atitudes e os pensamentos que, infelizmente, ainda permanecem no imaginário de muitos brasileiros.

Após as discussões sobre estratégias de resistência negra, racismo reverso e privilégio branco, decidi perguntar aos alunos quais seriam para eles ações efetivas de combate ao racismo, com intuito de instigá-los a sugerir opções combativas. A pergunta norteadora para a discussão foi: “Qual ação efetiva que vocês, estudantes, a escola e a sociedade podem fazer para combater o racismo?”.

---

<sup>3</sup>Bernardo Guimarães (2012, p. 55) assim descreve Rosa: “[...] Esbelta e flexível de corpo, tinha o rostinho mimoso, lábios um tanto grossos, mas bem modelados, voluptuosos, úmidos e vermelhos [...]. Os cabelos negros e anelados [...], os trazia curtos e mui bem frisados à maneira dos homens. Isto longe de tirar-lhe a graça, dava a sua fisionomia zombeteira e espevitada um chispe original e encantador. Se não fossem os brinquinhos de ouro, que lhe tremiam nas pequenas e bem molduradas orelhas, e os túrgidos e ofegantes seios que como dois trêfegos cabritinhos lhe pulavam por baixo de transparente camisa. [...] Veremos em breve de que ralé era esta criança, que tinha o bonito nome de Rosa”.

Eu acho que seria realmente fazer as denúncias. Como até o nosso diretor fala: “Se você ver alguma coisa de ofensa a outra pessoa, não fique calado. Porque se você ficar calado, quer dizer que você concorda com aquilo. É um cúmplice. É um cúmplice daquilo. Então, eu acho que temos que denunciar os casos de racismo e incentivar que as vítimas denunciem (Lima).

Mesmo que a gente não possa fazer nada, se a gente tentar denunciar o máximo de casos que a gente ouvir falar, ainda assim vai ter uma penalidade para quem está cometendo isso, e vai... E para essa pessoa que está cometendo esse racismo, ela vai pensar duas vezes antes de fazer isso. Se acontecer alguma penalidade, como a multa, ela ficar retida em casa, ela ficar presa. Alguma coisa assim. Os pais têm que pagar uma multa para alguém mais novo. As pessoas só aprendem se tiver alguma penalidade. Porque se a pessoa for muito mente fechada, não tem como mudar a mente dela. Ela vai ter que entender pela penalidade dos atos dela. Tendo que pagar a multa para a pessoa que ela xingou (Eça).

É o que dizem: as pessoas só entendem quando sentem no bolso [risos] (Machado).

Os alunos entendem que a denúncia é a melhor forma de combater o racismo, pois com a denúncia vêm as consequências: ou pagar indenização (multa) ou cadeia. Essas são as alternativas mais comuns utilizadas, resultado de muita luta do movimento negro em criminalizar atos e discursos racistas e de discriminação étnica e religiosa a partir da Constituição de 1988.

A Lei Caó, de 1989, que criminalizou o racismo, completou 36 anos em 2025 e representa uma grande vitória do movimento negro na conquista de direitos para os negros do Brasil. Sobre essa lei, o jornalista Fernando Jordão escreveu uma matéria para o jornal *Correio Braziliense*, em 2019, sobre os 30 anos da legislação que tornou crime o racismo.

Lei que torna racismo crime completa 30 anos, mas ainda há muito a se fazer. Assinada em 5 de janeiro de 1989 pelo então presidente da República, José Sarney, a lei passou a ser conhecida pelo nome de seu autor, o ex-deputado Caó. Especialistas defendem mudança na educação (Jordão, 2019).

Embora tenhamos grandes avanços graças ao movimento negro e seus representantes na política, ainda há de fato muito o que fazer, como comenta o jornalista, e a educação é um importante aliado nessa luta, pois com ela podemos começar – desde as crianças até os jovens – a discutir raça e racismo, tendo em vista que a escola é um ambiente onde as diferenças interagem durante o dia e onde diferentes estratégias para lidar com o preconceito e o racismo são desenvolvidas.

Por mais que os estudantes tenham argumentado sobre a importância de denunciar casos de racismo e discriminação, os mesmos discutiram sobre a dificuldade que a vítima enfrenta para denunciar uma violência racial.

Mas saindo desse rumo escolar que é tão fácil denunciar e não vai acontecer nada com quem denuncia. Às vezes, é difícil você fazer na vida real. Eu entendo também as pessoas que acabam fazendo essa omissão em falar, por mais que seja errado, muito errado. A pessoa tem medo. Vamos supor: se um visse um crime e declarar o que aconteceu para a polícia. E se o criminoso vir atrás de mim também? O cara vai me matar? Vai me bater? A pessoa tem muita dificuldade de fazer as denúncias. Às vezes, ela acaba pensando em vários cenários que poderiam dar ruim para ela. Entendo esse caso. Entendo, mas não compreendo de o porquê fazer, porque tem vários casos em que não vai dar bom também (Machado).

E às vezes a pessoa tem muita dificuldade de fazer as suas denúncias, porque ou ela está sendo ameaçada, ou ela se sente muito reprimida, com medo de que possa acontecer alguma coisa contra ela. Mas eu penso que é mais fácil e seguro falar, denunciar, do que fazer alguma coisa, alguma ação em si. Mas esperamos que algum dia seja mais fácil fazer do que só falar (Lima).

Evidentemente, não é uma tarefa fácil denunciar o racismo e a discriminação racial, pois as pessoas negras, muitas vezes, são testadas e obrigadas a provar que não são o que as visões estereotipadas dizem delas. Vários estereótipos racistas, maldosos e preconceituosos são impostos às pessoas negras, e quando elas questionam ou denunciam situações racistas e a discriminação, são qualificadas como dramáticas, amarguradas, grosseiras, raivosas e mentirosas, por não aceitarem uma “piada”. Gomes fala como essas “piadas” e “apelidos” na escola marcam a história de vida dos negros, fazendo-os se sentirem inferiores ao branco por causa de seus traços físicos.

Esses apelidos recebidos na escola marcam a história de vida dos negros. São, talvez, as primeiras experiências públicas de rejeição do corpo vividas na infância e adolescência. A escola representa uma abertura para a vida social mais ampla, em que o contato é muito diferente daquele estabelecido na família, na vizinhança e no círculo de amigos mais íntimos. Uma coisa é nascer criança negra, ter cabelo crespo e viver dentro da comunidade negra; outra coisa é ser criança negra, ter cabelo crespo e estar entre brancos (Gomes, 2002, p. 45).

Ainda hoje, pessoas racistas utilizam justificativas para suas ofensas raciais, para o seu racismo, para o seu ódio e para a sua violência contra negros e indígenas como se houvesse justificativa para tal ato. Recursos como o uso de um apelido e uma “piada” eram e ainda são utilizados hoje como “justificativas”, defesas para os racistas quando eles ofendem e ridicularizam pessoas negras. A elite branca e racista arruma meios para continuar oprimindo, inferiorizando e ridicularizando pessoas negras. Atualmente, esses sujeitos dizem que é só uma brincadeira e que as pessoas negras não deveriam se ofender.

Portanto, cabe a nós educadores apoiarmos a luta antirracista e continuarmos problematizando, em sala de aula, com crianças e jovens a pauta racial e o racismo no Brasil. Pois, a cada dia, a elite branca racista arruma meios e aliados para

descredibilizar o movimento negro e sua luta de séculos. Todavia, apoiados pela educação, pelo movimento negro e seus representantes e pela literatura, que é objeto de análise desta dissertação, esperamos conseguir contribuir para uma educação antirracista, que dá voz aos excluídos e oprimidos e que combate os currículos eurocêntricos e o sistema racista.

### 3.8 Identificações e diferenciações a partir da obra *A escrava Isaura*

Sendo, pois, um dos objetivos específicos desta pesquisa perceber como os alunos se identificam/diferenciam com a personagem escrava Isaura, considere necessário articular, no primeiro grupo de discussão, a seguinte questão: “Qual foi o personagem que você mais se identificou e qual você mais se diferenciou?”. A partir das respostas dos integrantes, poderia ser analisado aqui quais personagens – independentemente de sua índole, se é má ou boa – moldam a identidade de cada um dos estudantes e o porquê. As respostas e os motivos surpreendem em certos momentos.

Eu sei que vou ser julgada, até cancelada, pela escolha, mas vou explicar por que me identifico com o Martinho, o capitão do mato. Eu sou uma pessoa ambiciosa, eu sempre tento buscar vantagem em alguma coisa, conquistar aquilo, às vezes acabo sem nada, como aconteceu com ele [risos], mas sempre tento ir atrás, pensando mais em mim mesmo do que nos outros. Eu sei que é meio ruim dizer isso, mas, às vezes, é melhor dizer a verdade e ser sincero do que mentir e fingir ser quem não é... (Clarice).

Porque se você fosse se identificar, **se eu fosse me colocar naquela época, não quero me achar nem nada, mas eu sou branco, louro, com o olho mais ou menos claro, como é que eu me identifico com o sofrimento de um escravo ou de um negro?** Entende? [Risos]. Eu, provavelmente, teria dinheiro, provavelmente. Então, é mais fácil eu me identificar, às vezes, com o Belchior, porque naquela época também tinha pessoas boas, brancas, com pouco dinheiro, que é o nosso caso aqui, o meu especificamente, do que com a Isaura, porque eu não seria um escravo (Machado).

Eu acho que me identificar com a Isaura, totalmente com a Isaura, eu não me identifiquei. Na verdade, eu simpatizei muito com ela, por ser protagonista, então, ela foi escrita para ser uma personagem carismática, mas eu acho que com quem eu me identifico, um pouco, com a Isaura, é tentar evitar a confusão. Ela tentava fugir da confusão, então, ela respondia todo mundo com calma, mesmo que eu não seja nem um pouco assim [risos]. Ela tenta evitar os conflitos, ela responde todo mundo com calma, sem xingar as pessoas e tudo mais. Isso é um pouco do que eu me identifico com ela, mas totalmente não, totalmente não (Lima).

Ah, o que eu mais me identifiquei, assim, foi o Martinho, pela sua ambição, não por seu racismo e violência, e com o amigo do Álvaro, o advogado Geraldo, porque ele só ajudou por ser amigo de verdade. Eu me identifico muito nessa coisa, porque eu mesmo não ajudo muito os meus amigos, mas se for muito necessário eu ajudo sim e, claro, se eu tiver um ganho em troca. Ele [Leôncio] é um cara que eu não me identifiquei muito. Me diferenciei dele, porque ele é um cara machista,

racista, violento, opressor, bêbado, gostava de jogos e apostas, totalmente diferente de mim e do que acredito. Ele só me causa desprezo... (Graciliano).

Clarice e Graciliano chamam atenção porque se identificaram muito com Martinho, o capitão do mato, que durante toda obra mostrou seu ódio aos negros e seu amor pelo dinheiro e como caçar escravizados fugidos dava muito dinheiro para ele. Ele é uma figura cruel, mas que causou identificação nos dois estudantes pela ambição por dinheiro. No momento das falas, considerei estranha essa escolha dos estudantes, mas procurei não os questionar para que não se sentissem desencorajados a falar livremente.

Para compreender essa escolha dos jovens, em elencar um personagem tão cruel como Martinho, recorro a Hall (2000, p. 106), quando o autor afirma: “A abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre em ‘processo’”.

Embora seja um personagem cruel e problemático, pois contribuía para a manutenção do sistema racista, opressor e escravocrata, Martinho ganhou a identificação de dois estudantes, uma vez que, como enfatiza Hall, a identidade é uma construção. Assim, naquele momento, o que mais chamou atenção no personagem foi a ambição dele, que é uma característica valorizada no contexto atual pela sociedade e cultura capitalistas. Como a identidade é múltipla e está sempre em construção, não significa que os dois não possam construir outras identificações e até mesmo, em outros momentos, a questionarem.

Lima ainda destaca que só se identifica com Martinho no quesito da ambição, mas que se identifica com Geraldo – o qual no livro é amigo de Álvaro e um advogado abolicionista – pois ele ajuda seus amigos quando precisam muito. Essa identidade do estudante fragmentada entre o abolicionista e o capitão do mato, por motivos distintos, comprova o que o Hall disserta sobre as identidades nunca serem completas, mas fragmentadas, multiplamente construídas ao longo de posições que podem se cruzar ou serem antagônicas.

Já Machado faz uma importante consideração acerca de sua identificação na obra: “Se eu fosse me colocar naquela época, não quero me achar nem nada, mas eu sou branco, louro, com o olho mais ou menos claro, como é que eu me identifico com o sofrimento de um escravo ou de um negro?”. A partir disso, ele diz que é complicado conseguir se identificar com o sofrimento negro e/ou falar por eles, pois o jovem é branco. Então, segundo o estudante, a identificação foi com Belchior, o jardineiro corcunda da fazenda de Leôncio. Machado afirma que se identificou com o jardineiro pois era branco e

tinha pouco dinheiro. O estudante ainda relata que não houve identificação com Isaura também, porque, por conta de sua fisionomia, não seria escravo – logo, não se via na situação dela nem na dos outros escravizados.

Embora Machado acredite que sua identificação com algum personagem da obra parta do princípio de que tem de ser igual a ele e a sua situação, pode-se entender que, a partir de Hall, “as identidades são construídas na diferença ou por meio dela” (2000, p. 111). Dessa forma, até aquilo que consideramos diferente do que nós somos faz parte da nossa identidade, pois estamos nos posicionando contrário àquilo e transformando e categorizando como abjeto o que é diferente de nós, da nossa identidade.

O único estudante que se identificou com Isaura foi Lima, pois a considerou carismática e uma personagem que evitava conflitos, porém, com algumas ressalvas. Segundo ele, a protagonista só tem essa identificação com o público pois foi escrita pelo autor com intuito de causar empatia nos leitores, por isso ele se identificou um pouco com ela, e não totalmente.

Ao perceber que os outros estudantes não se identificaram com a protagonista, somente Lima – mas não muito, só em algumas características –, decidi indagá-los sobre o porquê da não identificação com Isaura, uma vez que, a princípio, acreditava que os jovens também se identificariam com Isaura – assim como eu me identifico – por ser esperançosa, religiosa, que coloca Deus como seu suporte emocional, amigo e salvador, por ser romântica e sonhadora. Porém, compreendo que as identidades e o reconhecimento são múltiplos, conforme conceitua Hall.

Assim, professor, o autor não conseguiu fazer com que a gente se identificasse com ela, porque focou muito nela, ficando muito preso só no drama dela, e não deu espaço para os outros escravos, né? E quando aparecia um escravo, negro, era sempre dessa forma: a Rosa é uma vilã, ela tem inveja da Isaura, porque ela é bela, usa lindos vestidos, é prendada, tem estudo. Ele [o autor] não deixa muito explícito que ela [Rosa] foi criada nesse ambiente violento, opressor, racista, né, que proporcionou ela ter essa “inveja” (Machado).

Outra coisa que eu lembrei também é que a Isaura, mesmo que ela via o sofrimento dos outros escravos e tudo mais, ela trabalhava dentro da casa. E foi quando ela foi para a senzala que ela ficou completamente assustada com o que iria acontecer com ela. Que daí o Leôncio ameaçou pegar um tronco para amarrar ela, não era? Ela ficou assustada, né? E foi quando ela percebeu o que realmente acontecia mais ali dentro. Ela só tinha visto os escravos até então. E o pouco que eles comentavam, que ela provavelmente deveria escutar sobre as maldades do Leôncio. Mas foi quando ela entrou dentro da senzala que ela viu realmente a condição. Ela teve essa noção maior de ‘nossa, é isso que a minha mãe passou, é isso que os escravos passam’, né? (Lima).

Eu acho que eu me identifico um pouco com a Isaura, pela aparência, não pela cor. Ela é realmente branca, mas, assim, eu me identifico pela aparência física, pelo cabelo, o cabelo mais ondulado, os olhos, o nariz, mas a personalidade não, não mesmo! Ela conseguiu se inserir naquele sofrimento porque, no início, ela sofria por não ser livre, por não poder amar. Só que aí depois ela conseguiu ter uma noção maior do que acontecia fora da casa-grande, né? O que os escravos passavam, o que eles comiam, a condição desumana que eles estavam, porque ela, mesmo sendo escrava, ela estava distante daquela realidade, né? Ela não conseguia sentir na pele aquele sofrimento dos negros, né? De como um negro sofria, né? Ela era filha de escravo, mas ela tinha privilégios, né? (Clarice).

Os estudantes não conseguiram se identificar com Isaura e seu sofrimento, pois o que os marcou foi a forma como Rosa foi vilanizada e sexualizada, enquanto Isaura era boa, cheia de atributos e possuía muitos privilégios. Então, os jovens não conseguiram se identificar com a protagonista, pois consideraram que seu sofrimento era muito inferior ao sofrimento na senzala e nos campos da fazenda.

Clarice e Lima ainda acrescentam que Isaura só se identificava com o sofrimento dos escravizados por não ser livre e não poder amar, porque, com o sofrimento diário, com a forma como os escravos eram oprimidos e as violências que sofriam fora da casa-grande, a protagonista não conseguia se identificar de fato, uma vez que não vivia aquela situação.

A partir do momento que, segundo os estudantes, é dito no livro que Isaura passou a sofrer o mesmo que os escravizados negros sofriam, perdeu seus privilégios e o conforto da casa-grande, ela se identificou com suas origens e compreendeu de verdade o que era o sofrimento do negro escravizado. Então, foi aí que a protagonista viu que, embora falasse como o branco, se vestisse como ele e se comportasse como ele, ela ainda seria uma mestiça filha de uma negra escravizada – então, não havia como negar mais a realidade e ocultar sua origem, quem ela realmente era. Essa situação pela qual Isaura passou remete ao que Fanon (2008, p. 149) diz: “Onde quer que vá, o preto permanece um preto”.

Com a perspectiva de perceber como a obra pode ser um instrumento para uma educação antirracista, levantei a seguinte questão: “Vocês acham que no nosso contexto, da escola, da sociedade, é importante nós ressaltarmos e valorizarmos as diferenças ou não é necessário?”.

Que tipo de diferença? Essa é a questão, que tipo de diferença? Diferença física? Diferença motora? Diferença de capacidade? Que diferenças são essas? Eu sou diferente do **Eça** fisicamente, mas, motoramente e intelectualmente, a gente é bem parecido, pensamos e temos assuntos que nós pensamos a mesma coisa, esse tipo de coisa. Então, qual que é esse contexto de exaltação das diferenças? Se fosse diferença física, eu acredito que as pessoas têm que entender que

existem essas diferenças, mas não que eu tenho que fazer algo só porque eu quero parecer do bem e porque eu vejo que sou diferente dele, mas sim por respeito (Machado).

Todo mundo não é igual ao outro, todas as pessoas são diferentes, eu sou diferente dele, ele é diferente de você. É importante saber dessas diferenças, saber qual que é a diferença do outro em relação a mim, e não criticar, não ridicularizar a diferença do outro. É saber qual que é a diferença do outro e aceitar. Saber qual é a diferença um do outro e aceitar que se a pessoa é diferente de mim, eu não tenho que criticar ela, não tenho que falar mal dela. Ela é diferente de mim, eu sou diferente dela. Eu tenho que aceitar isso, eu não vou ser igual a ela, ela não vai ser igual a mim. Aceitar ser diferente não é aceitar tudo que é diferente, mas aceitar que a pessoa não é igual a você (Eça).

Eu acho que seria bastante isso, saber diferenciar as diferenças. Se for a aparência física, não tem o que diferenciar. As pessoas têm suas características, mas elas não têm nenhuma diferença mental, cognitiva. Cognitivamente, a mesma coisa. **Mas eu acho que seria realmente saber localizar essas diferenças, para aí sim poder igualar as pessoas.** Todo mundo poder ter os mesmos direitos e tudo mais. Tanto que é um ponto que eu até lembrei, normalmente, as pessoas não tratam idosos como idosos, e sim como crianças. Às vezes, chegam para falar com a voz fininha. Deu o caso da minha avó, eu lembrei que ela por ninguém chama Lídia. Todo mundo chama ela de vovó, de vovó. Então, eu acho que acaba também, fugindo um pouco do tema, saber com quem você está falando. O idoso não é uma criança, você pode tratar ele normal. Não precisa afinar a voz para conversar, tratar como se fosse uma criança. Então, assim, acho que também conseguir diferenciar essas questões para poder respeitar todo mundo (Lima).

Machado e Eça concordam que é necessário reconhecer as diferenças e enxergá-las, destacá-las, mas não com o intuito de ridicularizar, oprimir ou isolar, mas sim para respeitar, aceitar e lutar para que tenham os mesmos direitos, que tenham igualdade. Os estudos étnico-raciais nos orientam a reconhecer as diferenças, respeitá-las, promover a valorização delas por meio da escuta dos diferentes e oprimidos historicamente que, no caso Brasil, incluem os negros e indígenas.

Por sua vez, Lima, diferentemente dos outros estudantes – que veem a necessidade de reconhecer as diferenças para tratar com respeito todos e entender que cada um é diferente do outro e que todos têm necessidades diferentes –, acredita que devemos identificar as diferenças para igualar todo mundo, mostrando, assim, que foi afetado pelo discurso da democracia racial, o qual criou uma falsa ilusão de paz entre os conflitos raciais a partir da miscigenação e da propagação da ideia de que “somos todos iguais, não há diferenças entre nós e elas não nos separam”. Os brancos racistas utilizam desse discurso para manter os negros desarticulados entre si e o sistema vigente, no qual os brancos possuem privilégios.

Por muitas vezes, a escola e os docentes acabam errando em querer igualar e uniformizar tudo e todos, dizendo tratar todos iguais e dar as mesmas oportunidades de aprendizagem. Gomes (2002, p. 45) fala que, “para estar dentro da escola, é preciso apresentar-se fisicamente dentro de um padrão, uniformizar-se”.

Contudo, a partir desses autores, podemos entender que existem muitas diferenças pela sociedade, seja racial, religiosa, seja de gênero, e que no Brasil, que é o local de análise desta pesquisa, foi orquestrado um discurso de democracia racial que cria o mito de que somos todos iguais, pois houve intensa miscigenação com o passar dos anos, desde o “descobrimento” do país; logo, não haveria conflitos raciais e sociais.

Em busca de contribuir para o encorajamento dos colegas docentes, trago falas dos estudantes do grupo discussão quando argumentaram sobre como tratar as diferenças na escola e na sociedade.

Saber a diferença, se tiver a diferença motora, cognitiva, racial, saber sobre a diferença e tentar ajudar, não tentar afastar a pessoa, não tentar criticar, se importar com ela, ajudar a pessoa, o que der para você fazer para ajudar essa pessoa (Eça).

Ou auxiliar ela naquilo em que ela é melhor. Porque eu posso ser bom, vamos supor, em tocar um instrumento. Aí, ele é bom em, sei lá, ler livro. Só que ele quer tocar um instrumento. Eu posso ajudar ele a tocar um instrumento, mas eu posso falar para ele também que tem aquilo que ele é bom e que, se ele gosta, às vezes, é até melhor para ele. Ele vai se encaixar, ele vai se achar. Porque, às vezes, ele vê aquilo, ele tem, vamos supor, uma paixão. Aí, quando ele vai lá para o outro caminho que ele não viu, aí ele acaba não tendo a paixão, e sim amando o que ele acaba fazendo. Então, mostrar para ele no que ele é bom, no que ele é ruim. A escola tem esse papel, não [mostrar que] todo mundo é igual. Na minha sala, eu sou péssimo em Língua Portuguesa. Mas, em Matemática, eu já sou melhor. Eu sei que eu sou péssimo em Língua Portuguesa, eu tenho que melhorar. Na Matemática, na minha sala, a grande maioria é pior em Matemática, do que nas áreas de humanos [sic]. Então, essas diferenças você tem que entender como é que você funciona, como é que o outro funciona, para você conseguir igualar tudo. Porque uma sociedade não é uma engrenagem que todo mundo sabe a mesma coisa. São vários os conhecimentos. São várias as pessoas. Ninguém é igual, todos são diferentes (Machado).

Embora os estudantes falem de diversas diferenças, não necessariamente sendo as diferenças raciais, julgo necessário trazer para a discussão da diversidade racial a argumentação de Eça e Machado, que consideram importante reconhecer as diferenças, destacá-las positivamente e tratá-las diferente uma das outras, segundo suas necessidades e objetivos, nunca igualando a moldes impostos pela elite branca racista e privilegiada, que busca homogeneizar todos para manter o controle, a dominação, a subalternização, a imposição de saberes e decisões e o apagamento da identidade negra, a fim de tentar impor

o discurso da democracia racial, que visava o desaparecimento do negro na sociedade brasileira, branqueando, assim, o povo brasileiro. Acerca disso, Gomes escreve que

reconhecer e respeitar o outro é mais do que um discurso moral: é um desafio e um dever político e ético de todas e todos que lutam por democracia e justiça social. O combate e a superação do racismo na sociedade e na educação é tarefa para todos nós, negros e não negros. Se concordamos que a escola é um direito social, temos que avaliar seriamente se ela de fato tem se realizado dessa forma para negros e brancos. Lamentavelmente, não é o que os dados da pesquisa do IBGE, do Ipea e dos Atlas da Violência mostram. Ainda falta muito para revertermos esse quadro, embora se reconheça que muitas educadoras e educadores, pesquisadoras e pesquisadores, ainda na maioria negra, já estão desenvolvendo trabalhos pedagógicos, pesquisas e projetos significativos com a questão racial [...]. É preciso apoiá-los, dar visibilidade a essas práticas que contribuem para a mudança de mentalidade da escola, retirando-as do anonimato e da marginalidade (Gomes, 2021, p. 452).

É necessário, portanto, que a escola e os professores se atentem para reconhecer as diferenças e respeitá-las não apenas no discurso, como fala Gomes, mas nas ações, na luta antirracista. O combate ao racismo é diário e constante, pois compreendo que a estrutura racista já foi plantada e formada no imaginário do povo brasileiro, pelas elites brancas e racistas. Então, cabe a nós, educadores, aproveitar a escola como espaço para debater as diversidades existentes com crianças e jovens e utilizar a literatura, tema desta dissertação, como uma ferramenta para discutir raça, racismo e discriminação.

Entretanto, é essencial escolher obras que retratem a voz dos negros e que foram/sejam escritas por autores negros, para dar visibilidade a autores que, por muitas vezes, não têm a devida divulgação em função de vários fatores, sendo a cor da pele um dos motivos.

Esta pesquisa, enfim, contribuiu para mostrar que a literatura pode sim ser um importante aliado na luta antirracista, servindo como espelho refletor da sociedade em um período longínquo, mas que tem relação com a sociedade atual, mostrando possíveis manutenções e ressignificações em suas atitudes. Assim, o objetivo não pode ser amenizar o discurso dos autores das obras literárias, independentemente do movimento literário que façam parte ou do ano de publicação, nem os justificar por suas posições e escolhas, mas analisá-los para acompanhar/descortinar como esses autores foram afetados por discursos machistas, racistas, sexistas, entre outros, que tiveram reflexo em suas obras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver esta dissertação foi muito gratificante porque pude sair da minha “zona de conforto”, que é a Letras, especificamente os estudos voltados à Literatura, e adentrar em uma área até então desconhecida para mim, mas que pude aprender muito, me ajudando a compreender um pouco da luta antirracista e, assim, me unir a ela e apoiá-la.

Considero que minhas vivências pessoais, familiares e profissionais, após analisadas sob a ótica dos estudos étnico-raciais, contribuíram para me ajudar a criar uma identificação com a área pesquisada, com os caminhos metodológicos que seriam trilhados e com a importância em valorizar e afirmar as identidades e diferenças.

A “paixão avassaladora” pela literatura, como detalhei durante este trabalho, fez e faz parte de mim durante toda minha vida. Por isso, a considero como marca de minha identidade, aquilo que me identifica e me representa. Sendo parte identitária de mim, não poderia deixar de usá-la em minha dissertação como apoio metodológico no texto e nos grupos de discussão, como sugestão para colegas professores utilizarem da literatura como um auxílio nas discussões raciais em sala de aula, com o intuito de combater o racismo e como uma oportunidade de valorizar um clássico da literatura brasileira, *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, minha obra predileta e que considero uma opção bastante adequada para ser lida e discutida em sala de aula com jovens estudantes na perspectiva antirracista e de combate ao racismo, mas que pode gerar

também discussões importantes na temática de gênero, assim como foi observado, analisado e mostrado nos encontros e debates.

No capítulo I, optei por iniciar o texto fazendo um relato pessoal de minha vida, porque considerei necessário explicar os caminhos que me levaram até chegar aqui, no PPGE-UCDB, mais especificamente na linha pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena.

Julguei necessário mostrar nesta primeira parte que minha vida foi e ainda é marcada pela diversidade racial, cultural e linguística de minha família, dos dois lados, paterno e materno, de um pai boliviano e de uma mãe brasileira que me influenciaram a me atentar para as questões étnico-raciais e a respeitar e me interessar por conhecer e aprender com o outro, aquele que é diferente de mim.

O objetivo desse capítulo foi mostrar que eu sempre fui cercado pela temática étnico-racial, pois desde pequeno fui ensinado em casa a valorizar meus traços físicos, a amar meus antepassados e a ser contra estereótipos e “piadas” sobre a nacionalidade de meu pai. Só não havia percebido essa conexão com tal temática até entrar no mestrado e, a partir dos estudos e da revisitação e análise de minha vida, constatar isso.

No capítulo I, também esclareço por que a literatura é importante para mim, ao ponto de levá-la para o mestrado e utilizá-la como apoio e ferramenta metodológica de pesquisa. Procurei percorrer os primórdios de minha afeição por essa arte, que me foi iniciada ainda pequeno com a contação de histórias da Bíblia pela minha primeira mediadora e incentivadora de leitura, minha mãe, a responsável por desenvolver comigo essa parte e marca de minha identidade. Anos depois, foram as histórias de dinossauro e, mais além, as leituras de obras infanto-juvenis na escola, continuando com a leitura de clássicos no Ensino Médio e, por fim, a graduação em Letras na UEMS, instituição em que desenvolvi uma compreensão maior da área da Literatura e seus movimentos literários ao longo dos séculos até a atualidade, construindo em mim uma criticidade maior para ler e analisar clássicos.

Embora a literatura seja uma arte de meu apreço e afeição, conforme foi pontuado ao longo deste texto, compreendo que é uma arte elitizada e excludente, uma vez que, antigamente, era restrita à elite, a qual era alfabetizada e possuía recursos financeiros para ter acesso às obras. Ainda, propaga uma ideologia eurocêntrica, colonial, machista, racista e preconceituosa em diversas obras. Todavia, entendo que minha dissertação contribuiu para que possa ser utilizada na educação para problematizá-la, mostrando às

crianças e aos jovens o pensamento racista predominante na época de publicação e como isso se arrasta até o presente.

Por fim, abordei no primeiro capítulo a justificativa para a escolha do tema desta dissertação. Procurei mostrar que a inquietação que gerou a proposta de intenção e pesquisa para o mestrado começou em 2017, quando estudei pela primeira vez na vida em uma escola pública, enquanto cursava o terceiro ano do Ensino Médio, “como as obras literárias podem afetar os jovens leitores?”. Ao iniciar os estudos no mestrado, essa inquietação passa a ser traduzida como “quais identidades/diferenças são produzidas nos e pelos jovens ao terem acesso às obras literárias?”. Essa pergunta foi o fio condutor e a motivação para escrever este trabalho, principalmente em momentos difíceis, como os percalços enfrentados para realizar o grupo de discussão em uma escola pública em Campo Grande (MS).

Também, expliquei por que a obra *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, foi escolhida, uma vez que foi lançada em um período inflamado pelo Abolicionismo, no século XIX. No entanto, constatei que se mostra uma obra atemporal e que pode evidenciar o racismo enraizado no povo brasileiro. Ainda, busquei mostrar os vínculos criados entre minha dissertação e as pesquisas já realizadas pelo programa no contexto do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Diferença Cultural, as quais foram orientadas pelo Prof. Dr. José Licínio Backes, também orientador desta dissertação. As pesquisas previamente realizadas antes da minha me ajudaram a entender ainda mais a área dos estudos étnico-raciais, sua relevância, sua importância, e sugeriram caminhos de como realizar o meu percurso metodológico de pesquisa.

No capítulo II, apoiei-me em autores negros e militantes da causa negra e destaquei a luta e a resistência do negro no Brasil, a importância do movimento negro desde os tempos de escravidão até os dias atuais. Mostrei como se dá a construção da identidade negra no país, salientando o protagonismo dos negros contra a imposição de uma identidade negativa construída pelos brancos ao mesmo tempo que há a construção de referências positivas. Ressaltei que há inúmeras artimanhas que as elites brancas e racistas utilizaram e ainda utilizam para inferiorizar, oprimir, dividir e explorar os negros, isso mesmo após o fim da escravatura. Entre essas artimanhas, destaquei a democracia racial e o ideal de branqueamento.

Já no subcapítulo “Escola: espaço de construção de identidades e diferenças” (2.3), dissertei sobre a importância da escola na construção das identidades.

Chamei atenção para as dificuldades que ela enfrenta para lidar com situações de racismo, seja pela falta de formação adequada de seus membros – professores, coordenação e direção –, seja pela não compreensão da relevância da temática étnico-racial no ambiente escolar, pois as escolas e seus currículos são estruturados nos saberes, nos anseios e nas temáticas eurocêntricas, coloniais e brancas. Dessa forma, destaquei a importância da decolonização dos currículos e das práticas pedagógicas vigentes da relevância de formações continuadas voltadas à temática étnico-racial, para que os professores consigam entender o valor e a pertinência da pauta racial e se sintam seguros para inserir, mediar e auxiliar as discussões raciais em sala de aula, a fim de que, assim, eles promovam o combate ao racismo.

No capítulo III, subcapítulo “Discussão da obra *A escrava Isaura*: identificações e diferenciações”, contextualizei o objeto deste estudo – a obra *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães –, publicação que foi lida e discutida com os estudantes de uma escola pública de tempo integral de Campo Grande (MS), instituição fundamental para a concretização da pesquisa de campo, pois possuía locais adequados e uma boa disposição de horários, ao longo do dia, para organizar e realizar o grupo de discussão. Após a contextualização da obra, expliquei os caminhos metodológicos trilhados, mais especificamente o grupo de discussão propriamente dito.

Por fim, trouxe a análise da pesquisa de campo, organizada em seis subcapítulos. Identifiquei que os sujeitos com quem desenvolvi o grupo de discussão estão atentos à discussão de raça, racismo, privilégio branco, machismo, objetificação das mulheres (negras e brancas), estereótipos contra negros, estratégias de divisão orquestradas pelos brancos racistas para manter os negros divididos e outras discussões relevantes que surgiram no grupo com esses jovens estudantes.

No grupo, os participantes relataram que se sentiram confiantes para falar de racismo durante os encontros, pois tiveram aulas de História com um professor que sempre realizava discussões raciais em sala. Isso mostra como é importante que os educadores se aprofundem nos estudos étnico-raciais e que haja formação voltada para essa temática. Considero que as políticas de formação de professores, nos sistemas de ensino público e privado, têm o dever ético de promover formações voltadas às temáticas étnico-raciais, pois assim incentivarão e promoverão o combate ao racismo.

Pela dissertação aqui realizada, pode-se dizer que trabalhar obras literárias em sala de aula, na perspectiva antirracista, é uma forma significativa de desenvolver reflexões que contribuam para combater ao racismo. Os encontros do grupo de discussão mostraram que, por meio de obras literárias, é possível fazer associações e problematizações da obra, do autor, do enredo, dos pensamentos racistas e preconceituosos contidos nos livros que ainda ressoam na atualidade e, ainda, problematizar o racismo vigente na perspectiva de sua erradicação.

Considero que obtive grandes ganhos com o mestrado em Educação do PPGE-UCDB, principalmente: o conhecimento da área dos estudos étnico-raciais; conhecer um pouco, entender e apoiar a luta do movimento negro; me aprofundar na leitura da obra *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães; e compreender, a partir do grupo de discussão com alunos do Ensino Médio da rede pública em uma escola de tempo integral, que a leitura desse clássico proporciona discussões muito relevantes na temática racial. Ainda, nesse sentido, pude investigar e analisar o fato de que alguns personagens – como Rosa – não são vilãs por natureza, mas possuem camadas de sofrimentos que as fazem ser o que são. Essa “virada” de percepção sobre a obra só foi possível graças ao mestrado, pois o meu olhar de fã da protagonista não me possibilitava direcionar essa investigação para os sofrimentos dos escravizados negros.

Espero que esta dissertação contribua para orientar e motivar colegas professores a adentrar nos estudos étnico-raciais e a se engajarem na luta antirracista, pois o racismo ainda é forte e difundido em nossa sociedade e nos currículos. Como escrito e enfatizado aqui, no decorrer deste texto, as elites brancas e racistas sempre utilizaram e continuam utilizando de artimanhas para manter a subalternização, a opressão e a discriminação dos negros. Mas é possível promover rupturas e desconstruções nas práticas pedagógicas e currículos educacionais, incentivando discussões raciais nas escolas, contribuindo para a luta antirracista e mostrando a luta e resistência do movimento negro.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia de Bernardo Guimarães.**

Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/bernardo-guimaraes/biografia>.

Acesso em: 30 mar. 2025.

ALMEIDA, Kathanne Lopes; SILVA, Anamaria Cavalcante; CAMPOS, Jocileide Sales. Importância da identificação precoce da ocorrência do bullying: uma revisão de literatura. **Revista de Pediatria**, Jandaia, v. 9, n. 1, p. 8-16, 2008.

BACKES, Benício. “**Foi o espaço que encontrei**”: a temática étnico-racial em escolas de Educação Básica em um contexto de colonialidade germânica. 2019. 232 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

BASTOS, Priscila da Cunha. “Eu nasci branquinha”: construção da identidade negra no espaço escolar. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 9, n. 2, p. 615-636, 2015.

BENTO, Aparecida. Notas sobre a branquitude nas instituições. *In*: DA SILVA, Maria Lucia *et al* (orgs). **Violência e sociedade**: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro. São Paulo: Escuta, 2018, p. 117-136.

BENTO, Aparecida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BHABHA, Homi. Locais de cultura. *In*: BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 51. ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 12 de janeiro de 2026.

CAMPEDELLI, Samira Youssef. **A Telenovela**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9ª edição revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CAROLAINE, Késsia; ROSA, Patrícia. Mãe de adolescente encontrada desacordada no banheiro do Mackenzie relata que escola sabia dos casos de racismo que a estudante sofria na instituição: a menina foi encontrada desacordada no banheiro com um saco plástico amarrado a sua cabeça no último dia 29 de abril. **Revista Afirmativa**, 15 mai. 2025. Disponível em: <https://revistaafirmativa.com.br/mackenzie-sabia-dos-casos-de-racismo-contra-adolescente/>. Acesso em: 23 maio 2025.

CAVALCANTE, Kellison Lima. A construção da identidade negra no espaço escolar: percepções e discussões. **Revista Cadernos Cajuína**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 9-19, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.52641/cadcaj.v4i3.326>. Acesso em: 12 jan. 2026.

CAVALCANTE, Luana Melsa. **Professores negros de campo grande e suas experiências com a temática étnico-racial no currículo da educação básica**. 2025. 125 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2025.

COSTA, Gal. Brasil. *In*: Cazuzu; George Israel; Nilo Romero. **Ideologia**. Universal Music, 1988.

D’ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e antirracismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2001.

SÁ, Sandra de. Olhos Coloridos. *In*: Macau. **Sandra de Sá**. RGE Discos, 1982.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscara Brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 2008.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **Maioria dos brasileiros vê aumento de *bullying* e cancelamento e teme consequências para filhos**. 2022. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/noticia/3815/pt-br>. Acesso em: 10 maio 2025.

FERREIRA, Ricardo Frankllin; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 374-389, 2011.

FONTOURA, Julian Silveira Diogo de Ávila. Racismo reverso: o porquê da sua não existência. **Interritórios – Revista de Educação**, Caruaru, v. 7, n. 13, p. 55-67, 2021.

FREITAS, Geisiane Cristina de Souza. Cabelo crespo e mulher negra: a relação entre cabelo e a construção da identidade negra. **Revista Idealogando**, Recife, v. 2, n. 2, 2018.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Zumbi dos Palmares: um homem ou uma ideia? Conheça um pouco a trajetória do lendário chefe do Quilombo dos Palmares. **Gov.br**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/zumbi-dos-palmares-um-homem-ou-umaideia>. Acesso em: 9 maio 2025.

GOBBI, Nelson. Conheça a tela ‘A redenção de Cam’, de 1895, destaque em mostra no MNBA. **O Globo**, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/conheca-tela-redencao-de-cam-de-1895-destaque-em-mostra-no-mnba-22740416>. Acesso em: 11 abr. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 40-51, 2002.

\_\_\_\_\_. Educação e Identidade Negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, Belo Horizonte, 2002, n. 9, p. 38-47. Disponível em: <https://doi.org/10.17851/2317-2096.9..38-47>. Acesso em: 12 jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan. 2003.

\_\_\_\_\_. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 143-154.

\_\_\_\_\_. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011.

\_\_\_\_\_. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 33, n. 59, p. 435-454, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/1980-5934.33.059.DS06>. Acessado em: 12 jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Movimento Negro Educador, saberes emancipatórios e a construção de um projeto democrático. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 16, n. 4, p. 12-33, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/15207>. Acesso em: 12 jan. 2026.

GOMES, Tiago de Melo. Afro-brasileiros e a construção da ideia de democracia racial nos anos 1920. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1355>. Acesso em: 15 maio 2025.

GUIMARÃES, Bernardo. **A escrava Isaura**. São Paulo: Scipione, 2002.

\_\_\_\_\_. **A escrava Isaura**. 5. ed. São Paulo: Martin Clarent, 2012.

HALL, Stuart. Quem precisa de Identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

\_\_\_\_\_. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016. 260 p.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em: 11 abr. 2025.

JORDÃO, Fernando. Lei que torna racismo crime completa 30 anos, mas ainda há muito a se fazer. **Correio Braziliense**, 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/01/05/interna-brasil,729072/lei-que-torna-racismo-crime-completa-30-anos-mas-ha-muito-a-se-fazer.shtml>. Acesso em: 2 nov. 2025.

LISTON, Rose Cristiani Franco Seco. **A temática étnico-racial no Ensino Fundamental: percepção dos professores sobre as práticas pedagógicas antirracistas**. 2023. 148 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2023.

LOUZADA, Maitê; SORICE, Gabriela. Antonio Candido defendia a literatura como direito humano básico. No dia em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 70 anos, programa Universo Literário apresentou análise das discussões propostas por Candido. **UFMG**, 10 dez. 2018. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/antonio-candido-defendia-a-literatura-como-direito-humano-basico>. Acesso em: 25 ago. 2024.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MEJIA, Jhonny Ralphort Bial. **Porque a vida não te pertence, não é teu teu coração: narrativa literária e narrativa audiovisual** – Adaptação para teledramaturgia de *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães. 2021. 33 f. Monografia. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Português/Espanhol). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In: Seminário Nacional Relações Raciais e Educação*, 3., 2003, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: PENESB-RJ, p. 1-17.

\_\_\_\_\_. (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 204 p.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Luzia Aparecida do. **A importância do Cursinho Pré-vestibular Zumbi dos Palmares para a construção da identidade de mulheres negras que se formaram na Educação Superior**. 2024. 104 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2024.

RODRIGUES, Eduardo. Rivalidade feminina na música pop: melodrama, especulação e performance. **Revista Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, v. 28, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/am.v28i1.94083>. Acesso em: 12 jan. 2026.

RONCOLATO, Murilo. A tela “A Redenção de Cam” e a tese do branqueamento no Brasil. Quadro do espanhol Modesto Brocos, destaque em exposição no Museu Nacional de Belas Artes, é analisado em livro sobre racismo na pintura brasileira. **Nexo Jornal**, 14 jun. 2018. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

ROSA, João Martos. **Representações de negros produzidas por alunos, mediadas pela leitura da obra**. 2013. 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

SANTOS, Jaqueline dos. **A luta e resistência de mulheres participantes do Grupo TEZ para a desconstrução da sociedade racista e sexista**. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2021.

SANTOS, Simone Ferreira Soares dos. **A lei nº 10.639/2003 e a formação continuada para a discussão das relações étnico-raciais do 6º ao 9º ano em uma escola pública estadual de Campo Grande – MS com alto Ideb**. 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2016.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias, lutas e resistências de professoras e professores universitários/as negros/as militantes no Grupo TEZ: processos formativos decoloniais**. 2021. 227 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e privilégio. *In: SILVA, Maria Lucia da et al (org.). Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*. São Paulo: Escuta, 2018, p. 137-150.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. *In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 21-38.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. Movimento negro e as lutas contra o racismo. **Revista de Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 65/2, p. 613-634, 2018.

SILVA, Claudia Aparecida do Nascimento e. **A construção das identidades/diferenças das crianças negras na creche**. 2025. 212 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2025.

SILVA, José Bonifácio Alves da. **As/os docentes de história da escolarização básica e a (des/re)construção das identidades negras**. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

\_\_\_\_\_. **Representações acerca das identidades brancas no currículo de um curso de licenciatura em história do paraná**. 2018. 202 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2018.

SILVA, Lílian Carine; BASSO, Rita Cristine. A literatura infantil com protagonismo negro na construção de uma educação antirracista. *In: Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação*. 9. Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação. 6. 2022, Porto Alegre. **Anais** [...] Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 1-12.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Taís Araujo desabafa sobre a luta contra o racismo: “Antirracista é verbo, é ação. Seja bem-vindo”. **Portal Geledés**, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/tais-araujo-desabafa-sobre-a-luta-contra-o-racismo-antirracista-e-verbo-e-acao-seja-bem-vindo/>. Acesso em: 9 maio 2025.

Taís Araujo é vítima de racismo em rede social. **O Globo**, 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/tais-araujo-vitima-de-racismo-em-rede-social-17940756>. Acesso em: 9 maio 2025.

VALENTIM, Rute Martins. **Protagonismos antirracistas: histórias inspiradoras de vida de Mato Grosso do Sul**. 2023. 246 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2023.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 241-260, 2006.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.